

EXCLUSÃO SOCIAL E TURISMO RURAL

Relatório e Actas do Seminário decorrido
em Almeida de 7 a 9 de Maio de 1992



ISBN
Dep. Legal

972-659-039-7
64 231/93

FICHA TÉCNICA

Título: EXCLUSÃO SOCIAL E TURISMO RURAL

Responsáveis pela edição:

Eng^o Pacheco de Carvalho, Eng^o António José Cardoso

Fotografia da Capa:

José Marcos

Offset:

Fotografia, Paginação e Montagem – Adelino Bandeira
Transporte – Henrique Taborda
Impressão – Joaquim Felício

Edição e Distribuição:

CCRC – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000 COIMBRA
Telefone: (039) 400198/9 Fax: (039) 701657

DRCC – DELEGAÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO CENTRO
Rua Gomes Freire, 28 3000 COIMBRA
Telefone: (039) 701391 Fax: (039) 701378

EXCLUSÃO SOCIAL E TURISMO RURAL

Relatório e Actas do Seminário decorrido
em Almeida de 7 a 9 de Maio de 1992

NOTA PRÉVIA

Em colaboração com a Comissão de Coordenação da Região Centro (e no prosseguimento, aliás, de outras realizações conjuntas), a Delegação Regional da Cultura do Centro decidiu apoiar a publicação do Relatório final sobre o Seminário internacional designado "Exclusão Social e Turismo Rural", realizado em Almeida em 1992. Tal decisão teve (e tem) sobretudo um sentido simbólico, por um conjunto de razões de que destacaremos as seguintes:

1. Como é sabido, o "mundo rural" tem em Portugal e particularmente na Região Centro uma expressão muito significativa, mas com carácter **periférico**. Designadamente, é próprio das periferias rurais uma baixa densidade populacional (grande número das nossas aldeias estão demograficamente quase desertas e outras até já morreram), fracos rendimentos económicos (as pensões de velhice são o esteio do orçamento da maior parte das famílias que já deixaram sair os filhos de casa), difícil acesso aos meios de comunicação e ao mercado, falta de infra-estruturas básicas nos domínios do abastecimento da água e do saneamento, habitação degradada...
Esta manifesta pobreza material contrasta, quase sempre, com uma enorme riqueza espiritual e particularmente cultural, não valendo a pena especificar aqui a dimensão e a importância de valores, embora se deva reafirmar que não podemos, nem queremos, deixar que eles morram.
2. Não é fácil inverter a tendência periférica do nosso "mundo rural". Contudo, o que tem sido preconizado pelos diversos especialistas em matéria de desenvolvimento é a aplicação de políticas e estratégias com um carácter integrado e um sentido o mais possível auto-sustentado. Assim sendo e considerando o que fica dito no ponto anterior, importa fazer da cultura não só a base do desenvolvimento do Mundo Rural, como particularmente um dos domínios/objectos do Turismo Rural. Sem ser uma panaceia, ele poderá ser um factor decisivo.
3. Através de medidas que podem concorrer para a preservação, a animação e a fruição correcta dos valores culturais, a Delegação Regional da Cultura do Centro está já a colaborar com as autarquias e outras entidades no sentido de contrariar o estado de pobreza com que

muitos espaços rurais se debatem. O caso de Almeida é exemplo disso, mas outras acções e projectos (como a criação do Ecomuseu na bacia do Mondego) poderão testemunhar tal intenção e tais espaços.

O Delegado Regional da Cultura do Centro
Prof. Doutor JOÃO MARINHO DOS SANTOS

1ª PARTE
RELATÓRIO FINAL

Relator Geral:
Alexandre Borrego

Agosto 1992

ÍNDICE

1ª PARTE – RELATÓRIO FINAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	13
1. INTRODUÇÃO	15
2. ANTECEDENTES E CONTEXTO	17
2.1. Antecedentes	17
2.2. Contexto Actual	18
3. OBJECTIVOS	19
4. ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	20
4.1. Temáticas Gerais	20
4.2. As experiências ao nível dos projectos participantes	21
4.3. Temáticas específicas	22
5. ASPECTOS RELEVANTES DAS COMUNICAÇÕES E INTERVENÇÕES	23
5.1. Exclusão social e subdesenvolvimento – factores determinantes e evolução	23
5.2. O papel do Estado, das instâncias supranacionais (CE), e das comunidades locais na luta contra a exclusão e na promoção do desenvolvimento	25
5.3. O Programa Pobreza 3 e a procura de "outro" desenvolvimento	25
5.4. O papel do Turismo Rural	25
5.5. Tendências de evolução da oferta do turismo rural e estratégias de implementação	27
6. QUESTÕES ANALISADAS E PROPOSTAS DE CONCLUSÕES FORMULADAS PELOS GRUPOS DE TRABALHO	28
6.1. "Políticas e instrumentos financeiros comunitários para o turismo rural" e o "Papel das comunidades rurais"	28
6.1.1. Questões prévias	28
6.1.2. Possibilidades e limites do turismo rural	29
6.1.3. Estratégia de luta contra a exclusão	30
6.1.4. Modelo de desenvolvimento para o turismo rural	30
6.1.4.1. Componentes do modelo a ter em conta	31
6.1.4.2. Formas de implementação do Modelo	31
6.2. "Promoção e desenvolvimento do turismo rural"	32

6.2.1.	Enquadramento do tema	32
6.2.2.	Tónica das intervenções	32
6.2.3.	Recomendações propostas	33
6.2.3.1.	Estratégias de desenvolvimento turístico	33
6.2.3.2.	Formação profissional	33
6.2.3.3.	Perspectivas futuras	34
6.3.	"Desenvolvimento e exclusão social"	34
6.3.1.	Questões preliminares	34
6.3.2.	Temática do debate	34
6.3.2.1.	Os mecanismos que conduzem à exclusão nas zonas rurais periféricas	34
6.3.2.2.	O papel dos projectos do Programa Pobreza 3 na prevenção e na procura de soluções futuras	35
6.3.2.3.	O papel do turismo rural no desenvolvimento local em geral e como via de integração social e económica	35
6.3.3.	Princípios para a intervenção dos Projectos	35
6.3.3.1.	De natureza estratégica	35
6.3.3.2.	De ordem prática	36
7.	BALANÇO GERAL E RESUMO DE CONCLUSÕES	37
7.1.	Balanço geral	37
7.2.	Resumo de conclusões	38
7.2.1.	Estratégia de médio prazo (Modelo)	38
7.2.1.1.	Princípios a adoptar	38
7.2.1.2.	Condições	39
7.2.1.3.	Cautelas	40
7.2.2.	Estratégias de curto prazo	40
7.2.3.	Papel dos Projectos do Programa Pobreza 3	41
	ANEXOS	43
1.	Imagens do Seminário de Almeida	45
2.	Potencialidades e Estratégia do Sector do Turismo no concelho	49
3.	Lista de Convidados e Participantes	73

2ª PARTE – TEXTOS INTEGRAIS DAS COMUNICAÇÕES

1.	Alocução de Abertura do Seminário – <i>Manuel de Lemos</i>	81
2.	O Programa Pobreza III, a "auto-determinação selectiva" das comunidades locais e o turismo rural na luta contra a exclusão social – <i>José Manuel Henriques</i>	85

3. Defrontar os desafios da exclusão e do desenvolvimento nas zonas rurais: o papel do turismo – <i>Patrick Commins</i>	103
4. Desenvolvimento rural – outras formas de abordagem – <i>Win Van Rees</i>	117
5. Promoção turística e potencialidades das regiões periféricas: o caso austríaco – <i>Richard Hummelbrunner</i>	125
6. Caracterização do turismo no espaço rural em Portugal – <i>Pedro Falcão</i>	139
7. Turismo no espaço rural – a experiência portuguesa – <i>João Rodrigues de Freitas</i>	155
8. Sobre a visibilidade da Região – <i>Manuel Viegas Abreu</i>	167

NOTA DE APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A organização do Seminário de Almeida esteve a cargo do Projecto AM 22 - Mundo Rural em Transformação e Câmara Municipal de Almeida com o apoio das UID de Portugal e da Irlanda.

A sua realização só foi possível, porém, graças ao apoio e patrocínio de várias entidades em que é justo salientar o Comissariado do Norte da Luta Contra a Pobreza, o Governo Civil e o Centro Regional da Segurança Social da Guarda, a Direcção Geral do Turismo e o Instituto de Promoção Turística, a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCR) e Delegação Regional da Cultura, a ENATUR (Pousada Senhora das Neves) e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almeida.

São merecedoras de uma palavra de apreço, a imprensa e a rádio local e regional e a RTP(Norte) pela cobertura assegurada ao evento bem como as equipas do Projecto, da Câmara Municipal e Associação dos Amigos de Almeida, os intérpretes e técnicos responsáveis pelo audio-visual, pela qualidade da organização e do trabalho produzido.

DIRECÇÃO DO PROJECTO AM 22-P

E

CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA

1. INTRODUÇÃO

1. Nos três primeiros pontos do presente relatório são recordados, sinteticamente, os antecedentes, o contexto e os objectivos do Seminário de Almeida sobre "EXCLUSÃO SOCIAL E TURISMO RURAL". Nos dois pontos seguintes procura-se descrever, de um modo organizado, as comunicações apresentadas e os aspectos considerados mais salientes das intervenções das equipas dos Projectos participantes e dos debates ocorridos nos Grupos de Trabalho temáticos. Finalmente nos dois últimos pontos apresentam-se, de uma forma sistematizada, as conclusões/recomendações de cada um dos grupos de trabalho constituídos e o resumo⁽¹⁾ das conclusões que, no critério do relator geral, mereceram assentimento geral e obrigam, por conseguinte, os participantes a dar-lhes o seguimento adequado.

2. Importa dizer, também, desde já que o sentimento geral colhido, tanto de nacionais como de estrangeiros, foi que o Seminário cumpriu os seus objectivos e a organização primou pela eficácia e pela franqueza⁽²⁾ e cordialidade do acolhimento. Para a construção de um tal ambiente contribuiu, de forma decisiva, o conjunto das manifestações socio-culturais (exposição de artesanato, coral, ballet, fado de Coimbra, etc) com que a organização brindou os convidados e participantes durante os três dias em que decorreu o Seminário.

(1) FACILITADO, DE RESTO, PELA QUALIDADE DAS SÍNTESES PRODUZIDAS PELOS RELATORES DE CADA GRUPO DE TRABALHO

(2) COMO É APANÁGIO, DE RESTO, DAS GENTES BEIRÃS.

Quanto aos resultados, propriamente, as intervenções de encerramento foram bastante concludentes a esse propósito permitindo antever, desde logo, a sua importância tanto numa perspectiva de curto como de médio e longo prazo. Por nossa parte acrescentaremos que o Seminário foi, sem dúvida, extremamente oportuno e importante no plano interno reforçando solidariedades várias que se encontravam adormecidas e suscitando o interesse (e o esclarecimento) de elementos locais pelas actividades do turismo rural. Pode-se assim afirmar que, após o seminário, nada ficará como antes na região e que é de crer que o sector do turismo possa contribuir mais intensamente, num futuro próximo, para o desenvolvimento local. Assim o entendam e desejem os actores locais (empresas, associações, autarquias, população) já que a sua participação no processo, como foi múltiplas vezes reconhecido, é não apenas indispensável mas insubstituível e crucial.

3. No plano dos efeitos externos deseja-se que o Seminário e o Relatório que o corporiza possam contribuir para novos e significativos avanços no processo de combinação dos esforços de combate à pobreza e exclusão social com os de desenvolvimento local, e do turismo rural em especial, e para o reforço das sinergias nacionais e transnacionais tendo em vista a resolução de tais problemas segundo uma abordagem multidimensional integrada e no quadro de uma solidariedade actuante e reforçada. Esta não deixa de ser, também, uma exigência, da construção da Europa e da assumpção integral da cidadania europeia.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

2.1. Antecedentes ⁽¹⁾

Os representantes dos sete ⁽²⁾ projectos rurais participantes no Programa Comunitário para a integração económica e social dos grupos menos favorecidos 1989/94 (Pobreza 3), realizaram um encontro em Renvyle, County Galway, Irlanda, em 14 de Junho de 1991, sob os auspícios da UID irlandesa, com o objectivo de examinar os problemas da exclusão e marginalização com que se defrontam as populações das áreas de intervenção dos projectos e as estratégias que têm vindo a ser promovidas no combate a estes problemas.

Com o propósito acima foram discutidas as várias possibilidades de promoção de intercâmbio entre os vários projectos tendo sido seleccionados vários temas para esta acção de transnacionalidade e ficando assente a organização de dois seminários em 1992, um em Almeida (AM 22) e o outro em Friuli (AM 19) Itália. Ficou acordado, também, que o objectivo principal dessa troca de experiência transnacional seria o estudo da natureza e causas de exclusão em áreas marginalizadas da Comunidade, a promoção de uma melhor compreensão e entrosamento entre os projectos relativamente aos princípios do Programa Pobreza 3 - parceria, participação, multidimensionalidade - e os desafios da promoção da integração social e económica dos grupos alvo nas áreas de intervenção dos projectos.

(1) OS ANTECEDENTES REMOTOS PODEM SER ENCONTRADOS NA CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE PROJECTOS RURAIS POBREZA 3, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO ANUAL ORGANIZADO PELA A&R EM DUBLIN - JUNHO/90

(2) AM 03 - COPENHAGA (DINAMARCA), AM 10 - BURGOS (ESPAÑA), AM 17 - CONNEMARA (IRLANDA), AM 19 - FRIULI (ITÁLIA), AM 20 - PALERMO (ITÁLIA), AM 22 - ALMEIDA (PORTUGAL) E AM 23 - COVILHÃ (PORTUGAL)

2.2. Contexto Actual

O contexto (europeu e nacional) actual caracteriza-se pelo potencial impacto negativo do processo de reestruturação agrícola e reorganização económica, em relação com a PAC e o mercado único europeu, nas regiões e comunidades rurais marginalizadas. A inter-relação das tendências a seguir indicadas suscita, naturalmente, preocupações acerca do futuro das comunidades rurais periféricas e deprimidas:

- o aumento da mobilidade do capital internacional e a acentuação da concorrência a nível europeu e internacional;
- o crescente uso da tecnologia e mobilidade da mão-de-obra, com reflexos directos no mercado de trabalho;
- a reestruturação industrial através de fusões e operações multinacionais;
- o desenvolvimento do sector terciário;
- a reorganização do sector agrícola no sentido da concentração e racionalização das explorações;
- os efeitos conjugados destas tendências na população rural que continua a emigrar para as áreas urbanas da Comunidade em busca de emprego, deixando para trás uma população predominantemente idosa e com alta taxa de dependência.

3. OBJECTIVOS

O Seminário de Almeida teve como principal preocupação analisar o papel do turismo rural face aos desafios da exclusão e do subdesenvolvimento em áreas rurais periféricas da Comunidade Europeia.

Nessa perspectiva, definiram-se como grandes objectivos a atingir os seguintes:

- identificar as principais tendências europeias, nacionais e regionais do turismo rural;
- identificar os impactos dessas tendências nos diversos tipos de áreas rurais, v.g., regiões montanhosas, costeiras e periféricas e na vida económica, social e cultural das populações das diferentes comunidades dessas áreas;
- desenvolver princípios e estratégias tendo em vista a adopção de formas de agro-turismo e turismo rural apropriadas e capazes de promover de, forma positiva, as comunidades e o bem-estar dos seus habitantes;
- proporcionar aos projectos rurais do Programa Pobreza 3 a permuta de informação sobre esses problemas e as práticas e estratégias de desenvolvimento turístico em execução no âmbito dos referidos projectos.

Como preocupações adicionais consideraram-se ainda os aspectos seguintes:

- os conceitos e os tipos de turismo rural existentes a nível da comunidade e dos países membros;
- os seus impactos sobre as populações residentes nas áreas dos projectos;
- o impacto de tais tendências nas culturas das comunidades rurais tradicionais;
- a consideração das realidades socio-económicas e culturais das comunidades rurais marginalizadas na procura das formas mais adequadas de turismo rural;
- as infraestruturas requeridas - humanas (formação), financeiras, organizativas e promocionais (marketing);
- as políticas comunitárias e nacionais adversas.

4. ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

Os trabalhos do seminário decorreram em sessões plenárias e em sessões de grupo. As sessões plenárias, em número de quatro, comportaram uma sessão de abertura para introdução do tema geral presidida pelo Comissário Nacional da Zona Norte para a Pobreza - Dr. Manuel de Lemos - uma sessão de encerramento, para apresentação do balanço e conclusões gerais, presidida pelo Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro - Prof. Viegas de Abreu - e duas outras destinadas, especialmente, à apresentação de comunicações pelos conferencistas convidados e à apresentação das realidades e experiências dos projectos.

O trabalho dos grupos, em número de 3, permitiu aprofundar as questões suscitadas quer pelas intervenções dos conferencistas quer pelos representantes dos projectos.

4.1. Temáticas Gerais (2ª sessão plenária)

Face aos objectivos enunciados as comunicações apresentadas procuraram abarcar, de acordo com os tópicos propostos pela organização do seminário, o conjunto de problemas das comunidades rurais periféricas e deprimidas e o desafio da criação de oportunidades de emprego através da promoção de formas apropriadas de Turismo Rural no contexto das políticas comunitárias correntes e das dos Estados Membros.

Em concreto foram os seguintes os temas abordados pelos conferencistas:

- O Programa Pobreza 3, a "auto-determinação selectiva" das comunidades locais e o turismo rural na luta contra a exclusão social - José Manuel Henriques (UID nacional);
- Defrontar os desafios da exclusão e do desenvolvimento nas zonas rurais: o papel do turismo - Patrick Commins (UID Irlandesa);
- Desenvolvimento rural - outras formas de abordagem - Wim Van Rees (UID Benelux);
- Promoção turística e potencialidades das regiões periféricas: o caso austríaco - Richard Hummelbrunner (OAR-Consultores para o Desenvolvimento Local);

- Caracterização do turismo no espaço rural em Portugal -
- Pedro Falcão (Divisão do Turismo Rural - D.G. Turismo);
- Turismo no espaço rural - a experiência portuguesa - João Rodrigues de Freitas (Instituto de Promoção Turística - Zona Norte).

4.2. As experiências ao nível dos projectos participantes (3ª Sessão plenária)

A descrição das experiências em curso nos projectos representados no Seminário foi feita pelas respectivas equipas participantes e incidiu, em conformidade com os tópicos previamente transmitidas pela organização, sobre os aspectos seguintes:

- Contexto local - dimensão da exclusão social e do subdesenvolvimento; causas da pobreza e forças (económicas, sociais, culturais, políticas) que contribuem para a situação existente;
- Políticas e programas nacionais e regionais para o turismo rural - o perfil do sector na região, infraestruturas físicas, medidas de política, instrumentos financeiros e agências de promoção de turismo rural; implicações sobre o ambiente, a cultura, a identidade regional e nas estratégias dos projectos;
- Os projectos e as formas apropriadas de turismo - perfil da actividade turística, critérios e modalidades de turismo postos em prática, adequação dos instrumentos institucionais, financeiros e outros a essas modalidades, papel dos parceiros e envolvimento dos grupos-alvo, (como empregados sazonais, por exemplo);
- os planos e acções / experiências dos projectos acerca do turismo rural; papel dos parceiros, envolvimento dos grupos-alvo e obstáculos encontrados;
- O Futuro - desafios que se colocam à acção a nível local / nacional e papel a desempenhar, em conjunto, pelos projectos do Programa Pobreza 3;
- conclusões e recomendações de cada equipa dos projectos.

Intervieram nesta fase os projectos AM 17 Connemara - Irlanda, AM 10 Burgos - Espanha, AM 03 Copenhaga - Dinamarca, AM 19 Friuli - Itália, AM 23 Covilhã e AM 22 Almeida - Portugal e um seu parceiro, no programa NOW, o projecto de Bouillon - Bélgica.

4.3. Temáticas específicas

O aprofundamento das questões abordadas nas sessões plenárias teve lugar no âmbito de 3 grupos de trabalho centrados sobre os temas específicos seguintes:

- as políticas e os instrumentos financeiros comunitários para o turismo rural e o papel das comunidades locais na identificação, desenvolvimento e promoção de formas apropriadas de turismo para as regiões rurais periféricas;
- o papel das instituições nacionais de turismo na promoção e financiamento do Turismo Rural e no desenvolvimento das comunidades rurais, da sua cultura, herança e ambiente;
- o futuro das regiões rurais periféricas e o papel dos projectos rurais participantes no Programa Pobreza 3.

5. ASPECTOS RELEVANTES DAS COMUNICAÇÕES E INTERVENÇÕES

Das comunicações apresentadas e das experiências transmitidas no decorrer do seminário podem extrair-se algumas ideias chave que correspondem a outros tantos aspectos tidos como os mais relevantes e que permitem uma melhor compreensão do sentido e alcance quer das conclusões dos G.T. quer das conclusões finais.

5.1. Exclusão social e subdesenvolvimento

- factores determinantes e evolução

A exclusão social e económica e o subdesenvolvimento não são condições intrínsecas a uma zona geográfica particular mas o resultado de processos gerados por forças macro-económicas complexas dominantes nas economias modernas. Neste sentido foi ressaltada a existência de uma envolvente externa pouco favorável ligada à acentuação da concorrência mundial, à inovação tecnológica (com reflexos no mercado de trabalho), ao abrandamento do crescimento económico, à reestruturação do sector agrícola (PAC/GATT) no sentido da concentração, à abertura do mercado único, à mobilidade do capital (em detrimento das zonas rurais periféricas) e às tensões migratórias.

O Seminário reconheceu que as tendências macro-económicas prevaletentes (e as condicionantes que elas encerram) podem ter (e já estão a ter em alguns casos) impactos negativos nas zonas mais deprimidas e periféricas perfilando-se como factores geradores de empobrecimento e exclusão social.

Em concreto, apontaram-se como problemas essenciais, das regiões dos projectos, as altas taxas de desemprego, a escassez de oportunidades de trabalho, a elevada emigração de jovens e casais (com conseqüente diminuição e desequilíbrio da população), a acentuada dependência da população idosa, o colapso (previsível) do sector agrícola, o fraco aproveitamento dos recursos endógenos, a inexistência de lideranças locais e incipiência da organização interna (empresas, associações) cuja capacidade e autonomia são muito limitadas.

Um tal quadro não pode deixar de contribuir, como foi amplamente reconhecido, para a marginalização dos grupos mais desfavorecidos (jovens, mulheres, idosos, etc) e até da população em geral.

Foi assim salientado que a pobreza e a exclusão social respeitam a uma realidade que a nível mundial, europeu e nacional mostra sinais de expansão e de acentuação da sua complexidade e que na sua origem se encontram, sobretudo, o desemprego, a precarização das relações de trabalho e a desintegração dos laços de solidariedade social.

Referiu-se também que o fenómeno do empobrecimento das comunidades locais vai depender da sua inserção na divisão internacional do trabalho à escala da Comunidade Europeia e a nível mundial e reconheceu-se que esse empobrecimento se manifestará de forma territorialmente diferenciada e associado aos efeitos económicos e sociais das relações de interdependência regional.

5.2. O papel do Estado, das instâncias supranacionais (CE), e das comunidades locais na luta contra a exclusão e na promoção do desenvolvimento

Neste aspecto realçou-se nomeadamente que "a valorização" do desenvolvimento comunitário (privilegiando princípios de auto-ajuda) não pode significar desobrigação por parte do Estado das suas responsabilidades de promoção do desenvolvimento das comunidades rurais e, em particular, das periféricas e deprimidas.

Foi recordada, a este propósito, a posição comunitária de que o desenvolvimento rural é uma tarefa colectiva que não pode ser deixada ao livre jogo das forças do mercado e o papel que os fundos estruturais, reestruturados e reforçados, podem (e devem ter) na concretização e reforço da solidariedade e coesão no seio da comunidade como contraponto à liberalização da circulação de capitais. Em relação com este ponto recordou-se que os fundos estruturais contemplam nas suas prioridades duas particularmente relevantes para as regiões rurais:

- ♦ Promoção do desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;
- ♦ Promoção do desenvolvimento em áreas rurais;

Foi salientado, por último, que a promoção do desenvolvimento local incide sobre a necessidade de promover projectos de desenvolvimento local e de reforçar a "autodeterminação selectiva" e a solidariedade social ao nível das comunidades rurais.

A luta contra a pobreza e a exclusão social requerem assim a iniciativa e a auto-organização das comunidades locais na procura de soluções para os próprios problemas.

5.3. O Programa Pobreza 3 e a procura de "outro" desenvolvimento

Nesta perspectiva foi realçado que o Programa Pobreza 3 ao procurar conjugar "acções-solução" com "estratégias preventivas", ao referenciar os objectivos e estratégias à obtenção de mudanças na situação de pobreza dos grupos-alvo e ao querer associar as formas de resposta à problemática da solidariedade social se inscreve num movimento de "transição paradigmática" iniciado em finais da década de 70 e que vem influenciando toda a reflexão no domínio do desenvolvimento regional. O "espírito" e as propostas concretas do Programa inserem-se, assim, no movimento de reestruturação conceptual em torno da proposta de um "outro" desenvolvimento (1) ao qual se encontram ligadas as propostas de um desenvolvimento regional "endógeno" e do desenvolvimento local.

Tal movimento resulta do reconhecimento que as soluções convencionais do desenvolvimento regional não são suficientes para responder às situações de exclusão e pobreza nem resolvem "automaticamente" os problemas a elas ligados carecendo, por conseguinte, que a iniciativa local e a participação da comunidade influenciem activamente nesse sentido.

5.4. O papel do Turismo Rural

Sendo certo que o turismo rural não é de modo algum a panaceia que pode resolver todos os problemas das regiões periféricas ele não deixa de constituir, nos tempos que correm, uma "indústria" em franco crescimento e das que mais contribuem para a criação de emprego, ainda que sazonal.

Partindo do pressuposto acima foi reconhecido que uma abordagem correcta do sector (dentro dos projectos e com os projectos) pode fazê-lo contribuir de modo significativo para o combate à exclusão social e para promover a integração económica e social das populações, em particular das mais desfavorecidas.

(1) EXPRESSÃO QUE SE RELACIONA COM OS ESFORÇOS DE REESTRUTURAÇÃO DO CONCEITO TRADICIONAL DE DESENVOLVIMENTO.

Dé facto o turismo rural pode constituir um meio de controlar e mobilizar os recursos localmente disponíveis e de gerar um relacionamento social entre os habitantes e os turistas, proporcionando laços afectivos e de solidariedade susceptíveis de serem potenciados.

Nesse sentido o turismo rural deverá ser considerado como uma resposta (oportunidade), entre outras, aos desafios que o empobrecimento e a exclusão social lançam, particularmente ao nível local. Nessa resposta deverão ser envolvidos todos os actores institucionais, com expressão local, numa tentativa de maximizar os recursos (cultura, natureza e ambiente) existentes em cada região.

Foi reconhecido que o interesse específico deste tipo de turismo ou de equipamentos reside, sobretudo, no alto valor do acolhimento prestado por uma família em ambiente repousante e com características genuínas de tradição nacional ou regional.

No fundo, o produto turístico rural é composto por vários elementos chave dos quais se destacam, a cultura, o ambiente, a natureza e o social e deve obedecer mais a uma lógica de partilha do que propriamente de venda (económica).

Foram também salientadas algumas facetas favoráveis e desfavoráveis do turismo rural. Entre estas últimas evidenciou-se o impacto que pode ter sobre a paisagem, o património histórico e cultural, nos usos e costumes e, mesmo, no aumento do custo de vida, podendo provocar choques culturais e desequilíbrios sociais. Quanto aos aspectos positivos, o turismo em áreas rurais, pode representar uma oportunidade de melhorar o nível da qualidade de vida local e regional e contribuir para a protecção do meio ambiente e para a valorização do património histórico/arquitectónico, i.e., dos recursos naturais, culturais e humanos.

A questão principal reside na forma como fazer inflectir as situações de pobreza e exclusão dos grupos-alvo através das medidas de âmbito do turismo rural, i.e., como repercutir nos grupos mais desfavorecidos as vantagens económicas e outras decorrentes da implementação de uma estratégia de aproveitamento dos recursos rurais para o turismo. Esta seria considerada não apenas uma questão básica pelos diferentes grupos de trabalho do Seminário mas, ainda e sobretudo, de difícil resolução.

5.5. Tendências da evolução da oferta do turismo rural e estratégias de implementação

Foi referido em várias comunicações e intervenções que a tendência actual da evolução da oferta turística em zonas rurais aponta essencialmente para:

- ◆ a diversificação e
- ◆ a melhoria da qualidade dos produtos oferecidos

Por outro lado, foi salientada a ideia de que se deve caminhar para um novo conceito de turismo rural e que o produto turístico em zona rural não deve limitar-se a copiar os modelos tradicionais, antes procurando inovar, quer ao nível do produto quer de marketing, maximizando a utilização dos recursos e potencialidades locais.

Nesta perspectiva o turismo não pode ser visto como um sector isolado mas, antes, como uma componente do desenvolvimento integrado de uma região. Por sua vez a viabilidade dos projectos assenta na capacidade de estimular a redescoberta do passado e inspirar as iniciativas locais de modo a catalizar sinergias numa atitude actuante (e não espectante) e a preparar o futuro.

A implementação das formas apropriadas de turismo para as zonas rurais supõe a existência de empresas locais, a construção de parcerias locais para coordenar o desenvolvimento/promoção e o estabelecimento de um sistema de apoios (técnicos e outros) externos. Por sua vez estratégia a utilizar deve procurar ligar os esforços endógenos de desenvolvimento com a atracção de investimentos externos (estratégia combinada). A existência de uma região de turismo e de uma agência de desenvolvimento local foram consideradas indispensáveis para suportar uma tal estratégia e promover um desenvolvimento auto-sustentado das actividades do sector.

6. QUESTÕES ANALISADAS E PROPOSTAS DE CONCLUSÕES FORMULADAS PELOS GRUPOS DE TRABALHO

6.1. "Políticas e instrumentos financeiros comunitários para o turismo rural" e o "Papel das comunidades rurais" - Grupo de Trabalho 1⁽¹⁾

6.1.1. Questões prévias

Como questões introdutórias ao trabalho do grupo, foi recordado que:

- o Programa Pobreza 3 se apoia em projectos locais (por conhecerem melhor os factores que interagem de forma complexa sobre o empobrecimento e a exclusão) e lança o repto de tentar esgotar, a nível local, todos os recursos disponíveis e de envolver todos os actores institucionais com expressão local para tentar agir sobre as causas da pobreza com reflexo a esse nível;
- se o entendimento geral fôr no sentido de que o turismo rural constitui uma potencialidade a utilizar ela será apenas uma via de resposta, entre outras, a ser tentada tendo em conta as especificidades de cada sociedade (projecto) e as suas potencialidades reais;
- o grande desafio que se coloca aos projectos se pode traduzir do seguinte modo:
 - ♦ "quais as mudanças na situação de pobreza dos grupos-alvo que se pretendem atingir e o que é possível fazer para o conseguir";

A questão é complexa e não pode ser reduzida à promoção de actividades tendo em vista o desenvolvimento geral. Pelo contrário, é necessário algo mais e que os projectos se esforcem por obter garantias de sustentação das experiências suscitadas ou desencadeadas;

(1) RESULTANTE DA FUSÃO EFECTUADA DOS GRUPOS 1 e 2 INDICADOS NO PROGRAMA DO SEMINÁRIO; ESTE GRUPO FOI ANIMADO PELA UID NACIONAL (DR. JOSÉ MANUEL HENRIQUES e DR.^a FERNANDA RODRIGUES) E FOI SEU RELATOR O PROF. FERREIRA DE ALMEIDA.

Uma segunda ordem de preocupações presente no debate do grupo pode ser encontrada na tentativa de procurar identificar previamente:

- os instrumentos que, tanto a nível local como nacional e comunitário, podem ser mobilizados de modo a prevenir efeitos perversos dos mecanismos de exclusão internos à própria construção europeia uma vez que, como foi geralmente reconhecido, eles se podem sobrepor às iniciativas locais;
- os agentes institucionais que a nível local podem ter um papel importante no desenvolvimento e promoção do turismo rural (oferta de produtos turísticos);
- as metodologias que podem ser seguidas para o desenvolvimento do produto turístico;
- os processos de coordenação de formas de acção nacionais e comunitárias, dirigidas ou com efeitos no sector.

6.1.2. Possibilidades e limites do turismo rural

Do debate que se seguiu resultou, em síntese, que:

- o turismo rural sendo embora uma potencialidade a explorar cria, no entanto, poucos empregos; gera, contudo, rendimentos complementares através de actividades polivalentes;
- a boa vontade e o entusiasmo sendo embora necessários ao arranque das iniciativas locais de turismo rural não são suficientes para as sustentar e não dispensam, por conseguinte, o profissionalismo, condição fundamental para o sucesso das iniciativas;
- a promoção do turismo rural, em particular nas regiões periféricas, não se faz sem enquadramentos institucionais adequados e apoios nacionais e comunitários indispensáveis ao desenvolvimento de produtos com interesse turístico;
- as iniciativas a promover (ou a levar a cabo) pelos projectos no âmbito do turismo rural, devem ser concebidas e executadas por forma a ter repercussões positivas directas e indirectas junto dos mais desfavorecidos.

6.1.3. Estratégia de luta contra a exclusão

Este último aspecto foi considerado como o problema mais difícil de resolver pelos projectos. No entanto, foram apontadas como hipóteses possíveis a articulação com:

- a possibilidade de acesso ao capital de iniciativas empresariais locais (ILE's) que são criadoras de emprego;
- a colocação à disposição de micro-explorações agrícolas de técnicos e meios que lhes permitam melhorar a qualidade dos produtos (pela via da sua transformação) e aumentar os rendimentos.
- o reforço da produção artesanal (que não do artesanato) de produtos úteis e de qualidade susceptíveis de venda repetida, em actividades que podem possibilitar a integração social e económica dos excluídos; sobre elas deveriam recair esforços significativos em matéria de inovação.

A estratégia a pôr em prática poderá consistir:

- no apoio aos micro-produtores locais, tendo em vista a melhoria de qualidade (valorização) e a sua venda no exterior;
- no apoio a empresas turísticas existentes (ou a instalar) que os adquiram e ofereçam aos turistas para consumo no local.

Foi reconhecido que a adopção de uma ou outra das estratégias não é, naturalmente, indiferente.

6.1.4. Modelo de desenvolvimento para o turismo rural

A discussão levada a efeito, apontou ainda para a necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento do turismo rural, multifacetado, dada a diversidade de situações (contextos) dos projectos e de regimes (institucionais, legais e financeiros) e cujos contornos e passos (organizativos e processuais) foram assim esboçados:

6.1.4.1. Componentes do modelo a ter em conta

- forte diversidade de experiências, de condições de partida, de tentativas de implantação do turismo rural, de estruturas, de regimes, mas relativa similitude de contextos base;
- necessidade de haver projectos globais de desenvolvimento local em que a dinâmica do turismo rural se integre;
- necessidade de um projecto global a nível comunitário;
- animação e apoio técnico específico (condição decisiva), resistência à tentação do amadorismo (manifestada de modos diferentes em todos os projectos) e internalização nos projectos, desde o início, de competências técnicas e consultorias especializadas (profissionalismo);
- pensar globalmente o princípio da subsidiariedade e o que dele pode advir em termos de competências comunitárias no campo específico do turismo rural;
- articulação com programas comunitários afins (LEADER e INTERREG);
- melhoria dos mecanismos institucionais e jurídico-financeiros de modo a adequá-los às exigências e características deste tipo de turismo.

6.1.4.2. Formas de implementação do Modelo

- definir claramente a situação de partida (potencialidades e condicionantes) de modo a evitar confundir pontos de partida com objectivos;
- identificar cuidadosamente os objectivos e metas a atingir, tendo presente a pertinência do turismo rural neste tipo de regiões;
- caminhar por pequenos passos, mas seguros (prudência), para não criar situações perniciosas irreversíveis;
- avaliar o impacto decorrente da própria implementação de modo a permitir os ajustamentos requeridos em curso de execução.

6.2. "Promoção e desenvolvimento do turismo rural"

- Grupo de Trabalho 3⁽¹⁾

6.2.1. Enquadramento do tema

Foi reconhecido que não é possível desenvolver acções de turismo rural sem a adesão das populações, autarquias e serviços estatais e salientado que o Programa Pobreza 3 não tem por finalidade o desenvolvimento de actividades de turismo rural indiscriminadas (como resolução dos problemas) mas criar rendimentos adicionais para as populações deles mais necessitadas.

6.2.2. Tónica das intervenções

A tónica das intervenções que se seguiram foi colocada, sobretudo, na identificação de:

- potencialidades locais ligadas à beleza paisagística, às condições ecológicas e termais, recursos naturais (flora e fauna), arquitectónicos e culturais (tradições, costumes, valores, etc);
- formas turísticas a desenvolver que melhor se lhes adaptem (aldeias turísticas, explorações agro-turísticas, turismo de habitação, circuitos turísticos, etc);
- clientes potenciais - não só nacionais (incluindo os emigrantes originários da zona) mas também os estrangeiros (designadamente espanhóis);
- programas de animação sistemática (termas, festas religiosas, folclore) cobrindo várias épocas;
- programas de formação de agentes turísticos e de proprietários de casas para turismo de habitação; em relação a estes últimos as acções devem situar-se nos planos seguintes:
 - técnico - recuperação equipamento, gestão, etc.
 - acolhimento de turistas;
- programas de formação para operários especializados para recuperação das casas com interesse para o turismo rural, já que a recuperação das mesmas (por serem classificadas) impõe exigências várias entre as quais a obediência a critérios rigorosos impostos pelos monumentos nacionais;

(1) ESTE GRUPO TEVE COMO ANIMADORES DANIELE BACHET E CESARE PIRONTI E COMO RELATOR O DR. HUGUES DE VARINE

- mecanismos tendentes a reduzir os custos de recuperação através da intervenção das autarquias locais (recrutamento pelas câmaras de pessoal operário especializado);

6.2.3. Recomendações propostas

As conclusões essenciais do grupo reportam-se a três áreas e são, em síntese, as seguintes:

6.2.3.1. Estratégias de desenvolvimento turístico

- adaptar a oferta à procura, tendo em conta as potencialidades do espaço rural;
- criar um dispositivo (agência, região de turismo, comité de turismo) para apoio ao estudo, programação e financiamento de iniciativas locais;
- elaborar um programa de actividades turísticas, em que se contemplem benefícios para os mais desfavorecidos, apoiado por verdadeiras competências profissionais, assente nos recursos (arqueológicos, naturais, ambientais) e promovido por associações locais;
- estimular a utilização de património privado (quintas e casas com valor histórico-cultural) e criar condições económicas para a sua restauração, nomeadamente com o apoio das autarquias;
- mobilizar os interessados para actividades de agro-turismo (formação, cooperativas) de modo a criar condições de pluriactividade e gerar rendimentos complementares;
- motivar os emigrantes (como cidadãos e como turistas) a investir nas suas regiões de origem.

6.2.3.2 Formação profissional

- profissionalizar os actores do meio rural (proprietários, artesãos) nas actividades relacionadas com o turismo;
- formar jovens guias-turísticos;

6.2.3.3 Perspectivas futuras

- conceber e analisar a acção turística em espaço rural de modo duradouro e numa perspectiva temporal alargada;
- prever a perenidade das estruturas de suporte e dos sistemas de apoio financeiro e creditício;
- utilizar a rede do Pobreza 3 como lobby para levar os municípios, o Governo e a CE a criar os mecanismos regulamentares e financeiros adequados (para além dos do Pobreza 3).

6.3. "Desenvolvimento e exclusão social" - Grupo de Trabalho 4⁽¹⁾

6.3.1. Questões preliminares

Como ponto prévio aos debates neste grupo foram colocadas as questões de saber "como é que os projectos vêem o contexto local/nacional por referência a oportunidades/possibilidades de desenvolvimento local" e "qual o papel das acções no âmbito do turismo rural na redução/eliminação dos mecanismos de exclusão social e económica".

6.3.2. Temática do debate

Seguidamente a discussão centrou-se sobre os três pontos seguintes:

6.3.2.1. Os mecanismos que conduzem à exclusão nas zonas rurais periféricas

Em relação a este ponto concluiu-se que a reestruturação económica e as tendências demográficas apontam para uma marginalização crescente das zonas e das populações rurais periféricas e isto porque:

- não se valorizaram devidamente os recursos e potencialidades locais;
- os mercados estão organizados segundo critérios de racionalidade económica e as estruturas económicas locais geralmente não o estão;

(1) ESTE GRUPO TEVE COMO ANIMADORES A UID IRLANDESA (MICHAEL MERNAGH e PATRICK COMMINS) E POR RELATOR O DR. LUIS CAPUCHA.

- os jovens e casais são atraídos para zonas que oferecem outras condições de vida;

6.3.2.2. O papel dos projectos do Programa Pobreza 3 na prevenção e na procura de soluções futuras

Quanto à contribuição dos projectos para a prevenção e inversão das tendências identificadas avançou-se o seguinte:

- ajudar a valorizar os recursos locais;

- sensibilizar os decisores para o papel dos pequenos agricultores como conservadores da natureza e necessidade de valorizar essa função e as próprias regiões (que contêm reservas de qualidade ambiental assinaláveis) onde se integram.

6.3.2.3. O papel do turismo rural no desenvolvimento local em geral e como via de integração social e económica

No que concerne ao papel do turismo rural reconheceu-se que ele pode constituir uma via a explorar em articulação com outros sectores tradicionais como a agricultura e o artesanato.

6.3.3. Princípios para a intervenção dos Projectos

6.3.3.1. De natureza estratégica

Em seguida procedeu-se à identificação e enunciado de um conjunto de princípios para a intervenção dos projectos do programa Pobreza 3 no âmbito do desenvolvimento local e do turismo rural. Entre eles registam-se:

- incentivar um turismo rural integrado a promover por comunidades locais, formadas e a formar, mas de forma organizada;

- assegurar a sua articulação com actividades de animação socio-cultural valorizadoras da identidade local;

- fazer com que ele contribua para o desenvolvimento local sem cair, no entanto, no exagero de pensar que ele pode ser solução para todos os problemas;

- relacionar as acções de turismo rural com actividades económicas tradicionais (pequena agricultura, artesanato, etc);

- encaminhar as oportunidades (e recursos) criadas para os mais desfavorecidos sem que tal implique a dispensa de captar as potencialidades dos indivíduos, ou grupos, com maiores capacidades;

- ter em conta todo o "ambiente vivo" - toda a comunidade local;

- articular o turismo rural com outros programas de desenvolvimento local;

- promover estas ideias junto dos parceiros sociais e comunidades;

- equacionar formas adicionais de apoio pela utilização de fundos de programas ligados à defesa do ambiente e apoiar as populações locais a fazer valer as suas propostas.

6.3.3.2. De ordem prática

De um ponto de vista prático e operacional o grupo concordou também em que os projectos deveriam:

- transmitir os princípios enunciados aos seus parceiros privilegiados e populações;

- procurar dar base legal/institucional aos referidos princípios;

- criar um G.T. europeu - Rede Europeia para a Promoção do Turismo Rural Integrado que se encarregaria especialmente de:

- ♦ aprofundar os princípios enunciados conferindo-lhes um estatuto europeu;

- ♦ elaborar um Programa Europeu para o turismo rural;

- assegurar a criação de um centro de formação para jovens que promova, também, a permuta de jovens dos diversos países e regiões de incidência dos projectos.

- promover a venda de produtos locais recorrendo a parceiros nacionais e europeus;

7. BALANÇO GERAL E RESUMO DE CONCLUSÕES

Depois de ter salientado que o Seminário de Almeida era, apenas, o primeiro de uma série de encontros transnacionais dos projectos rurais do Programa Pobreza 3 ao qual se seguirá, ainda este ano, o de Friuli (Itália) e de ter manifestado, em nome da organização, o apreço pelo trabalho por todos (participantes estrangeiros e nacionais) desenvolvido, o relator geral centrou a sua exposição em dois pontos principais: balanço geral do seminário e resumo das principais conclusões.

7.1. Balanço geral

A qualidade das comunicações apresentadas, a diversidade das experiências transmitidas através das intervenções dos representantes dos projectos presentes e a profundidade e riqueza dos debates, permitem afirmar que os objectivos propostos, apesar de exigentes, foram integralmente atingidos e que o seminário permitiu:

- compreender melhor a génese e os mecanismos da exclusão e do subdesenvolvimento e o papel que o turismo rural pode ter na inversão da situação;

- verificar que as tendências macro-económicas que se esboçam, não sendo de todo animadoras também não são, de modo algum, pessimistas;

- tomar consciência da insuficiência dos mecanismos legais, institucionais e financeiros vigentes nos diferentes países, relativos à promoção do turismo rural;

- ficar a conhecer melhor os contextos, as realidades, os problemas e as soluções ensaiadas pelos diferentes projectos participantes.

- visualizar mais claramente as estratégias a pôr em prática, num futuro próximo e longínquo, pelos projectos do Programa Pobreza 3, o seu papel na promoção de acções de turismo rural em zonas periféricas e deprimidas e a contribuição possível deste sector para a integração social e económica dos grupos excluídos (quadro de referência fundamental do seminário).

7.2. Resumo de conclusões

O resumo que segue organiza o essencial das conclusões e recomendações propostas segundo uma perspectiva de desenvolvimento de médio prazo (Modelo) e de curto prazo (tarefas imediatas).

7.2.1. Estratégia de médio prazo (Modelo)

Apesar das diferenças de contextos locais, problemáticas e enquadramentos jurídico-financeiros verificou-se uma ampla convergência de pontos de vista quanto à necessidade de:

-construir, progressivamente, um modelo estratégico para turismo rural que possa ter efeitos positivos directos e indirectos nos segmentos rurais desfavorecidos e que tenha suficiente flexibilidade para englobar a diversidade das problemáticas e contextos de intervenção dos projectos;

-criar dispositivos (Agência/Associação de Desenvolvimento, Região/Comité de Turismo) para apoio ao estudo, programação e financiamento de projectos no âmbito de iniciativas de turismo rural;

-integrar os programas e projectos de turismo rural em programas globais de desenvolvimento regional/local tendo em atenção os seguintes princípios, condições e cautelas.

7.2.1.1. Princípios a adoptar

De entre os princípios enunciados salientam-se:

•identificar e acolher os tipos e formas de turismo mais adequados às especificidades regionais e locais e às potencialidades do espaço rural (adaptação da oferta à procura);

•promover oportunidades (e formas) genuínas de turismo rural articuladas com a cultura, costumes, tradições e valores de modo a criar uma forte interacção entre o turismo e a população local;

•assegurar a articulação com as actividades económicas tradicionais como a agricultura e o artesanato, e desenvolver outras competências profissionais como a recuperação de património, histórico e outro (perspectiva do desenvolvimento integrado);

- defender a cultura local e a maneira tradicional de viver (valores) das populações locais e prosseguir, de forma permanente, o aprofundamento e valorização das identidades sócio-culturais da região;

- promover a animação comunitária a todos os níveis -social, cultural e ambiental - através do reforço do associativismo de modo a assentar o desenvolvimento nas sociedades locais;

- assegurar que a produção de recursos acrescidos beneficie directamente os mais desfavorecidos (jovens, mulheres, famílias, idosos e deficientes);

- possibilitar um intercâmbio de pessoas (e em particular dos jovens) entre regiões/países no âmbito de esquemas de formação profissional técnica e linguística.

7.2.1.2. Condições

Como condições essenciais referidas apontam-se:

- estabelecer⁽¹⁾ o quadro das principais causas macro-políticas e macro-económicas responsáveis pelas situações de exclusão; só com boas macro e micro-análises será possível definir o modelo de intervenção, estabelecer os caminhos a percorrer e antever as dificuldades dos percursos;

- assegurar que os princípios enunciados mereçam o acordo e o apoio dos parceiros-chave, em primeiro lugar ao nível dos projectos, em seguida ao nível das autoridades locais, comités directores, parceiros sociais, comunidades locais, serviços estatais e, finalmente, a nível dos governos dos estados em que os projectos se situam;

- nivelar a disponibilidade de infraestruturas básicas (equipamento, alojamento, etc.) mobilizando competências locais, regionais e nacionais;

- assegurar a perenidade das estruturas e dos apoios técnico-financeiros e adequar os mecanismos jurídico-financeiros nacionais aos objectivos específicos do turismo em zonas rurais;

(1) SENSIBILIZAR A UC E OS GOVERNOS PARA A NECESSIDADE DE PREENCHER ESTA FUNÇÃO, JÁ QUE A MESMA NÃO PODE COMPETIR AOS PROJECTOS.

- promover as lideranças locais, o reforço do espírito empresarial e associativo e as oportunidades de desenvolvimento e emprego para a população local;

- reforçar a formação profissional e assegurar as consultorias técnicas adequadas à instalação e desenvolvimento de iniciativas (projectos) de turismo rural (exigência de profissionalismo);

- definir clientelas para os tipos de turismo que se pretende introduzir no imediato e procurar diversificá-las progressivamente, no futuro;

- sensibilizar os governos e as instâncias comunitárias para a necessidade de reforçar os meios de intervenção técnica e financeira destinados a programas e projectos com os objectivos descritos.

7.2.1.3. Cautelas

- atender às forças negativas identificadas no decurso do seminário e procurar salvaguardar, dos seus efeitos, as formas de turismo consideradas adequadas;

- desenvolver os programas projectos de turismo rural de uma forma progressiva (por passos sucessivos) e de modo articulado com iniciativas convergentes;

- conceber e realizar a acção turística em zonas rurais segundo uma perspectiva não imediatista mas de médio e longo prazo;

7.2.2. Estratégias de curto prazo

De um ponto de vista prático e imediatista sugeriram-se como tarefas a desenvolver pelos responsáveis dos projectos as seguintes:

- promover e discutir com os respectivos parceiros "chave" os princípios enunciados, organizar a sua implementação a nível local e procurar dar-lhes uma base legal;
- dinamizar (se ainda não tiver sido feito) a criação⁽¹⁾ de uma estrutura local apropriada (separada do Programa Pobreza 3) para promover o turismo rural nas bases indicadas;

(1) DESIGNADAMENTE ATÉ AO SEMINÁRIO DE FRIULI, PREVISTO PARA OUTUBRO PRÓXIMO.

- assegurar o empenhamento dos responsáveis institucionais do sector do turismo (como sucedeu no seminário de Almeida) e sem os quais não será possível operar ao nível local;
- assumir a constituição de uma Rede⁽¹⁾ para o desenvolvimento do Turismo Rural Integrado (organização, promoção, e marketing das acções) que assegure:
 - o apoio de relevantes parceiros sociais europeus como sejam a organização de agricultores, de entidades turísticas e o movimento das "trade unions";
 - a preparação de um Programa europeu, a partir dos projectos nacionais, que mobilize os recursos necessários a nível comunitário para levar por diante o conjunto de acções enunciadas;
 - a contribuição dos projectos, no curto prazo, para o financiamento da Rede para pôr todo este programa no terreno.
- nomear para participar na Rede e nas acções de promoção do turismo rural 2 pessoas qualificadas nesta temática;
- assegurar que outros programas de desenvolvimento (Leader, Interreg) assumam a mesma filosofia, concordem com os mesmos princípios e se juntem⁽²⁾ à Rede proposta;
- promover a criação de uma forte e diversificada solidariedade entre os projectos através da criação de centros de formação de jovens abertos a permutas com jovens de outros países/regiões.

7.2.3. Papel dos Projectos do Programa Pobreza 3

Por último foi sugerida a utilização da rede de projectos rurais do Programa Pobreza 3 como instrumento de pressão (lobby) junto dos Municípios, do Governo e da CEE, para criar ou reforçar os instrumentos e meios - legais, institucionais, financeiros e técnicos - indispensáveis ao desenvolvimento do turismo rural e adicionais em relação aos do Programa Pobreza 3.

(1) CONSIDERADA COMO PASSO DECISIVO FUTURO A DAR PELOS PROJECTOS DO PROGRAMA POBREZA 3.

(1) CONVITE A FORMULAR OPORTUNAMENTE.

ANEXOS

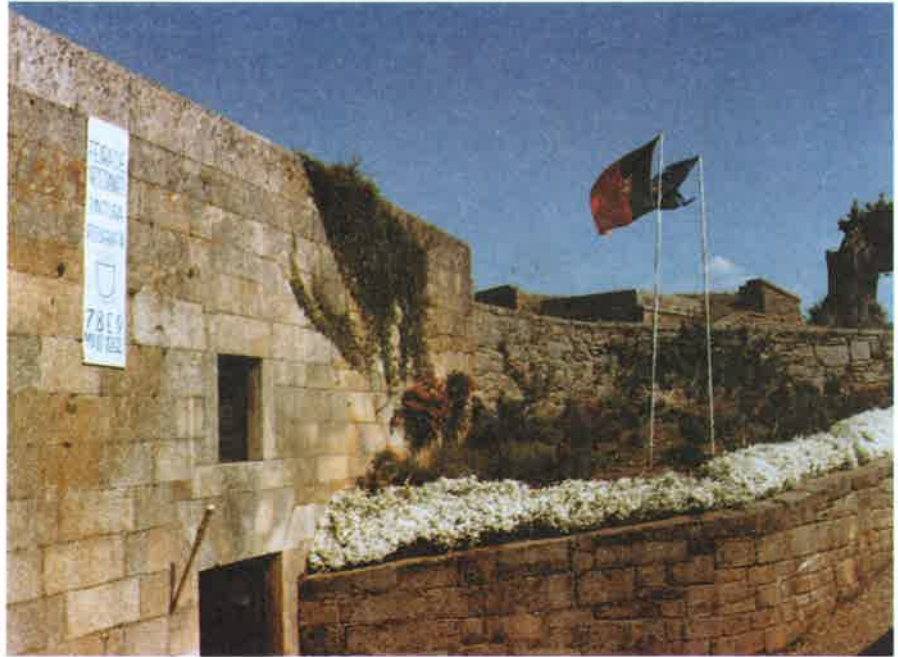
ANEXO 1

IMAGENS DO SEMINÁRIO DE ALMEIDA



ASPECTOS DE ARTESÃOS DA REGIÃO EM PLENA CRIAÇÃO





CASAMATAS - Exposição de artesanato, pintura e fotografia



MESA DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO

A N E X O 2

**POTENCIALIDADES E ESTRATÉGIA
DO SECTOR DO TURISMO NO CONCELHO**

POTENCIALIDADES TURÍSTICAS LOCAIS

I. PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO E CONSTRUÍDO

1. ALMEIDA

1.1 Localização, origem e estrutura urbana

Sede de um concelho com 29 freguesias, Almeida encontra-se situada a 760 m de altitude em terras de Riba-Côa, (distrito da Guarda), dominando uma vasta extensão do planalto e localiza-se perto da fronteira, a cerca de 14 km de Vilar Formoso.

Com origem provável num povoamento pré-histórico, foi também habitada por Lusitanos, Romanos, Árabes e Visigodos, como se prova pelos achados obtidos nalguns lugares. De fundação remota, Almeida foi alternadamente partilhada entre o reino de Castela e o de Portugal. Só pelo tratado de Alcanizes em 1297, ficou a fazer parte definitiva de Portugal, tendo-lhe sido dado Foral por D. Dinis e, em 1510, por D. Manuel I.

Almeida desempenhou papel importante em várias épocas da nossa história, designadamente nas Guerras da Restauração no séc. XVII, altura em que começou a ter o aspecto abaluartado que manteve até hoje. A sua construção prolongou-se por todo o séc. XVIII e princípios do séc. XIX.

Durante a 3ª invasão francesa, foi ocupada pelas tropas de Massena após cerco e explosão do magnífico castelo medieval.

Relevo teve ainda durante as Lutas Liberais, perdendo gradualmente a sua importância militar e defensiva com o fortalecimento das relações com o país vizinho e o anacronismo face às novas armas e estratégias militares. As forças militares aqui aquarteladas partiram definitivamente nos anos vinte da actual centúria.

A vila de Almeida é constituída, na zona urbana, por uma apertada estrutura viária, com edifícios de um ou dois pisos, na sua maioria, que pelas suas características nos transmitem a sensação de estar no passado.

1.2. Património construído

Castelo medieval-ruínas

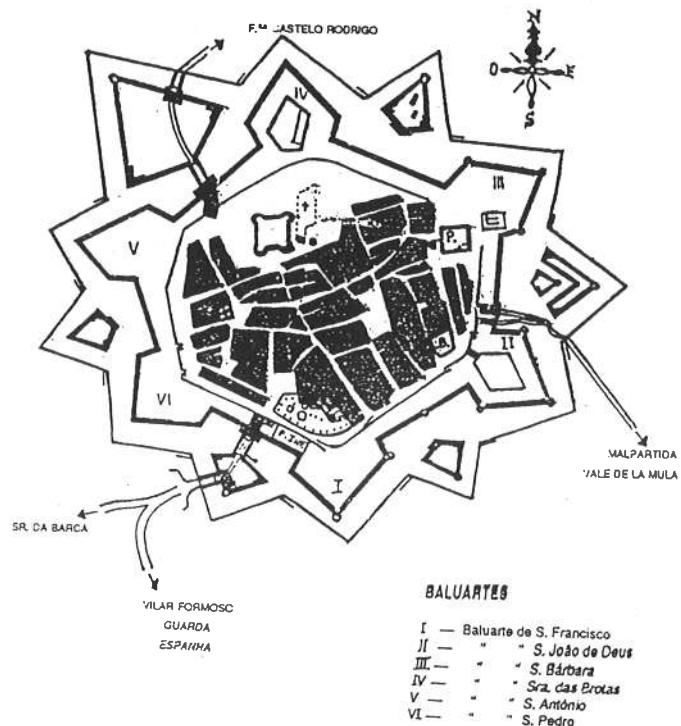
Praça Militar e Muralhas classificadas de Monumento Nacional, tendo estas a forma de um polígono parecido com uma estrela, rodeado por um grande fosso que constitui o primeiro (e um dos mais importantes) dispositivos de defesa. As muralhas, enormes, conferem-lhe a imponência própria das construções militares.

O polígono é geométricamente recortado, com reentrâncias e saliências angulares, de acordo com os princípios de enfiamento e cruzamento de tiro da tática dos séculos XVII e XVIII. Cada ângulo da muralha remete para fora um baluarte, constituindo, hoje, um conjunto curioso a merecer observação atenta. São de referir os baluartes de S. Pedro da Bandeira, do Trem, de Santa Bárbara, de S. João de Deus e de S. Francisco.

Nas muralhas, entre cada par de baluartes, erguem-se pequenos fortins, designados por revelins. O acesso ao interior das muralhas é feito por três portas e um túnel com abóbadas.

As Portas Duplas de S. Francisco ou da Cruz - casa da guarda protege o acesso ao interior da Praça. Na porta exterior encontra-se a Sala das Armas onde estão expostas peças de artilharia, mapas e planos de batalha. Na zona oeste, as Portas Duplas de Sto. António semelhantes às anteriores. Nas primeiras é de notar o imponente brasão e as marcas deixadas pelos bombardeamentos, e nas segundas, o facto de ser a única com toda a escarpa completa. A norte existe ainda uma outra porta, mais recente, datada de 1797.

Há ainda a considerar as Portas Falsas, portas utilizadas normalmente após o toque de recolher, quando todas as outras se encontravam já encerradas.



Quartel das Esquadras - séc. XVIII - antigo quartel de infantaria de desenho arquitectónico invulgar e um lindíssimo brasão no topo.

Casamatas - grande área subterrânea, com 20 salas e corredores abobadados. Utilizado por tropas e população civil durante os bombardeamentos de artilharia. No séc. XIX serviu, de prisão durante as Lutas Liberais, para além de armazém de víveres.

Picadeiro - antigo trem de artilharia e arsenal da Praça serviu também de recinto de equitação.

Praça Alta - local dominante da cidadela. Túmulo de oficial inglês caído durante as guerras napoleónicas. A noroeste avista-se a serra da Marofa e a vetusta Praça de Castelo Rodrigo.

Igreja Matriz - séc. XVII - antigo capela do convento de S. Francisco, passando às funções de templo principal da praça, após a explosão do castelo.

Igreja da Misericórdia - séc. XVII - constituía com o hospital, a Casa da Misericórdia.

Tribunal - antigos paços do Concelho. O único brasão existente ostentando as antigas armas da Vila.

Palácio da Vedoria - séc. XVII - construído para serviço do antigo governo militar, serve hoje de instalações ao Palácio de Justiça.

Câmara Municipal - séc. XVIII - curioso edifício de três arcadas setecentistas. Antigo quartel general e posteriormente prisão.

Torre do Relógio - séc. XIX - construída sobre os escombros da original igreja matriz.

Casa da "Roda dos expostos" - local onde eram deixadas crianças abandonadas, orfãs ou renegadas.

2. AMOREIRA

A povoação dista 25 km de Almeida e 15 km de Freineda. Está situada a cerca de 780 m de altitude, próximo da ribeira das Cabras (afluente do Cõa).

Apesar de terem começado a surgir construções novas tipo "casa do emigrante", o centro da povoação ainda apresenta grande interesse.

A nível de património construído destaca-se a Igreja Filipina, que data de 1619. Trata-se de um templo edificado sobre outro, de época anterior, do qual resta a torre sineira, sepulturas, etc.

3. CABREIRA

Está situada a 26 km de Almeida, a 12 km da estação de Freineda e a cerca de 720 m de altitude, numa encosta bastante íngreme e acidentada, próxima da ribeira das Cabras.

Destaca-se a Zona Central da povoação bem integrada na paisagem natural e ainda a Casa Antiga, admiravelmente enraizada no ambiente tradicional, constituindo vivo testemunho da arte e da técnica de gerações passadas.

4. CASTELO BOM

A povoação dista 18 km de Almeida e está situada sobre um monte, que tem o seu ponto mais alto a 726 m de altitude, de onde pode ser observada a área envolvente de grande beleza paisagística.

Destaca-se em termos patrimoniais o Núcleo Histórico como relíquia da estrutura urbana, o Castelo Medieval - classificado Monumento Nacional, a Casa Seiscentista - de magníficas proporções e exemplo da arquitectura popular - a Igreja de N^a Sr^a da Assunção e o Calvário assente em afloramento granítico de grande dimensão.

5. CASTELO MENDO

Situa-se a cerca de 20 km de Almeida e geograficamente apenas a 2 km da margem esquerda do rio Côa, num local a 720 m de altitude de onde se disfruta paisagem de grande interesse.

Em relação ao património construído, ainda é possível verem-se alguns vestígios daquilo que foi um dos aglomerados de maior importância no período medieval:

Castelo - classificado como Monumento Nacional, apresenta seis portas medievais, sendo a principal de expressão gótica, flanqueada por torrões. As fortificações, ainda que actualmente muito arruinadas, constam de muralha e cidadela com torre de menagem. A porta principal está ladeada por dois porcos modelados em granito e considerados símbolos de fertilidade.

Palácio da Justiça e Câmara (Domus Justitiae et Municipalis) - a lembrar que foi em tempos sede da comarca e do concelho.

Pelourinho - classificado I.I.P. tem 7 m de altura sendo um dos mais altos das Beiras.

Igreja da Misericórdia - trata-se de um monumento do séc. XVII, conservando na capela-mor um bonito tecto, de influência hispano-árabe.

Janela Filipina - situada numa casa particular, dispõe duma elegante moldura e uma legenda do séc. XVII.

Janela Renascença - encontra-se num edifício particular, apresentando um peitoril trabalhado e elegante mísula.

6.FREINEDA

Está situada a cerca de 20 km de Almeida e a 1,5 km da estação do caminho-de-ferro. A povoação encontra-se a uma altitude de 800 m, dominando o vale do Cõa.

No largo da igreja, que constitui o espaço urbano mais significativo de Freineda, encontram-se alguns edifícios de inegável valor e em que sobressai a notável casa que serviu de Quartel General a Lord Wellington durante as invasões francesas.

7.FREIXO

Localizada na margem direita da ribeira das Cabras e a cerca de 780 m de altitude, esta povoação dista 24 km da sede do Concelho e 12 km da estação da Freineda.

Destacam-se como valores de património construído, a Igreja Paroquial autêntica relíquia do passado (com a notável particularidade do seu campanário estar implantado sobre um afloramento rochoso), um grande Portal Barroco e uma Janela Manuelina, numa casa antiga de dois pisos.

8.JUNÇA

A povoação situada no alto da crista que se estende ao longo do Cõa, numa altitude média de 780 m, dista 7 km de Almeida e cerca de 10 km de Vilar Formoso.

Para além do Centro Histórico com tudo o que representa do passado, há a assinalar a Capela de Sta. Maria Madalena, com o campanário em torre própria. Completa o conjunto uma velha árvore envolvida por um tosco banco de pedra, que serve de ponto de encontro e local de reunião (base social).

9.NAVE DE HAVER

Situa-se junto à raia, a cerca de 3,5 km da margem direita da ribeira de Tourões, afluente da margem esquerda do rio Águeda. Dista 22 km de Almeida e 8 km de Vilar Formoso.

Realce para a Igreja Paroquial - construção seiscentista com tipologia única no Concelho - o Largo da Igreja como espaço arquitectónico em que se destaca a harmonia conseguida entre a área livre e o volume das construções envolventes, e ainda algumas Casa Antigas.

10.MALHADA SORDA

A povoação está situada a cerca de 780 m de altitude e junto ao vale do ribeiro da Malhada e outros ribeiros afluentes do Cõa, distando 30 km de Almeida.

Aqui apresenta interesse a Igreja local com um campanário trabalhado, o tecto de madeira pintada e a imagem de Nossa Senhora da Ajuda, pela sua ligação com o Conde D.Henrique.

11.PARADA

Fica situada no extremo sudoeste do Concelho, a mais de 800 m de altitude e dista 28 km de Almeida e cerca de 4 km da estação de caminho-de-ferro da Cerdeira.

Constituem aqui maior interesse o Centro Histórico de cuja estrutura se destaca o Largo da Igreja com construções em pedra, a Igreja de S.Domingos - construção barroca com campanário de período anterior - uma pequena capela e a Casa da Família Fernandes.

12.PEVA

Povoação a 12 km de Almeida e situada na margem direita da ribeira das Cabras a 745 m de altitude.

Merece referência pela sua antiguidade a Igreja de Sta. Madalena, bem como o campanário.

13.LEOMIL

Está localizada na zona do Vale Bernardo por onde corre o ribeiro de Leomil e a cerca de 750 m de altitude, e fica a 15 km de Almeida e a 10 km da estação de Freineda.

Destaque para o Centro Histórico, onde sobressai a Igreja com campanário em pedra negra e o casario envolvente, e na zona à volta da povoação, várias pedras tumulares.

14.VALE VERDE

Povoação junto ao ribeiro de Vale Verde e situada a 690 m de altitude. Dista 16 km de Almeida e 34 km da estação de Vila Franca das Naves.

O Centro Histórico com o pequeno largo onde se situam a Igreja, o campanário, o cruzeiro e a fonte, são testemunhos de um passado distante. Especialistas consideram o Largo onde se localiza a igreja paroquial de Vale Verde como uma das realizações mais notáveis do concelho de Almeida. Quer sob o aspecto urbano, quer sob o aspecto arquitectónico é um exemplo do que é a "verdadeira arte de construir" considerando as funções do espaço em questão e as limitações da arte e da técnica na época.

17.VALE DA MULA

É uma povoação situada entre as ribeiras de Aguiar e de Tourões, por onde passa a linha da fronteira e a 750 m de altitude. Separam-na 8 km da sede do Concelho e 11 km da estação de Vilar Formoso.

Trata-se de um local histórico com interesse paisagístico e que foi local de passagem das tropas de Massena quando se dirigiam para o ataque a Almeida, integrando-se no percurso designado por "Route de Napoleon".

18.SÃO PEDRO DO RIO SÊCO

Povoado localizado junto à ribeira do Rio Sêco e distando 8 km de Vilar Formoso e 12 km de Almeida.

A Igreja Matriz é um interessante templo barroco do séc. XVIII, comprovado por um Portal Manuelino. Dispondo de belas imagens e de um interior cuidado, este templo justifica uma visita.

Passos do Calvário - um interessante compromisso entre a dureza e força do material e a pureza das intenções.

19.VILAR FORMOSO

É um aglomerado populacional constituído por duas aldeias separadas pela ribeira de Tourões. A aldeia situada mais a sul é mais recente e desenvolveu-se a partir do séc.XIX com a introdução do caminho-de-ferro. Nela destaca-se a riqueza de azulejaria da estação ferroviária.

A povoação dista 1 km de Fuentes de Oñoro e 14 km de Almeida. Construída ao que se supõe pelos Templários e com funções paroquiais a partir do séc.XIII/XIV, destaca-se a Igreja Matriz. De referir também a Ermida de N^a Sr^a da Paz e a Capela de Santo Cristo, igualmente de origem templária. A Aldeia Velha possui casas antigas de características regionais com as suas varandas de alpendre.

Há ainda a registar o Calvário e túmulos proto-históricos, abertos nas rochas.

15.MALPARTIDA

A povoação está apenas a 6 km de Almeida, a 19 km de Vilar Formoso e a uma altitude de 700 m. Está situada muito próximo da fronteira e num vale onde corre o rio Sêco, um dos cursos de água que irrigam esta zona.

Como edifício histórico a Igreja de N^a Sr^a da Assunção é a construção mais notável, havendo ainda a referir as Capelas de N^a Sr^a das Neves, Santo António, Santo Tirso e S.Sebastião.

16. VALE DA COELHA

É uma povoação situada no vale, a uma altitude de 721 m junto à ribeira de Tourões que separa Portugal de Espanha naquele local. Dista 6 km de Almeida.

O Pelourinho é a única peça notável integrada no largo principal da povoação, além de uma curiosa pedra de armas instalada na fachada duma casa pertencente à Família Monteiro Lopes.

II. ACTIVIDADES ARTESANAIS, CULTURAIS E RECREATIVAS

Existem ainda no Concelho vestígios de uma produção não mercantil, cujos produtos serviam para troca directa com os produtos agrícolas.

O artesanato, cuja expressão viva é modesta, não deixa de constituir, pela diversidade dos artefactos, factor a considerar num processo de desenvolvimento do Concelho.

Entre as actividades artesanais de interesse identificadas ao nível do Concelho de Almeida, apontam-se:

Olaria	Malha Sorda e Valverde
Baracejo	Aldeia Nova, Freixo e Valverde
Marcenaria	Junça, Miuzela e Malpartida
Cestaria	Miuzela, Vale da Mula e Malpartida
Tapeçarias	Almeida e Miuzela
Tecelagem	Almeida e Leomil
Rendas	Vale da Mula, Parada e Almeida
Albardas	Ansul, Miuzela e Nave de Haver
Latoaria	Miuzela e Almeida
Trabalhos em metal (zinco)	Miuzela
Galritos	Freixo e Almeida
Tamancos	Aldeia Nova
Fiação (linho)	Parada e Castelo Mendo
Sapateiro	Naves e Aldeia Nova
Lacticínios (queijo)	Malpartida, Freineda e Vilar Formoso
Mel	Freineda e Nave de Haver

Disseminadas pelo Concelho existem ainda outras actividades ligadas ao crochet, bordados, mantas, meias, foles e rodilhos.

Do conjunto das actividades mencionadas e por razões que se relacionam com a disponibilidade dos artesãos, com a capacidade produtiva, com a procura e o escoamento do produto, destacam-se a cestaria, a marcenaria (com particular relevo para as cadeiras), os cobres e finalmente, o queijo e o mel.

Na verdade, embora algumas daquelas produções artesanais não se possam considerar em actividade, sobretudo devido à emigração, a sua reanimação, ou no caso das mais importantes, a sua preservação, é uma tarefa imprescindível, não só porque constituem elementos da cultura e memória colectivas, mas também porque são um bom exemplo de aproveitamento dos recursos naturais.

Quanto às feiras, mercados, festas e romarias, apontam-se pela sua importância, os seguintes:

-Feira/mercado de Almeida (todos os dias 8 e último sábado de cada mês) (1)

-Festa da comemoração da batalha do Buçaco, Almeida (último fim de semana antes de 22 de Setembro) com todo o cerimonial e esplendor de que se reveste, incluindo Velada de Armas, Missa Campal e Sarau nocturno; referência ainda para as manifestações ao Senhor da Barca (Domingo de Pentecostes) e à N^a Sr^a das Neves (último domingo de Agosto)

-Feira mensal de Vilar Formoso (primeiro sábado de cada mês) (2)

-Mercado mensal de Castelo Mendo e Freineda

-Romaria anual da Freineda, conhecida por Feira de Sta. Eufémia

-Feira anual do Mido

-Romaria dedicada a Sto. António (Malpartida) com importância pelo seu brilhantismo

-Peregrinação a Sta.Sra. da Ajuda, incluindo procissão (Malhada Sorda).

(1) Com destaque para as feiras de 8 de Abril e de 1 de Setembro.

(2) De importância não apenas nacional mas internacional, já que a ela se deslocam regularmente muitos cidadãos espanhóis provenientes não só das cidades vizinhas, mas de Madrid, e até, Barcelona.

III. OUTROS ASPECTOS A CONSIDERAR

Outros pontos que podem despertar a curiosidade dos visitantes do Concelho são ainda a existência de jazidas minerais de algum valor económico (minas de estanho em Mesquitela, Nave de Haver e Vilar Formoso, minas de titânio em Nave de Haver e Malhada Sorda e minas de volfrâmio em Amorim e Vilar Formoso.

Como curiosidade, assinale-se também os característicos muros de vedação construídos com pedaços sobrepostos de granito e os engenhos para tirar água, designados por picanços ou cegonhas existentes em várias localidades (Malhada Sorda, Vilar Formoso, Malpartida e outras). Trata-se de equipamento de cariz artesanal que, apesar de contrastar com modernos sistemas de rega, não deixa de ter a sua utilidade e que empresta uma nota pitoresca à paisagem.

Finalmente importa referir a riqueza cinegética actualmente existente (tordo, perdiz, coelho, lebre, javali etc.) e as grandes potencialidades que o Concelho ainda dispõe para o seu desenvolvimento.

* * *

É neste conjunto de elementos naturais, patrimoniais e culturais existente no concelho que terão de assentar, basicamente, os produtos turísticos a oferecer tanto aos nacionais como estrangeiros.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

Considerando o número de empresas com sede no concelho, verifica-se a predominância das pertencentes ao sector terciário, com cerca de 75% do total, das quais 42,9% respeitam ao designado "Comércio, Restaurantes e Hoteis".

No que se refere mais propriamente aos equipamentos de apoio turístico, apenas duas localidades do concelho, Almeida e Vilar Formoso, se encontram aptas a proporcionar alguns serviços primários. A primeira porque, sendo sede do concelho é consequentemente plataforma de gestão administrativa; a segunda, porque, para além de possuir uma população relativamente numerosa, desfruta da sua condição de localidade fronteiriça, ponto obrigatório de passagem de um intenso tráfego rodoviário e ferroviário entre os dois países ibéricos.

O total das camas que constituem a oferta hoteleira da sede do concelho é de 104, das quais 40 respeitam à Pousada de Almeida. Os meios de alojamento classificados em Vilar Formoso são constituídos apenas por 2 pensões e 2 residenciais, com a capacidade global de 212 camas. O conjunto de alojamentos disponíveis no concelho, sem levar em linha de conta o recurso a quartos em casas particulares, representa, assim, um total de 316 camas. A taxa de ocupação, bem como a estadia média, têm-se mantido estacionárias nos últimos 5 anos, com valores situados em torno dos 21% e 1.1, respectivamente, o que significa que a oferta de novas camas acompanhou de perto o aumento da procura de alojamentos.

Os restaurantes situam-se exclusivamente nas vilas de Almeida e Vilar Formoso, a primeira com 6 destes estabelecimentos, e a segunda com cerca de uma dezena.

Sob o ponto de vista turístico, o concelho apresenta, ainda, uma imagem muito carente na área dos serviços, podendo concluir-se que a actividade turística, no seu sentido genérico, tem-se baseado num turismo de passagem, cuja retenção no concelho é diminuta por falta de estruturas de acolhimento. As infraestruturas hoteleiras existentes, à excepção da Pousada de Almeida, não têm um grau de equipamento e conforto suficientemente atractivos.

Por outro lado, a má acessibilidade a algumas povoações, bem como aos locais de interesse turístico, associada a uma insuficiente divulgação e promoção das suas potencialidades, não tem contribuído para o incremento do turismo, apesar de se ter registado um relativo crescimento nos últimos anos.

Quanto ao Artesanato, os resultados do levantamento feito, a nível concelhio, pelo Projecto AM 22-P, permitem dizer que o sector se encontra numa situação crítica. O número de artesãos, 70 no total, é, na grande maioria das actividades e das localidades, muito pequeno e os dados disponíveis parecem indicar que muitas das actividades ainda existentes não têm grandes probabilidades de sobreviver por dificuldade de encontrar continuadores. Sintomático, neste aspecto, é o facto de nenhum artesão ter aprendizes, embora a disponibilidade para ensinar essas artes seja manifesta.

Este factor, ligado à bem conhecida dificuldade da viabilização económica de muitas actividades artesanais, coloca em questão a permanência do artesanato no concelho enquanto actividade com alguma expressão monetária.

O Quadro seguinte permite uma visão sucinta da situação do concelho no domínio do artesanato.

ARTESÃOS EM ACTIVIDADE (1) NO CONCELHO

LOCALIDADES	ACTIVIDADES ARTESANAIS	Nº DE ARTESÃOS	IDADES (ANOS)
Aldeia Nova	Sapataria; Baracejo	2	
Almeida	Tecelagem em tear; Arraiolos; Sapataria; Rendas de bilros; Serralharia; Arranjos Florais	13	30 - 80
Ansul	Albardas	1	
Castelo Bom	Rendas; Bordados		50 - 61
Freixo	Baracejos Galritos		
Junça	Marcenaria (cadeiras)	1	32
Leomil	Carpintaria; Terroaria	1	
Malhada Sorda	Mantas de farrapos	1	70
Malpartida	Queijo; Marcenaria		61 - 78
Miuzela	Albardas; Latoaria; Foles; Baracejos; Mantas; Rendas; Tapetes; Rodilhas	15	60 - 90
Nave de Haver	Meias; Rendas; Albardas	2	60 - 70
Naves	Sapataria	1	
Parada	Renda de nó; Fiaccão de linho	1	
Vale da Mula	Crochet; Bordadeiras; Renda de nó	7	40 - 70
Vale de Coelha	Ferreiro	1	
Valverde	Olaria; Baracejos; Rendas (meias)	3	
Vilar Formoso	Cestaria em vime	1	
TOTAL DE ARTESÃOS:		59	

Fonte: Documentos CAIS/AM 22-P (1990)

2. CARÊNCIAS E ESTRANGULAMENTOS

O concelho de Almeida não deixa de se identificar com muitos dos aspectos que são característicos da sub-região raiana. Entre os problemas com que está confrontado apontam-se os seguintes:

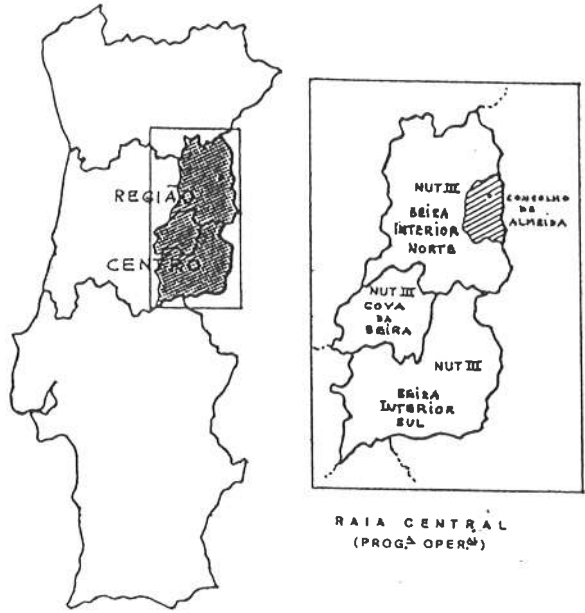
- .Localização periférica e interioridade;
- .Frac a densidade populacional e povoamento muito disperso;
- .Elevado índice de aridez, fraca arborização e clima agreste;
- .Frac o nível de desenvolvimento sócio-económico;
- .Baixa cobertura em redes de infraestruturas básicas;
- .Deficientes condições de acessibilidade interna;
- .Insuficiência de estruturas turísticas de qualidade.
- .Deficiente estruturação e organização do sector turístico;
- .Baixo nível de qualificação dos profissionais do sector;

3. POTENCIALIDADES

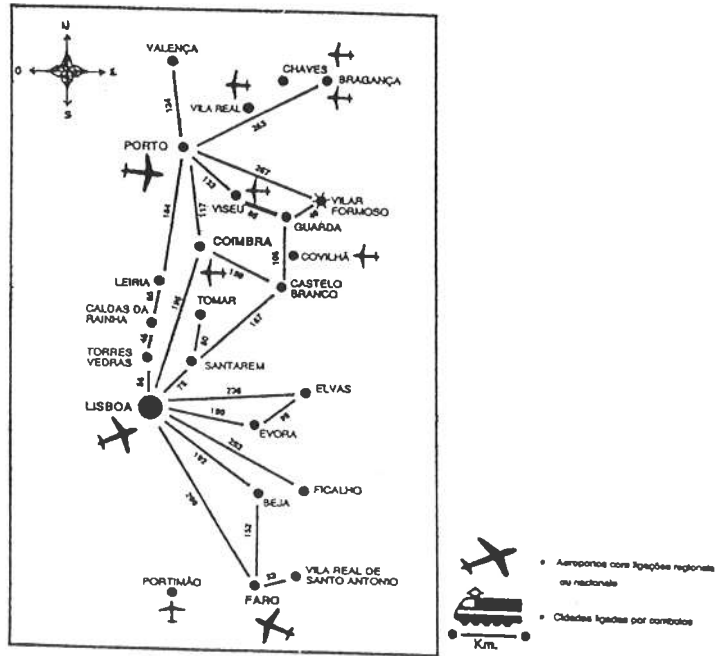
Apesar das carências e estrangulamentos apontados, o concelho dispõe, no entanto, de um apreciável leque de potencialidades que, se devidamente exploradas e valorizadas, poderão constituir-se em importantes factores de suporte do processo de desenvolvimento de que o mesmo necessita.

De facto, o concelho conta com uma das mais importantes portas nacionais rodo-ferroviárias de ligação à Europa, servida por uma estação ferroviária internacional e uma via rodoviária moderna que permite ligações fáceis com o resto do país e a Espanha. Apesar da sua interioridade o concelho é servido pela linha ferroviária da Beira Alta e conta com a relativa proximidade de dois aeródromos (Covilhã e Viseu) da rede aeroportuária nacional, conforme se assinala no Mapa junto o qual nos mostra, de igual modo, as ligações ferroviárias e as distâncias entre as principais cidades do país. Por outro lado, a realização, em Vilar Formoso de uma feira mensal já com tradições e onde se processam transacções de valor muito significativo, o tradicional apreço dos espanhóis pelos produtos nacionais e regionais de qualidade (como textéis, cerâmica, cobres, etc), bem como os preços em serviços de restauração, (mais acessíveis do que os praticados em Espanha), aliados a uma cozinha tradicional bastante apreciada são outros tantos factores favoráveis a explorar e a rentabilizar. A localização fronteiriça permite, por seu turno, um fácil relacionamento com uma vasta região, o "interland" espanhol, gerando fluxos regulares e significativos de visitantes espanhóis, especialmente intensos em épocas festivas.

ENQUADRAMENTO REGIONAL
DO CONCELHO



LIGAÇÕES AEROPORTUÁRIAS
E FERROVIÁRIAS
COM O CONCELHO



Outros factores a explorar são, sem dúvida, o volume apreciável de recursos financeiros depositados na Banca local e provenientes, em larga medida, da poupança dos emigrantes, bem como as qualificações profissionais de que muitos dos regressados vêm dotados.

Mas mais importante talvez que todos os anteriormente referidos, é sem dúvida, a rica e variada panóplia de atributos naturais e histórico-culturais que o concelho possui (ver Mapa seguinte) e que, se sujeitos a uma promoção criteriosa e sistemática, podem, com toda a certeza, constituir-se em factor de desenvolvimento e progresso para o concelho.

Entre esses atributos salientam-se:

- Estrutura paisagística interessante com os seus blocos graníticos e o vale encaixado do rio Cõa, o que aliado à fraca densidade populacional, proporciona excelentes locais de repouso, sem sinais visíveis de poluição do ar ou das águas.
- Casas apalaçadas de boa traça passíveis de utilização para um turismo rural de qualidade.
- Centros históricos e monumentos medievais, assim como o valioso acervo histórico, constituído principalmente pelas praças fortes de Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo e Freineda;
- Conjunto de atractivos de natureza especificamente militar na Vila de Almeida;
- Nascentes de águas minero-medicinais no sítio da Fonte Santa, junto ao rio Cõa;
- Condições favoráveis para o desenvolvimento da prática da caça (coelho, lebre, perdiz, raposa, javali) e da pesca;
- Condições para o aproveitamento e desenvolvimento do estudo de espécies vegetais e em particular de plantas medicinais;
- Ocorrência de feiras, mercados e de festas tradicionais;
- Existência de condições para o desenvolvimento de uma boa e típica gastronomia baseada no produto da caça e da pesca;

- Disponibilidade de artesanato vivo, em especial o queijo, o mel, os enchidos, as rendas, os cobres, as cadeiras, a cestaria e o linho.
- A existência de matéria-prima susceptível de interessar estudiosos no âmbito da História, Cultura, Antropologia, Arquitectura e Arqueologia;
- Estilos de vida comunitária e culturas rurais que, sem prejuízo das mudanças profundas que o desenvolvimento deverá trazer, podem ser recursos a rentabilizar.

4. ESTRATÉGIA

O turismo é uma das componentes de um conjunto de actividades que devem concorrer de forma concertada para o desenvolvimento do concelho de Almeida e cuja concretização só será possível com os necessários apoios financeiros internos e externos.

Daí que a estratégia de acção para o desenvolvimento do sector turístico do concelho tenha tomado como base de referência não apenas os objectivos da política de desenvolvimento regional e em particular da sub-região raiana mas, essencialmente, a realidade concelhia. Tal estratégia assenta, assim, em cinco vectores, a saber: qualidade, valorização, harmonização, diversificação e recuperação.

- Qualidade - porque a competitividade exige a qualidade dos equipamentos turísticos, do serviço e da forma como ele é prestado.
- Valorização - dos recursos naturais, culturais e humanos.
- Harmonização - pela definição de áreas prioritárias de desenvolvimento turístico, com vista a um desenvolvimento harmónico do concelho.
- Diversificação - dos produtos e dos mercados
- Recuperação - através de uma acção incidente sobre os equipamentos que se mostrem descaracterizados, degradados ou desactualizados.

5. OBJECTIVOS GERAIS/NACIONAIS

Como grandes objectivos do turismo a nível nacional, apontam-se, resumidamente, os seguintes:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população portuguesa;

- Contribuir para a protecção do meio ambiente e para a valorização do património histórico e cultural;
- Contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais;
- Aumentar o peso do sector nas contas nacionais.

6. OBJECTIVOS ESPECIFICOS/LOCAIS

Em consonância com os grandes objectivos nacionais defini-ram-se para o concelho os seguintes objectivos específicos:

- Valorizar os recursos naturais o que implica entre outros, a mobilização dos recursos de índole turística;
- Aumentar a actividade turística e seu nível de rendimento por forma a contribuir para a estabilidade da comunidade;
- Promover o artesanato local e a criação de condições que favoreçam a instalação dos artesãos em conjugação com outros sectores de actividade;
- Apoiar a criação de infraestruturas e equipamento de natureza turística, tendo em atenção a ruralidade da área e a preservação do seu ambiente cultural;
- Promover a melhoria e aumento das condições de oferta, bem como dos serviços de acolhimento e informação, em especial junto à fronteira;
- Contribuir para a criação de novos postos de trabalho e para o aproveitamento da mão-de-obra existente;
- Reforçar a maior aproximação e intercâmbio com a Europa e fundamentalmente com a Espanha;
- Aproveitar os recursos financeiros provenientes do aforro dos emigrantes originários de Almeida para investimentos no sector turístico.

7. MEDIDAS E ACÇÕES

Considerando as características do concelho de Almeida e, os objectivos apontados e a estratégia definida, elegeram-se, como mais importantes, as seguintes medidas e acções:

- Promover a criação de um organismo supra-concelhio que represente e valorize os interesses e potencialidades do concelho de Almeida e de outros como o Sabugal, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel;
- Implementar a um programa de sinalização rodoviária que identifique os locais de interesse do concelho;
- Colocar na IP-5, à saída de Vilar Formoso, pelo menos um painel identificando Almeida como Vila abaluartada;
- Criar um balcão de informação turística devidamente sinalizado, em Almeida e reactivar o posto de turismo de Vilar Formoso;

- Produzir folhetos informativos e promocionais, com textos em Português, Francês, Inglês e Alemão;
- Produzir um cartaz de parede com 1x0,7m reproduzindo a vista aérea da Vila de Almeida, para distribuição a empresas turísticas nacionais e estrangeiras;
- Participar, se possível, com um pequeno "stand" na B.T.L. (Bolsa de Turismo de Lisboa) ou partilhar um espaço com autarquias de concelhos limítrofes, designadamente Pinhel e Sabugal;
- Convidar a Rádio para efectuar, ao vivo, uma emissão por ocasião das comemorações da Batalha do Bussaco (invasões napoleónicas);
- Convidar a Televisão a realizar um programa sobre as vilas abaluartadas (Valença, Elvas e Almeida);
- Intensificar as relações com o Centro de Turismo Interno, do Instituto de Promoção Turística, no sentido de este contribuir para a divulgação dos atractivos do Concelho de Almeida e a sua projecção além-fronteiras;
- Formar um pequeno núcleo de guias turísticos (intérpretes);
- Estudar a hipótese de explorar um itinerário turístico-monumental que inclua Almeida, Castelo Mendo, Castelo Bom, Sabugal, Sortelha, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel;
- Promover a construção de um parque de campismo;
- Incentivar o desenvolvimento do turismo em espaço rural (TER), através das modalidades agro-turismo, turismo rural e turismo de habitação, ou pela construção de hotéis rurais;
- Dinamizar o artesanato local tradicional através de apoio financeiro aos artesãos e da promoção de circuitos de comercialização;
- Definir coordenadas de crescimento com vista à satisfação adequada e equilibrada da procura interna e externa de serviços e alojamento;
- Apoiar o desenvolvimento de Zonas de Caça Turística com o implícito aproveitamento turístico dos recursos locais cinegéticos;
- Fomentar o desenvolvimento da gastronomia típica em estreita ligação com o produto da pesca e da caça, através de concursos e outras realizações.
- Construir um aeródromo que possa servir a Beira Interior Norte.

A N E X O 3

LISTA DE CONVIDADOS E PARTICIPANTES

COMISSÃO DE HONRA

Comissário para a Pobreza da Zona Norte - Manuel de Lemos
Governador Civil da Guarda - Rui Proença
Directora Geral da Acção Social - Maria Joaquina Madeira
Presidente da C.C.R. do Centro - Manuel Viegas de Abreu
Delegado Regional da Cultura - João Marinho dos Santos
Presidente do C.R.S.S. da Guarda - Jacinto dias
Presidente do C.E.F.P. da Guarda - Soares Gomes
Presidente do Comité Director do Projecto AM 22 - Ezequiel Marcos
Presidente da Assembleia Municipal de Almeida - Vitor Santos
Presidente da Câmara Municipal de Almeida - António de Sousa Júnior
Presidente da Junta de Freguesia de Almeida - A.Fernando da Fonseca
Presidente Assoc.de Municípios com Centros Históricos - Júlio Sarmento

COMISSÃO ORGANIZADORA

José Antunes Vaz - Chefe de Projecto AM 22
Alexandre Borrêgo - Coordenador Geral AM 22
António Caetano - Vereador e Vive-Presidente da CMA
José Manuel Henriques - UID Portuguesa
Fernanda Rodrigues - UID Portuguesa
Michael Mernagh - UID Irlandesa
Patrick Commins - UID Irlandesa
José Lopes da Nave - Conselheiro técnico AM 22

SECRETARIADO EXECUTIVO

Alfredo Passos Guerra - Coordenador da equipa local
Mário Martinho - Consultor da CMA
Coutinho Borges - Presidente da Associação dos Amigos de Almeida
Raquel Andrade - Equipa local
Eduardo Rosa - Equipa local
Maria da Conceição - Equipa local
Marcos Prata - Correspondente RTP
Francisco José - Equipa local

CONFERENCISTAS

José Manuel Henriques	- UID	Portugal
Patrick Commins	- UID	Irlanda
Wim Van Rees	- URD	Holanda
Richard Hummelbrunner	- O.A.R.	Austria
Pedro Falcão	- DGT	Portugal
Rodrigues de Freitas	- IPT	Portugal

MODERADORES E RELATORES

José Manuel Henriques	- UID	Portugal
Hugues de Varine	- ALDIC	França
Luis Capucha	- CIES	Portugal
Daniela Bachet	- AM 19	Itália
Cesare Pironti	- AM 19	Itália
João Ferreira de Almeida	- CIES	Portugal
Fernanda Rodrigues	- UID	Portugal
Alexandre Borrêgo	- AM 22	Portugal

LISTA GERAL DE CONVIDADOS E PARTICIPANTES

ALBERTO ROA TUDANCA	AM 10	ESPANHA
ALEXANDRE BORREGO	AM 22	PORTUGAL
ALFREDO PASSOS GUERRA	AM 22	PORTUGAL
ANTONIO CAETANO	CMA	PORTUGAL
ANTONIO SILVA F. CARVALHO	CM - SABUGAL	PORTUGAL
ANTONIO SOARES GOMES	CEFP	PORTUGAL
ANTONIO VICTOR V. GOUVEIA	DRABI-EQ.LOCAL	PORTUGAL
ARLETTE CLEMENT	LA SOURCE	BELGICA
ARTUR ALBERTO MARTINS	AM 23	PORTUGAL
ARTUR SEPULVEDA	CONSULTOR	PORTUGAL
ÁLVARO BRANDÃO ESTÊVÃO	NERGA	PORTUGAL
BRUNO CARTON	CEE	BÉLGICA
CARLOS MANUEL R. CONCEIÇÃO	AM 23	PORTUGAL
CESARE PIRONTI	AM 19	ITALIA
CHRIS CURTIN	AM 17	IRLANDA
CONNY DE LANGE	LA SOURCE	BELGICA
DANIELE BACHET	AM 19	ITALIA
EDUARDO ROSA	AM 22	PORTUGAL
ERIK KRARUP	AM 3	DINAMARCA
EZEQUIEL MARCOS	AM 22	PORTUGAL
FERNANDA RODRIGUES	UID	PORTUGAL
FERNANDO FONSECA	JFA	PORTUGAL
FLEMMING PEULICHE	AM 3	DINAMARCA
FRANCISCO JOSÉ	AM 22	PORTUGAL
GORETE SANTOS	AM 22	PORTUGAL
HELENA GAMA LEITÃO FELIX	AM 23	PORTUGAL
HELENA MARIA DA SILVA SALY	PDM - ALMEIDA	PORTUGAL
HUGUES DE VARINE	ASDIC	FRANCE
ISABEL C.DA SILVA	CONSULTOR	PORTUGAL
JACINTO DIAS	CRSS - GUARDA	PORTUGAL
JAQUELINE BERTAUX	LA SOURCE	BELGICA
JAQUIM JOSÉ NUNES PORTAS	CM - SABUGAL	PORTUGAL
JOAO PAULO DE ALMEIDA ROQUE	DRABI	PORTUGAL
JOAQUIM BERNARDO	CIES	PORTUGAL
JOAQUIM MANUEL M. PEREIRA	DRABI	PORTUGAL
JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA	CIES	PORTUGAL
JOÃO MARINHO	AM 22	PORTUGAL
JOSEPHINE DE COURSEY	AM 17	IRLANDA
JOSÉ A.VAZ	AM 22	PORTUGAL
JOSÉ LOPES DA NAVE	AGIRDIN	PORTUGAL

JOSÉ M. FIGUEIREDO DUARTE	AM 23	PORTUGAL
JOSÉ MANUEL HENRIQUES	UID	PORTUGAL
JOSÉ MARQUES	DRABI-CIMO COA	PORTUGAL
JULIO SARMENTO	AMCH	PORTUGAL
LUIS CAPUCHA	CIES	PORTUGAL
LUIS RICA SAIZ	AM 10	ESPANHA
MANUEL LEMOS	COM.ZONA NORTE	PORTUGAL
MANUEL VIEGAS ABREU	CCR CENTRO	PORTUGAL
MARCOS PRATA	AM 22	PORTUGAL
MARIA ANTONIA	U.C.	PORTUGAL
MARIA DA CONCEIÇÃO	AM 22	PORTUGAL
MARIA DA GLORIA SILVA QUINAZ	CM - SABUGAL	PORTUGAL
MARIA DE LURDES NASCIMENTO	CRSS - GUARDA	PORTUGAL
MARIA FILOMENA NAVE TOMÁS	AM 23	PORTUGAL
MARIA ABRUNHOSA DE CASTRO	PDM - ALMEIDA	PORTUGAL
MARIA M.TAVARES DA CONCEIÇÃO	PDM - ALMEIDA	PORTUGAL
MARIO MARTINHO	CMA	PORTUGAL
MICHAEL GANNON	AM 17	IRLANDA
MICHAEL MERNAGH	UID	IRLANDA
MICHAEL O'TOOLE	AM 17	IRLANDA
MICHELLE LURKIN	LA SOURCE	BELGICA
MOUTINHO BORGES	AAA	PORTUGAL
NATIVIDAD DE LA RED	AM 10	ESPANHA
PABLO TABLADO MEDINA	AM 10	ESPANHA
PATRICK COMMINS	UID	IRLANDA
PAULO ANTONIO GONZALEZ SETAS	IN LOCO	PORTUGAL
PEDRO FALCÃO	DGT	PORTUGAL
RAUL DIAS	AM 22	PORTUGAL
RICHARD HUMMELBRUNNER	O.A.R.	AUSTRIA
RODRIGUES DE FREITAS	IPT	PORTUGAL
RUI FERNANDES	AGIRDIN	PORTUGAL
RUI PROENÇA	GOV.CIVIL	PORTUGAL
SARA LOURENÇO	IN LOCO	PORTUGAL
SAREN HOVMANN	AM 3	DINAMARCA
TOM LAVIN	AM 17	IRLANDA
VITÓRIA CAPELO	AM 22	PORTUGAL
VITOR ESTEVÃO	AM 22	PORTUGAL
VITOR SANTOS	AMA	PORTUGAL
WIM VAN REES	UID	BENELUX

2ª PARTE -

TEXTOS INTEGRAIS DAS COMUNICAÇÕES

1. ALOCUÇÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO

Manuel de Lemos

É com o maior prazer que venho hoje aqui estar presente na cerimônia de abertura deste seminário que reputo da maior importância.

O programa POBREZA III tem, como bem sabem, por objectivo encontrar modelos de intervenção que contribuam para a plena integração de todos os cidadãos europeus.

Neste contexto, reveste para nós a maior importância, o estudo de situações de exclusão social em comunidades rurais e procurar aqui criar, também, novas formas de desenvolvimento. E a circunstância de ser possível, neste contexto, promover encontros transnacionais, contribuíra, por certo, para a fixação de uma estratégia comum nos estados membros.

Verifica-se hoje, uma grande apetência nas sociedades modernas por um certo "regresso às origens", nomeadamente nas comunidades urbanas que manifestam aquilo a que poderíamos chamar uma "Nostalgia da Natureza" por oposição a uma cultura urbana do vidro, do aço e do cimento.

O aproveitamento sistemático pelas populações rurais desta tendência pode, se for estrategicamente orientada, vir a traduzir-se num processo de desenvolvimento e bem-estar.

Estou obviamente a referir-me ao aproveitamento e à divulgação do turismo rural e do agro-turismo como uma das possíveis e promissoras indústrias para estas regiões, que terá evidentes repercussões, quer a montante, quer a juzante (outros ramos da indústria hoteleira, artesanato, mobiliário, caça, etc.), quer no mercado do trabalho (com criação de novos empregos), quer no aumento dos rendimentos, quer no nível de vida.

Não sou um técnico nesta matéria. Parece-me, no entanto, importante um modelo de organização que seja capaz de oferecer um verdadeiro pacote turístico para as regiões, com grande qualidade e profissionalismo, procurando a cada visitante, dar uma oferta personalizada, logo, fora dos grandes operadores, das grandes agências, única forma de constituir uma rede local e europeia de qualidade. Daí que os objectivos propostos neste seminário:

- Identificar as principais tendências no turismo rural em termos europeus, nacionais e regionais;

- Avaliar o impacto dessas tendências nos diversos tipos de áreas rurais: montanhas, zonas costeiras, regiões periféricas, e no modo de vida das populações dessas comunidades;

- Estabelecer estratégias e princípios de turismo rural e agroturismo que promovam as comunidades e o bem estar das populações;
- Permitir a troca de informações entre os projectos rurais do programa POBREZA III, na definição de políticas e estratégias de turismo;

Contribuirão por certo para definir uma política que poderá vir a ser adoptada noutros projectos dos diferentes programas nacionais.

Por mim e em nome do Governo Português aguardo com expectativa as conclusões a que chegarem.

Desejo a todos um bom trabalho.

2. O PROGRAMA POBREZA III, A "AUTO-DETERMINAÇÃO SELECTIVA"
DAS COMUNIDADES LOCAIS E O TURISMO RURAL
NA LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL

José Manuel Henriques
Unidade de Investigação e Desenvolvimento
Portugal

Seminário "Exclusão Social e Turismo Rural"

Almeida, 7 de Maio de 1992

O PROGRAMA POBREZA III, A "AUTO-DETERMINAÇÃO SELECTIVA"
DAS COMUNIDADES LOCAIS E O TURISMO RURAL
NA LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL

José Manuel Henriques

1. Programa POBREZA III, projectos locais e "outro"
Desenvolvimento

O Programa POBREZA III é um programa experimental constituído por um conjunto de projectos locais.

Ao propôr a conjugação de "acções-solução" com "estratégias preventivas", ao propôr a referenciação explícita dos objectivos e estratégias à obtenção de "mudanças" na situação de pobreza dos grupos alvo e ao querer associar as formas de resposta à própria problemática da solidariedade social na resposta aos problemas que se colocam à integração económica e social dos menos favorecidos, o Programa POBREZA III vem ao encontro do movimento de "transição paradigmática" no domínio do Desenvolvimento, e do Desenvolvimento Regional, em particular.

Os efeitos de difusão espacial do processo de desenvolvimento e os efeitos da política regional convencional não são suficientes para responder à pobreza. A "mudança" nas situações de pobreza não ocorrerá "automaticamente" como efeito dos referidos processos sem que a iniciativa local e a participação das comunidades influenciem nesse sentido.

O Programa POBREZA III inscreve-se, assim, num movimento de "transição paradigmática" iniciado em finais da década de 70 e que vem influenciando toda a reflexão no domínio do desenvolvimento regional. O "espírito" e as propostas concretas do Programa inscrevem-se no movimento de reestruturação conceptual em torno da proposta de um "outro" Desenvolvimento(1) ao qual se encontram ligadas as propostas de um Desenvolvimento Regional "Endógeno" e do Desenvolvimento Local.

O carácter "local" dos projectos do Programa apresenta-se com base em dois tipos distintos de preocupação:

a) como metodologia de análise das articulações entre a estruturação global e o vivido concreto e quotidiano para compreensão mais profunda da confluência multidimensional dos mecanismos económicos e sociais subjacentes ao empobrecimento;

b) como metodologia de ensaio de respostas eventualmente mais adequadas à luta contra a pobreza e a exclusão social tendo por base a integração intersectorial e multinível assim como o reforço de competências a nível local para o enraizamento institucional da resposta possível aos grupos alvo na comunidade local (2).

2. Mecanismos geradores de "exclusão social" no seio da Comunidade Europeia e desintegração da sociedade rural

A pobreza e a exclusão social dizem respeito a uma realidade que a nível mundial, europeu e nacional mostra sinais de expansão e de acentuação da sua complexidade (3).

Em 1985 cerca de 1115 habitantes do conjunto dos países em desenvolvimento viviam com um rendimento anual inferior a US \$ 370 (cerca de 50.000\$00) (WORLD BANK, 1990). No mesmo ano, a Comissão das Comunidades Europeias, identifica 50 milhões de pobres na Europa Comunitária, ou seja, 15% da respectiva população. Em Portugal esta percentagem eleva-se para cerca de 30% (COMISSÃO EUROPEIA, 1991).

Entretanto, não existem sinais de que a pobreza e a "exclusão social" venham conhecendo uma atenuação da sua incidência. Pelo contrário, os sinais existentes configuram uma sua acentuação.

O desemprego, a precarização das relações de trabalho e a desintegração das redes de solidariedade social apontam para a diversificação e complexidade crescentes das formas de "exclusão social". A desagregação da sociedade rural e a crescente concentração urbano-metropolitana das populações introduzem problemas crescentes a socialização das crianças e jovens, a integração social e a participação dos activos economicamente integrados, a integração dos excluídos pelos processos de reestruturação produtiva e ao isolamento dos idosos.

No seio da Comunidade Europeia, o próprio processo de integração económica é acompanhado por mecanismos geradores de "empobrecimento" e "exclusão social" em que se podem identificar elementos "externos" e "internos".

A agudização da concorrência mundial, a recessão e o abrandamento do crescimento económico, as transformações político-económicas em curso nos países da Europa Central e de Leste e as tensões migratórias daí resultantes constituem alguns dos elementos externos mais significativos. A eles se deverá juntar a utilização sistemática da inovação tecnológica como via para a diminuição de custos de produção (processo que se acelerou na sequência dos aumentos no preço do petróleo verificados no início da década de 70). Concomitantemente, tem-se assistido à aceleração da "disjunção funcional espacial" dos processos produ-

tivos em paralelo com o peso crescente das empresas multinacionais no comércio internacional no quadro do que vem sendo designado por "Nova Divisão Internacional do Trabalho".

Entre os elementos "internos" à Comunidade Europeia sublinhem-se as escolhas tecnológicas favorecendo uma maior divisão do trabalho e a destruição de postos de trabalho, as mudanças estruturais do mercado de trabalho em que o novo emprego tem vindo a exigir qualificações mais elevadas embora associados a maior precaridade e às políticas económicas que vêm atribuindo prioridade às políticas monetárias devido às restrições impostas pela construção do Sistema Monetário Europeu.

3. "Espacialidade" do empobrecimento e a "especialização" produtiva regional

O empobrecimento manifesta-se de forma territorialmente diferenciada e associado aos efeitos económicos e sociais das relações de interdependência regional:

Ainda não há informação que permita constatar de forma clara a inversão dos mecanismos estruturais subjacentes à acentuação de desequilíbrios regionais cumulativos que vinham caracterizando o desenvolvimento regional no nosso país.

No contexto da integração europeia, a expressão do empobrecimento em cada comunidade local vai depender da sua inserção na divisão internacional do trabalho à escala da Comunidade Europeia e a nível mundial. De qualquer modo, regiões especializadas em actividades produtivas em recessão ou reestruturação verão, com elevada probabilidade, os fenómenos do empobrecimento acentuarem-se no seu seio.

No contexto mundial e europeu contemporâneo, políticas macroeconómicas e sectoriais não serão suficientes para contrariar fenómenos que se admitem crescentes como é o caso do desemprego.

O empobrecimento e a exclusão social nestas regiões também não poderão conhecer resposta satisfatória através dos instrumentos convencionais da política regional. Refiram-se, sinteticamente, os seus principais limites (STOHR, W., TODTLING, F., 1977):

a) a realização de infraestruturas rodoviárias surge associada a reflexos mais significativos nos "centros" que nas "periferias" e concorre para a desintegração mais acelerada dos circuitos económicos regionais e locais.

b) os incentivos financeiros pouca influência demonstram nas decisões relativas a localização do investimento e têm sido principalmente aproveitados na implantação de filiais das empresas multiregionais e multinacionais sem influência na migração.

c) os polos de desenvolvimento mostram ter efeitos de difusão inferiores aos efeitos de polarização e efeitos multiplicador superiores nos centros de ordem superior e não nos centros de ordem inferior.

4. "Auto-determinação selectiva", iniciativa local e planeamento estratégico na luta contra a pobreza: o desafio do desenvolvimento local e a experiência portuguesa.

Uma vez que a transição paradigmática em curso introduz uma abordagem territorializada de "outro" desenvolvimento, o desenvolvimento regional emerge como desenvolvimento local a diferentes escalas territoriais. Relaciona-se com os aspectos ecológicos, económicos, psico-sócio-culturais e políticos da mobilização de recursos locais para a satisfação de necessidades básicas nas comunidades locais.

O desenvolvimento local surge, assim, como local de "outro" desenvolvimento. É atribuída prioridade aos grupos sociais mais desprotegidos e pressupõe-se a sua mobilização em torno de projectos de desenvolvimento determinados "endogenamente" às comunidades locais.

Numa proposta de aprofundamento do conceito de desenvolvimento local poder-se-ão identificar três dimensões (HENRIQUES, J.M., 1989 (c)): a existência de um projecto-esperança referenciador da acção individual e colectiva, um processo de defesa e de mobilização de recursos tendo em vista a satisfação das necessidades básicas nas comunidades locais e a animação da solidariedade activa para a reconstrução da vida socio-comunitária.

Admite-se que processos de desenvolvimento local permitam transformar espaços de contiguidade física em espaços de solidariedade activa (GREFFE, X., 1985), e que sejam a expressão de solidariedade local na construção de novas relações sociais e na valorização de recursos locais (GUIGOU, J.L., 1986). Processos de desenvolvimento local requererão o desenvolvimento activo da comunidade local, a "autodeterminação selectiva" (4) e a utilização dos recursos locais em função de critérios orientados pela procura de "vantagens regionais estratégicas" e não exclusivamente de vantagens comparativas (WEAVER, C., 1988).

Todavia, a eficácia na acção relativa a promoção do desenvolvimento local pressupõe um conceito operacional de "subdesenvolvimento local". Retoma-se a proposta já noutra lugar avançada (HENRIQUES, J.M., 1989 (c)). A não-emergência de iniciativas locais tendo em vista o controlo de processos de desintegração regional, a mobilização de recursos locais e a desintegração sócio-comunitária da "vida de relação" poderão constituir os aspectos essenciais do "subdesenvolvimento local".

A promoção do desenvolvimento local incide, assim, sobre a necessidade de promover projectos de desenvolvimento local, a necessidade de reforçar a capacidade de "auto-determinação selectiva" e a necessidade de animar e reforçar a solidariedade local.

Na defesa da desintegração regional (5) destaca-se o papel que poderá ser desempenhado pelas comunidades locais no controlo do uso dos seus recursos sempre que iniciativas exógenas determinam que tais usos contrariem interesses territoriais locais.

Assim, a luta contra a pobreza e a exclusão social poderão requerer a iniciativa e a auto-organização das comunidades locais na procura de soluções para os seus próprios problemas, nomeadamente, na auto sustentação de "impulsos" para o desenvolvimento que efectivamente se traduzam pela defesa e valorização dos seus recursos e pela integração económica e social dos menos favorecidos na comunidade local. Porém, essa capacidade de auto-sustentação poderá não emergir "espontaneamente". A animação do desenvolvimento local surge indissociavelmente ligada à luta contra a pobreza.

Entretanto, para além do envolvimento das populações nas actividades económicas formais do sector privado ou do sector público, o envolvimento em actividades do "sector autónomo"(6) (cooperativas, mutualidades, associações culturais, políticas ou religiosas, auto-construção, produção agrícola para auto-consumo, etc.) poderá revelar-se particularmente adequado à procura de respostas para os problemas mais prementes.

Face à insuficiência de políticas exclusivamente centralizadas, a iniciativa local torna-se imprescindível assim como a vontade política territorial de afirmar prioridades locais e procurar inflectir mecanismos económicos globais a essas prioridades.

As formas de acção passam a englobar os aglomerados familiares no seu conjunto, a sua inserção nas respectivas comunidades locais e a acção social convencional vem-se fundindo com a animação económica local e a promoção do desenvolvimento.

De qualquer modo, as possibilidades de acção e os modos de agir pressupõe uma profunda reestruturação conceptual na qual se inscreve a proposta acima apresentada.

5. Turismo rural, desenvolvimento local e luta contra a pobreza e a exclusão social em regiões periféricas de tradição rural

O "Turismo Rural"(7) está "simbolicamente" associado à qualidade ambiental. Associa alguém que "viaja" a uma intencionalidade na deslocação. Retomando o sentido inicial das primeiras "viagens turísticas", da peregrinação à viagem com carácter instrutivo, talvez se possa reencontrar um "novo" sentido a valorizar.

A promoção do "turismo rural" carece de um projecto e de um agente social que assuma a sua liderança territorialmente diferenciada. No contexto da luta contra a pobreza, há que assegurar que as iniciativas a promover possam traduzir-se em efeitos directamente observáveis na situação dos mais pobres.

A criação de emprego é, em geral, reduzida e sazonal. Talvez a pluriactividade possa encontrar lugar nessas acções. Em qualquer dos casos, a valorização sistemática dos recursos dos mais pobres não tem solução simples através de iniciativas turísticas (alojamento, restauração, etc.). Poderá o minifúndio facilitar a manutenção de formas de exploração agrícola estrategicamente relevantes do ponto de vista da valorização dos recursos e da qualidade ambiental a preservar?

a) Animação de "projectos-esperança"

A animação do turismo rural constitui uma área em que não serão de esperar iniciativas globais territorialmente diferenciadas sem uma acção deliberada nesse sentido. A proposta de um quadro de referência para a iniciativa individual e animação de "ideias de projecto" necessariamente inovadoras no contexto local pressupõe a actuação deliberada de uma entidade que assume esse papel.

A experiência portuguesa de iniciativa municipal poderá fornecer numerosos exemplos de formas possíveis de actuação com a adopção de soluções e modelos organizativos muito distintos. A título ilustrativo, poderão ser mencionados: a Sociedade de Desenvolvimento Local "Ribeirapêra" em Castanheira de Pêra, a Associação para o Desenvolvimento e Defesa do Ambiente em Portel, uma Agência de Desenvolvimento na Península de Setúbal ou uma Sociedade de Desenvolvimento Regional no Vale do Ave.

b) Controlo e mobilização de recursos locais

A possibilidade de controlar e animar a mobilização de recursos localmente disponíveis constitui um pressuposto-base no turismo rural. Destacam-se todas as acções que tenham por objectivo a preservação da base ecológica de sustentação e a animação da mobilização de recursos.

i) Defesa da base ecológica de sustentação

Um exemplo muito interessante das potencialidades da iniciativa municipal neste domínio poderá encontrar-se exactamente na zona da raia. Face à intenção espanhola de localizar junto da fronteira portuguesa uma estação de tratamento de resíduos radioactivos envolvendo risco significativo para as populações, a oposição demonstrada pelos Municípios portugueses traduz uma sensibilidade particular. Trata-se, efectivamente, de uma

situação em que claramente surge percebido que a possibilidade de que ocorram danos irreparáveis não pode ter compensação monetária compensadora. É um caso emblemático dos limites do princípio "poluidor-pagador". Qualquer projecto de animação de turismo rural ficaria inviabilizado face a tão profunda "desqualificação ambiental".

ii) A mobilização de recursos financeiros e a animação da pequena iniciativa empresarial local

Os esforços de mobilização de poupanças locais empreendidos pelos Municípios de Castanheira de Pêra, através da referida Sociedade, e de Santo Tirso através da Caixa de Crédito Municipal, são exemplos de tentativas no sentido referido, embora, com sucesso reduzido.

A animação da pequena iniciativa empresarial tem conhecido muitas formas, desde incentivos indirectos (cedência de solo industrial, subsídios por postos de trabalho criados) até animação directa da iniciativa empresarial (aproveitamento do Programa ILE, animação cooperativa, etc.).

iii) A centralização da comercialização e a "transacção" de produtos turísticos

A descentralização da pequena produção tem que ser acompanhada pela "centralização" da comercialização e da promoção da qualidade dos produtos locais no exterior. Também a animação económica se poderá inscrever nesta perspectiva. A organização de feiras e mercados, a defesa da demarcação regional de zonas de produtos de alta qualidade (vinho, queijo, etc.) concorrem para a valorização dos produtos e para uma maior facilidade na sua venda.

A promoção do turismo rural pode ser associada a este tipo de iniciativas. Mas pode também ser enriquecida pela descoberta de "novos" turistas a partir das potencialidades que se abrem através das relações sociais que envolvem os habitantes. Os laços afectivos e de solidariedade que unem os residentes a familiares e amigos migrantes, assim como as relações destes nas zonas de acolhimento poderão constituir potencialidades a equacionar.

Do mesmo modo, momentos de estadia para idosos hospedados em lares em áreas urbanas podem dar lugar a preparação de soluções inovadoras do ponto de vista económico. Protocolos entre IPSS e Organizações turísticas locais poderiam dar lugar à "construção" institucional de circuitos económicos facilitadores de uma maior integração económica dos menos favorecidos (emprego, absorção de pequena produção mercantil de produtos agrícolas de qualidade, pequenos serviços, etc.).

c) Reconstrução da vida comunitária e animação da economia social

A Economia Social (associações, cooperativas, mutualidades) constitui um domínio privilegiado de integração do económico com o social e onde as especificidades socio-culturais podem encontrar-se associadas a "condições de possibilidade" para soluções económico-financeiras inovadoras.

O Programa ILE oferece potencialidades interessantes no que respeita a integração económica no âmbito do turismo rural. Muitas das iniciativas já existentes se integram neste domínio (restauração, actividades desportivas ao ar livre, pequena hoteleira, etc.).

6. Reflexões finais

A "crise" financeira do "Estado Providência" contribui para uma mais clara percepção da "crise" de valores, de pressupostos e de métodos de intervenção em que a acção estatal se tem baseado nos países ocidentais ao longo dos anos que se seguiram à segunda guerra mundial.

Todavia, problemas financeiros, raramente são problemas de financiamento. Traduzem o desajustamento entre os métodos de intervenção e as formas de resposta possível aos problemas sociais. Os fenómenos da pobreza e "exclusão social" tornam-se insólitos através dos métodos convencionais assentes em transferências financeiras para os beneficiários individuais.

A "riqueza" regional poderá exprimir-se pela capacidade demonstrada por uma região de exportar os seus produtos. Mas a "riqueza" regional também poderá exprimir-se pela capacidade autónoma de satisfazer as necessidades das suas populações através do pleno envolvimento dos seus recursos (WEAVER, C., 1984). Ou seja, a "criação de riqueza económica" tanto poderá ocorrer através da produção dos chamados valores de troca como através de valores de uso. Aliás, o ponto de partida dos economistas clássicos.

A necessidade de "inovação" na luta contra a pobreza e a exclusão social corresponde também à necessidade de reencontrar no passado recente a origem dos valores, ideias e modelos teórico-conceptuais cujo desfazamento com a natureza dos problemas contemporâneos poderemos sentir como insustentável. Talvez um caminho estimulante assim se abra à profunda reestruturação conceptual que vamos sentindo necessária.

NOTAS:

(1) A expressão "'outro' desenvolvimento" relaciona-se com os esforços de reestruturação do conceito tradicional de desenvolvimento. Inclui a referência explícita às necessidades humanas (GHAI, 1977), a escala da interacção humana (SHUMACHER, E.F., 1973; KHOR, L., 1985), a "desalienação" e a democracia participativa (BIRO, A., 1981; MABOGUNJE, A., 1980; WIGNARAYA, P., 1977). Pobreza, desemprego e desigualdade social (SEERS, D., 1979) são tomados como critérios de acção. O desenvolvimento é entendido como processo conflituoso de "mudança social" e o subdesenvolvimento como produto histórico (FURTADO, C., 1979; GURLEY, 1979).

(2) O conceito de "comunidade local" será utilizado como categoria descritiva (SUTTLES, G., 1972). Será usado no duplo sentido de "articulação territorial da interacção humana de pequena escala" e de "unidades territoriais de desenvolvimento". Para o propósito que norteia esta reflexão com ele se designará o território concelhio.

O conceito de "comunidade local" descreverá uma estrutura particular de sociedade caracterizada por reunir os indivíduos que partilham o mesmo território na reprodução quotidiana das suas existências.

Dentro da "comunidade local" diferentes "comunidades de interesses" poderão coexistir. Trata-se, neste caso, de grupos de indivíduos que partilham as suas existências, preocupações, objectivos comuns ou projectos. Poderão existir tantas "comunidades de interesses" quantas actividades aglutinadoras (CALDEIRA, C., 1970).

(3) O conceito de pobreza será usado de forma distinta relativamente ao conceito de "privação" (TOWNSEND, P., 1979, 1987; TOWNSEND, P., COSTA, A.B., 1984). Será usado não para designar "condições de vida", mas para designar uma situação existencial individual ou colectiva caracterizada pela inadequação ou insuficiência de recursos disponíveis por forma a assegurar a satisfação das necessidades básicas.

Como não se trata de definir uma situação estática e invariável usar-se-à o termo "empobrecimento" como forma de conotar com o processo subjacente à actuação dos mecanismos económicos e sociais que estão na base da desvalorização, destruição ou inacessibilidade a recursos, ou ainda, a "custos sociais" a suportar a nível individual ou colectivo através de recursos mantidos constantes.

Assim, o conceito de "pobreza" não se reporta em exclusivo ao baixo rendimento. A "pobreza" surge redefinida como condição de "exclusão" relativamente às "bases do poder social" (FRIEDMANN, J., 1987).

O "auto-potenciamento colectivo" ("collective self-empowerment") consistira na auto-organização para a "reconquista" do acesso às bases do poder social: recursos financeiros, tempo, conhecimentos relevantes, informação estratégica, organização social e capacidade produtiva.

O conceito de "exclusão social" procura conotar a multidimensionalidade dos processos sociais subjacentes ao empobrecimento e à não realização dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados. Com ele se designarão os processos subjacentes à mudança qualitativa das situações existenciais dos empobrecidos. Um pobre não é um rico sem dinheiro (BARTOLI, H., 1990).

Por "exclusão económica" serão designados aqueles aspectos característicos do empobrecimento e que directamente se relacionam com a impossibilidade de consumir, com a impossibilidade de ter acesso ao mercado de trabalho e com a impossibilidade de ter acesso a factores produtivos (capital, terra) (SILVA, M., 1986).

(4) As expressões "auto-determinação selectiva" e "vantagem regional estratégica" referem-se a questões centrais das estratégias de desenvolvimento regional "endógeno".

A "vantagem regional estratégica" corresponde ao questionamento da aplicabilidade dos pressupostos das "vantagens comparativas" no comércio interregional. Corresponde, em síntese, ao pressuposto de que a "exportação regional" deverá ser fortemente restringida e de que se deve orientar exclusivamente para as situações em que e região goze de uma posição negocial favorável.

A "auto-determinação selectiva" resume-se no objectivo de procurar satisfazer as necessidades básicas das populações de uma região recorrendo por todos os meios mobilização integral de todos os recursos disponíveis. Todos os instrumentos de ordem política, legislativa ou financeira deverão ser accionados para alcançar aquele objectivo (STOHR, W., 1983; STOHR, W., TODLING, F., 1977; WEAVER, C., 1988). Corresponde à tradução para português da expressão alemã "selektive Eigenständigkeit" proposta por Walter Stohr para matizar a expressão que inicialmente usou "selektive Abkoppelung". Esta última expressão equivale à expressão inglesa "selective spatial closure".

(5) "Desintegração regional" (STOHR, W., 1981, b) respeita ao processo de degradação dos recursos de uma região em resultado da sua dependência unilateral dos mecanismos económicos e sociais da integração funcional às escalas nacional e internacional: "drena-

gem" de recursos financeiros e de recursos naturais não renováveis, sobreutilização de recursos inviabilizando a auto-regeneração de recursos naturais renováveis, emigração, etc..

(6) A noção de "sector autónomo" é usada no texto para designar um conjunto alargado de actividades que não podem, em rigor, ser incluídas no sector privado nem no sector público (HENRIQUES, J.M., 1984; HENRIQUES, J.M., 1985): associações, cooperativas, mutualidades, organizações sem fins lucrativos (políticas, culturais, religiosas), trabalho comunitário voluntário, trabalho doméstico, movimentos sociais, produção para auto-consumo, auto-construção, etc..

O sector autónomo é considerado o "espaço social" privilegiado para a reconstrução da vida social (MATZNER, E., 1979), para a prática quotidiana da democracia participativa (CALDEIRA, C., 1979), para a conquista de "espaços de autonomia" (GORZ, A., 1982), para a "experimentação social" (GREFFE, X., 1982) e genericamente para a satisfação de necessidades específicas que não possam ser satisfeitas nem pelo mercado nem pela intervenção do estado (MATZER, E. 1982; ROSANVALLOM, M.P., 1980).

(7) "Turismo rural" e "Produto Turístico"

Com base no trabalho de José Luís Casanova (CASANOVA, J.L., 1990) o "turismo", representará um conjunto de actividades e práticas sociais relacionadas com a produção de lazeres associada a viagem mobilidade espacial. Associado ao lazer, e tendo por origem a peregrinação (associação do ócio ao sagrado), o turismo ficou mais tarde associado a "viagem" com fins educativos ("faire le grand tour", expressão utilizada na Grã-Bretanha para designar as viagens no Continente efectuadas pelos jovens aristocratas ingleses) e começa-se a usar o termo "tourist" no século XIX para nomear aqueles que faziam esta "grande volta".

Anne Marie Fiquet (FIQUET, A.M., 1992) associa à expressão "turismo rural" todas as formas de turismo em espaço rural. A expressão evoca para si actividades ao ar livre, turismo de descoberta cultural, de descoberta do meio natural, de descoberta gastronómica e de descoberta cultural.

Assim, a expressão "Turismo Rural", será usada enquanto associação do ócio à actividade turística, designando genericamente, a oferta de produtos turísticos nas áreas rurais (alojamento, restauração, etc.) tendo por consumidor preferencial o "viagente" com origem nas áreas urbanas. O Produto turístico é marcado pela sazonalidade da procura, por pressupor a deslocação do consumidor e por radicar no espaço, um território concreto com "qualidade turística". Trata-se, naturalmente, por uma "qualidade" socialmente atribuída, que pode em qualquer momento, ser depreciada por um uso exaustivo ou por uma desqualificação

simbólica. A "qualidade simbólica" fundamental atribuída ao turismo rural é a da "qualidade ambiental", embora o turista não deixe de reproduzir as suas práticas quotidianas urbanas numa pretensa intenção de contacto directo com a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTOLI, H. (1990) Progrès et Pauvreté: les Concepts et leur Dialéctique selon les Civilisations et les Cultures in UNESCO (1990) Pauvreté, Progrès et Développement (Paris: L'Harmattan/UNESCO)
- BERGER, G., (1964) Phénoménologie du Temps et Prospective (Paris: P.U.F.)
- BIRO, A. (1981) The Local Space: a Privileged Instance of Development, in "Development Dialogue", 1981:1 (Uppsala: Dag Hammarskold)
- CASTEL, R. (1990) Les Situations-Limité du Processus de Marginalisation: de la Vulnérabilité a la Desaffiliation, in "Pauvreté, Marginalisation et Exclusion Sociale en Europe dans les Années 1990" (Alghero: Commission of European Communities)
- CISEP (1992) European Community Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion (Lisboa: CISEP)
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES (1988) Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Conselho e ao Parlamento Europeus; Excertos do Documento PECO-394 de Julho de 1988, in "A Rede", nº2 (Faro: Projecto RADIAL)
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES (1991) La Perception de la Pauvreté en Europe (Bruxelles: Commission des Communautés Européennes)
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES (1991) Rapport Final du Second Programme Europeen de Lutte Contre la Pauvreté 1985-1989 (Bruxelles: Commission des Communautés Européennes)
- COSTA, A.B. (1984) Conceito de Pobreza, in Estudos de Economia, vol IV, nº3 (Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão)
- COSTA, A.B., SILVA, M., PEREIRINHA, J., MATOS, M. (1985) A Pobreza em Portugal (Lisboa: Caritas)
- CORE, C. (1984) Regions in Question (London: Methuen)
- FREIRE, P. (1975) Pedagogia do Oprimido (Porto: Afrontamento)
- FRIEDMANN, J. (1987) From Social to Political Power: Collective Self-Empowerment and Social Change (Los Angeles: School of Architecture and Urban Planning/ University of California)
- FRIEDMANN, J. (1988) Life Space and the Economic Space: Essays in Third World Planning (New Brunswick & Oxford: Transaction Books)

- FURTADO, C. (1979) An Age of Global Reconstruction in JAMESON, K., WILBER, C. (1979) Directions in Economic Development (London: Notre Dame Press)
- GALTUNG, J. (1980) The Basic-Needs Approach, in LEDERER, K. (1980)
- GHAI, (1977) What is a Basic-Needs Approach to Development (Genève: International Labour Office)
- GODET, M. (1985) Prospective et Planification Stratégique (Paris: P.U.F.)
- GREFFE, X. (1982) L'Économie Non Officielle, in problèmes Économiques, no. 1.771
- GURLEY, J. (1979) Economic Development: a Marxist View, in JAMESON, K., WILBER, C. (ed) (1979) Directions in Economic Development (London: Notre Dame)
- HENRIQUES, J.M. (1984) "Economia Autónoma e Território" in A Ideia, nº 34-35 (Porto: Afrontamento)
- HENRIQUES, J.M. (1985) "A 'Invisível' Economia Autónoma na Crise: uma Alternativa?", in Estudos de Economia, Vol VI, nº1 (Lisboa: Instituto Superior de Economia)
- HENRIQUES, J.M. (1989)(c) Facing local underdevelopment": challenges to Municipal Intervention, comunicação apresentada ao seminário "Theories and Policies of Local Development" (Ilha de Rodes: Joint Programme on Regional Science Studies in Southern Europe, Regional Science Association)
- HENRIQUES, J.M. (1990)(a) Municípios e Desenvolvimento: Caminhos possíveis (Lisboa: Escher)
- HENRIQUES, J.M., (1990)(b) Reestruturação Económica Global, Iniciativa Municipal e Dinamização da Vida Económica Local, in "A Engenharia Financeira no Município" (Lisboa: Municipalis)
- HENRIQUES, J.M., LOPES, R.G., BAPTISTA, A.M. (1991) O Programa ILE em Portugal (Lisboa: Escher)
- HESS, K.MORRIS, D. (1975) Neighbourhood Power (Boston: Beacon Press)
- KOHR, L. (1985) Rettung im Kleinen in HENTSCHEL, R., KUMAR, S. Viele Wege (Munchen: Dianus-Trikont)
- LEDERER, K. (1979) Bedürfnisse: ein Gegenstand der Bedürfnisforschung

- MEYER-ABICH, K., BIRNBACHER, D.(ed) (1979) Was Braucht der Mensch um Glücklich zu sein (München: C.H. Beck)
- LEDERER, K. (1980) Needs Methodology: the Environmental Case in Lederer, K. (ed) (1980) Human Needs: a Contribution to the Current Debate (Berlin: Oelgeschlager)
- LEHMANN, D. (1978) Development Theory (London: Frank Cass)
- LOPES, A.S. (1980) Desenvolvimento Regional (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian)
- MABOGUNJE, A. (1980) The Development Process: a Spatial Perspective (London: Hutchinson University Library for Africa)
- SATISH, A. (1985) Reflecting on Development: Insular Theories and Global Pretensions, in "Journal fuer Entwicklungspolitik", 1, pp. 13-24
- SCHUMACHER, E.F. (1973) Small is Beautiful (Lisboa: D. Quixote)
- SCHWEFEL, D. (1979) Grundbedürfnisse und Entwicklungspolitik (Baden-Baden: Nomos)
- SCOTT, J. (1985) Weapons of the Weak (New Haven & London: Yale University Press)
- SEERS, D. (1979) The New Meaning of Development, in SEERS, D. (1979) The Meaning of Development, in LEHMANN, D. (1979)
- SILVA, M. (1986) Agentes Económicos em Situação de Exclusão, in II Conferência CISEP "O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica" (Lisboa: CISEP)
- STOHR, W. (1981) (a) Development from Below: the Bottom-Up and Periphery-Inward Development Paradigm, in STOHR, W., TAYLOR, D.F. (1981) Development from Above or Below? (Chichester: John Wiley)
- STOHR, W. (1981)(b) Towards "Another" Regional Development? In Search of a Strategy of Truly "Integrated" Regional Development, in MISRA, R.P., MONJO, M.(ed) Changing Perception of Development Problems, Volume I "Regional Development Series" (Nagoya: Maruzen Asia)
- STOHR, W. (1983) Alternative raumliche Entwicklungsstrategien Endogener "Selektiver Eigenständigkeit", in "Osterreichische Zeitschrift fur Soziologie", 3/1983 (Wien: Osterreichische Gesellschaft fur Soziologie)
- STOHR, W. (1984) Changing External Conditions and a Paradigm Shift in Regional Development Strategies?, in "Estudos de Economia", Vol. IV, no. 4 (Lisboa: Instituto Superior de Economia)

STOHR, W. (1986) Regional Innovation Complexes, in "Papers of The Regional Science Association", Vol. 59, 1986

STOHR, W. (1987) Regional Economic Development and the World Crisis, in "International Social Science Journal", no. 112 (Basil Blackwell/Unesco)

STOHR, W., TODTLING, F. (1976) Evaluation of Regional Policies: Experiences in Market & Mixed Economies, in HANSEN, N. (ed) (1977) "Human Settlement Systems" (Cambridge: Ballinger)

STOHR, W., TODTLING, F. (1977) Spatial Equity - Some Antithesis to Current Regional Development Doctrine, in "Papers of the Regional Science Association", Vol. 38, 1978

STOHR, W., TODTLING, F. (1982) Quantitative, Qualitative und Strukturelle Aspekte der Regionalpolitik aus Europaischer Sicht, in GEORGES, F. (ed) (1982) ERFOLSKONTROLLE RAUMWIRKSAMER POLITIKBEREICHE (Dissenhofen: Rugger)

TOWNSEND, P. (1979) Poverty in the United Kingdom (Harmondsworth: Penguin Books)

TOWNSEND, P. (1987) Deprivation, in Journal of Social Policy, 16, 2, pp. 125-146 (Cambridge: Cambridge University Press)

WEAVER, C. (1988) Concepts and Theories of Regional Development Planning: the State of the Art, comunicação apresentada ao SPRING-FORUM 1988, Regional Development Planning in Developing Countries (Dortmund: Department of Spatial Planning, University of Dortmund)

WIGNARAYA, P. (1977) From the Village to the Global Order, in "Development Dialogue" no. 1 (Uppsala: Dag Hammarskjold Foundation)

WORLD BANK (1990) Poverty, World Development Report 1990 (Oxford: Oxford University Press)

3. DEFRONTAR OS DESAFIOS DA EXCLUSÃO E DO DESENVOLVIMENTO
NAS ZONAS RURAIS: O PAPEL DO TURISMO

Patrick Commins

DEVELOPING THE PERIPHERY
TRANSNATIONAL SEMINAR FOR RURAL PROJECTS

Almeida - Portugal
7 - 9 May, 1992

MEETING THE CHALLENGES OF EXCLUSION AND
UNDERDEVELOPMENT IN RURAL AREAS:
THE ROLE OF TOURISM

Patrick Commins
Research and Development Unit
Ireland

MEETING THE CHALLENGES OF EXCLUSION AND UNDERDEVELOPMENT
IN RURAL AREAS: THE ROLE OF TOURISM

Patrick Commins
Research and Development Unit
Ireland

INTRODUCTION

The main purpose of this paper is to set out the general context for the discussions of the seminar. The focus of the seminar is on a specific theme-rural tourism. However, as this is the first transnational seminar among the rural projects of the Third EC Poverty Programme I suggest we need a comprehensive framework of analysis to serve not only a context for this meeting but also as a background against which we can place the themes and deliberations of further exchanges.

I maintain that an adequate understanding of rural problems, and particularly those of exclusion and underdevelopment, cannot be obtained from an analysis that is confined to the internal, or supposedly distinctive, structures and dynamics of rural society. While the term "rural" may be retained for convenience its use should not extend to accepting a simple rural-urban dichotomy. Rural areas and rural people are no longer economically nor socially separated from mainstream national or international trends and developments.

Based on this reasoning the first part of the paper sets out a broad conceptual framework as a basis for understanding the genesis of contemporary rural problems and the challenges of exclusion and underdevelopment in rural areas. The basic argument is that these problems and the responses to them derive from three broad sets of processes and their interrelationships. These are: (i) the economic and related transformations associated with the restructuring of western capitalist economies; (ii) the role of the state or supra-state such as the EC; and (iii) the characteristics of rural areas and the capacities and actions of rural communities in coping with the forces of change impinging on them.

Against this background, the second part of the paper deals with rural tourism, indicating some of the factors favouring its development. The paper goes on to provide a tentative outline of a number of considerations relevant to the development of appropriate forms of tourism for rural areas. I expect that the seminar will examine the specific question of tourism in more detail.

AN OVERVIEW OF CHANGE IN RURAL ECONOMIES

It is essential to regard social and economic exclusion and underdevelopment not as a description of static conditions intrinsic to particular geographic areas but as processes that are generated and reproduced by a complex of macroeconomic forces which characterise modern advanced economies. In this way rural problems such as poverty may be understood not so much by reference to the internal features of rural areas but by placing these problems in the more global economic context. A useful conceptual perspective for understanding this wider context is the theory of capitalist restructuring [Massey and Allen 1988, O'Keefe 1984, Martin 1989]. Basically this view holds that capitalism and the global economy as a whole are currently in transition through an intense and widening re-organisation and that this has implications for patterns of uneven regional and rural development. "Restructuring" encompasses social and institutional change - as well as economic adjustments - and we shall refer to these later. Here we discuss the restructuring thesis as it relates to the space economy and the agricultural economy.

Restructuring in the Space Economy

A significant feature of contemporary restructuring is the move away from the Fordist model of mass production which has proven to be too rigid and unadaptable in the face of changing conditions in the economic environment (e.g., computer aided or controlled production, the limiting size of domestic markets). One distinguishing feature of the new regime is flexibility - in production technologies (to respond to the obsolescence of short-life products, or changing fashions stimulated by advertising), in labour processes and new systems of labour utilisation (to get away from rigid skill boundaries and unionised work practices), and in the capacity to move location (e.g. in response to production problems or market needs). A second marker of restructuring is the internationalisation of capital through the vehicle of the multinational firm. Global corporations search for cheaper raw materials, or locate in markets which cannot be penetrated by exports or to exploit cheap labour so as to re-export to the home country [Thrift 1988]

Thirdly, restructuring is characterised by the use of international producer services, especially those producing information (research and development, banking, finance, insurance accountancy, public relations and consultancies). Transnational production has, in particular been facilitated by the international banking and financial system. And underpinning these trends are developments in data processing and telecommunications.

Obviously, as capital becomes more mobile in the search for more profitable locations there are implications for rural areas, especially in peripheral regions. As previously dominant industries, technologies and production methods decline the focus of new economic activities shifts across regions and areas. Internationally, western multinationals shift production to "newly industrialising countries" and, in turn, the products of these penetrate the domestic and export markets of the advanced countries [Martin 1989:188]. Nationally, waves of de-industrialisation in older and declining urban (usually centre city) areas create pressures for urban renewal and consequently, competition for scarce national resources for regional and rural development. Some regions can be fortunate enough to capture new clusters of high-technology enterprises. The traditional economic centre of Europe is being complemented by a second important centre extending from southern Germany and northern Italy westward to rapidly growing parts of southern France, and areas around Barcelona and Valencia [CEC 1991:13]. Restructuring renders industrial firms prone to rationalisation, acquisition and asset stripping [Marsden et al 1990:8], as global corporations seek to organise their subsidiary operations so as to maximise overall profit. Rural areas relying on branch plant imported enterprises (as in Ireland) become very vulnerable to macroeconomic trends, business cycles and global competition. Even when surviving the risk of closure their basis in external investment means an outflow of profits. Regions (again like Ireland) may experience "jobless growth" when conventional indicators of economic growth remain high but so do unemployment levels as industries shed excess labour. The re-organisation of local labour markets is reflected in the dualisation of employment structures with sharp spatial juxtapositioning of the highly-skilled integrated and the low-skilled excluded, in the casualisation of employment, "informalisation" (the black economy), and the growth of longterm unemployment. The functions of space become redefined, with some areas ceasing as bases for primary production and becoming the loci for other activities. In this way rural areas may become the base for tourism.

Restructuring in Agriculture

The imperatives of capitalist restructuring impact on the agricultural economy, firstly, through the agribusiness sector and, secondly, through changes in the conditions of production at farm level. Competition has obliged processing companies to increase

economic scale and geographic range. In Ireland, for example, small farmer-owned co-operatives have been drastically reduced in number to become large integrated companies, some having made acquisitions in the EC and US. Taken together with its increasing reliance on purchased inputs, farming has now become enmeshed in complex international food chains. In fact some aspects of production have been transformed into industrial type activities (e.g., pigs, poultry). Industrial processes account for a steadily rising proportion of food costs, so a declining share of the consumer's bill goes back to the farmer. High input costs further tighten the profit margins available to the producer. Farmers' market power has been reduced as control over the conditions of production moves towards external capital, and as demands for high quality products is translated back along the chain putting pressure on farmers to invest in updated production methods. But the prices obtainable for products sold tend not to rise as rapidly as production costs, and real incomes decline.

For farmers to maintain incomes in these circumstances some must exclude themselves from farming - by retiring, taking up other employment, including opting for a tourism enterprise, or relying on state income transfers. Those who remain must increase their scale of operation. The overall result is the concentration of farm production in certain kinds of farms (large and specialised) and in certain regions.

The Role of the State

The restructuring thesis holds that the processes of economic and spatial re-organisation encompass not just the production patterns of capitalism but also the associated socio-institutional structures, forms of state management and political legitimation. Thus, currency transformations include a redefinition of state intervention, manifested in a move away from Keynesian collectivist provision and towards a greater reliance on the principles of the market. This is expressed through the privatisation of state enterprise, cutbacks in state services and the promotion of an ideology of self-help. In this context the classical concepts of community development (e.g. self-reliant development) may become vulgarised in justifying state disengagement from supporting rural development locally.

The Single European Act and the promotion of a frontier-free European market represent clear efforts to support the restructuring of the European economy, so as to improve its competitiveness in the face of US and Japanese competition. At the same time it was realised that the completion of the internal market enhancing the movement of capital, labour and services, carried real risks of marginalisation for certain regions, especially peripheral rural areas. Besides, in the view of President Delors, rural development is a collective goal which cannot be left

solely to market forces [Delors 1990:78]. This is a view, however, which may not be shared by other European decision-makers. Clearly, the EC policy-makers were faced with a basic contradiction, viz., between its philosophy of market-oriented freedom of movement for capital and its need to maintain solidarity and cohesion with the Community. The dilemma was to be dealt with by expanding and reforming the Structural Funds. Two of the five priority objectives of these Funds are particularly relevant for rural development. These are Objective 1 to promote the development and structural adjustment of less developed regions, and Objective 5 to promote development of rural areas.

Thus, state action can both instigate and seek to manage structural change.

Local Responses to Global Forces

In the face of these dominant macroeconomic trends, and the associated measures adopted by national governments or the EC, how do local populations fare out?

Notwithstanding the pervasiveness of restructuring processes, we cannot reduce socio-economic change in specific rural areas to the presumed unidirectional effects of structural forces. As just noted state action can temper their impacts. So also can locally-based systems - communities or local interest groups. Restructuring forces do not necessarily have a totally deterministic influence locally but are modulated by local social and economic features. Local areas can resist, manipulate or accommodate the larger forces impinging on them. Different social classes and households will have different capacities and strategies to cope with change.

Generally, however, restructuring means that local communities tend to lose control over the destiny of their local economies. An important survival resource in this context is "local associative capacity" [Coombes 1991]. This is defined as the ability of organisations and individuals in a locality to devise and operate methods of identifying mutual interests, solving common problems, managing conflicts, and exchanging benefits. A corresponding capacity is required for building solidarity across rural regions.

TOURISM AND RURAL TOURISM

In conceptualising the problems of exclusion and underdevelopment, the foregoing discussion has suggested that these must be seen as deriving from (i) the economic restructuring of modern economies and the way in which this can impact negatively on some

rural areas; (ii) the tendency for public policy reorganise its measures towards facilitating restructuring by, e.g., liberalising trade and marketing; and (iii) the different capacities of local rural areas - and of social groups within areas - to influence and benefit from macroeconomic trends. We now consider the role of tourism and of rural tourism in this situation.

Economic Importance of Tourism

The Commission of the EC has stated that in the case of declining rural areas less reliance than in the past can be placed on large undertakings from outside and that rural revitalisation policy more than ever before must be based on the development of indigenous resources [CEC 1988: 47-48]. This means, according to the Commission, making most of the local advantages - space, landscape beauty, speciality, food products, cultural and craft traditions, architectural and artistic heritage, and labour.

Tourism thus comes into focus as a vehicle for rural development. In fact it makes a comparatively high contribution (measured as a ratio of receipts to gross domestic product) to the economies of the predominantly rural countries of Europe - Greece, Portugal and Spain. Tourism is, of course, also important in Austria and Switzerland [OECD 1990]. When measured in relation to the size of national populations (per capita) tourist receipts are highest in Denmark, Spain, Ireland and France.

Tourism has become one of the world's major industries and continues to expand with expenditure increasing sixfold in the EC between 1965 and 1990. In the EC it accounts for around 5.5 per cent of Community GDP (compared to 3.9 per cent for agriculture), 8 per cent of private expenditure, 4 per cent of total external trade, and 6 per cent of total employment (compared to 8 per cent for agriculture [CEC 1990]). In Portugal tourism accounts for 6 per cent of GDP and 8.5 per cent of employment. Growth in tourism is due to several factors: greater affluence, developments in surface and air transportation, and the active promotion measures by the industry itself.

As a major industry it is reasonable to expect that tourism development will be influenced and even driven by the imperatives of capitalist restructuring in seeking new avenues to profit. Some of the outcomes of this trend can favour rural areas. While overall growth in the sector in Europe is 5 per cent per year, this is lower than the growth rate world-wide, with the result that European tourism has lost nearly 10 per cent of its market share over the last decade [CEC 1990:6]. One reason for this is the relative saturation and associated travel congestion of certain tourism areas, particularly those with longer tourist traditions, and, correspondingly, a preference for less well-known destinations. Another reason is that although people have

more time to spend on holidays, vacation time is being split up with a shortening of the average time spent on holiday [CEC 1990:5]. Shortbreak holidays favour rural areas that are readily reached from major urban centres. Other trends in modern tourism include: (i) the growth of active leisure (including "countryside" activities), promoted by the industry and encouraged by health awareness campaigns; (ii) the preference for self-catering holidays, and (iii) the more exacting requirements for quality and service by an increasingly discerning clientele.

Promotion of Rural Tourism

It is clear that the contemporary development of rural tourism is propelled by changing patterns in the tourist industry, as well as by the need for rural areas to diversify their economic activities. Before adverting to the issue of appropriate forms of rural tourism some general observations can be made on the challenge of further developing the tourist industry in rural areas.

The provision of accommodation was the first response by rural residents to the growth in demand for rural holidays [Keane and Quinn 1990:20]. Subsequent developments have been in the variety of accommodation (e.g., to include self-catering) and the provision of other facilities or attractions. Of growing importance also has been the adoption of organised approaches to the promotion and marketing of rural tourism in specific catchment areas (e.g. the "Pays d'Accueil" in France, "guest rings" in Austria, community tours and farmhouse holidays in Ireland). The EC, through CAP, the Regional Fund, the Community Support Frameworks and, recently, through LEADER, has given definite support to rural tourism business.

Nevertheless, continued deficiencies have been identified and future lines of development pointed out, especially by the Commission and Independent consultants or studies [e.g., CEC 1990, Thibal 1988, Keane and Quinn 1990]. Firstly, there is need to define and clarify the terminology; various concepts are used loosely and interchangeably from one country to another (e.g., rural tourism, green tourism, agri-tourism, farm-tourism, "soft" tourism, alternative tourism). The Commission [CEC 1986] has defined rural tourism as a broad concept to encompass the full range of tourist products, including farm tourism or agri-tourism. The "product" in tourism is the sum of all the accommodation, catering, entertainment, leisure, transport and other services which enable a holidaymaker's requirements to be completely and coherently satisfied [Thibal 1988:8]. This raises the second issue: the need for rural areas to clarify and make transparent their own individual rural tourism product, i.e. the "package" of attractions they can supply as a niche for the demands in the tourism market. This implies that providers of rural tourism products have good information of what the potential market demands are.

Thirdly, rural tourism products need to be transparent and to create a clear image in the marketplace. This can be achieved by the use of common symbols, logos and harmonisation of products, so far as harmonisation is consistent with the need to preserve the diversity and unique character of rural tourism in each country [CEC 1990:12]. Fourthly, there is need to facilitate, at European level, the organisation and marketing of rural tourism, especially through the promotional and sales systems which exist for other tourist products [Thibal 1988:17]. Computerised central reservation systems can facilitate the creation of a European network for the distribution of information on rural tourism products.

Developing Appropriate Forms of Rural Tourism

While tourism undoubtedly has positive consequences for rural areas (e.g., by generating income from indigenous resources) there is a growing literature on its negative aspects [Keane and Quinn 1990]. Criticism of tourism may derive from several considerations such as its impact on the landscape, on local language, on cultural values, or on local social disparities. Identifying criteria by which forms of tourism may be deemed appropriate or not may therefore begin from a number of starting points. Here, however, the criteria are discussed with reference to the need to combat socio-economic exclusion and underdevelopment.

One obvious criterion of appropriateness is the extent to which rural tourism benefits poorer areas and especially marginalised groups in host rural areas generally. A number of problems arise in this regard. Promotional agencies dominated by corporate tourism interests may not favour rural tourism which is based around small-scale individual providers. In Ireland, for example, it has been argued that in past the state tourist agency has been hesitant to develop the idea of agri-tourism and community-based tourism [Keane and Quinn 1990:25-27]. While there is a need for harmonisation, as already noted, the standardisation of quality through an approvals system may be exclusionary. Standards set by promotional agencies so as to have universal application may discriminate against underdeveloped areas where the necessary investments (e.g., to improve accommodation) may be comparatively high, requiring a high volume of business to earn a return. There is evidence to suggest that it is the medium to large farms that become involved in agri-tourism [Keane and Quinn 1990:47]. As the rural tourism product typically includes public amenities and facilities (such as nature trails, walks, hiking, sporting events) a community-based and more participatory approach is essential. Obviously, this would require professional support from rural development agencies.

Appropriate forms of rural tourism would also harmonise with the local socio-economic structure. This suggests a concern for the

degree of concentration and scale of developments and the need to favour individual investments. However, bearing in mind that the countryside is now becoming a potential location for organised tourist leisure facilities (golf, sailing, etc.) which require "lumpy" investment, there is need to consider forms of partnership agreement between external development enterprises and local communities to ensure the integration of touristic development with the needs of the local area, in such matters as employment provision or training. This assumes some degree of effective participation locally by disadvantaged groups; otherwise the partnership may be essentially an alliance between external capital and local powerholders to generate "enclave" or "close circuit" tourism which has limited local linkage, except through the employment of local unskilled labour. Country dwellers must therefore be the main architects of rural tourism if they are to be its main beneficiaries [Thibal 1988:5].

The criterion of scale and intensity is also of relevance from an infrastructural viewpoint as the carrying capacity of local facilities is limited and the costs of improvements may fall disproportionately on the local population. One immediate impact of high pressure tourism on local areas, for example, is to raise the cost of housing.

Intensive rural tourism which carries risks for the natural environment bears the seeds of its own destruction [Thibal 1988:10]. On the other hand, with properly managed promotion and organisation, rural areas can offer a clearly distinctive product for which there is a demand, as evidenced by the vitality of the "green movement".

Certain forms of tourism can destroy expressions of local cultural identity. Seasonal work in the tourist industry may lead to the abandonment of farming practices or of local crafts. But again, appropriate forms of tourism can lead to the revitalisation of local culture and the upgrading of facilities. There is, however, a risk that the mercenary attitudes of some commercial providers can lead to the mass production of spurious cultural artifacts [Thibal 1988:11]. Sham products on these lines caricature rather than represent authentic local culture.

Rural tourism at an appropriate scale can have a high level of interpersonal contact so the standard of human relations, as well as the possibilities for personal fulfilment and cross-cultural enhancement, becomes an important factor in tourism development. Knowing how to visit, with a concern for responsible enjoyment of rural tourism products, and how to receive, by maintaining the norms of hospitality, are key principles which could make rural tourism an instrument of peaceful co-existence [Thibal 1988:15-17]

CONCLUSION

The Third EC Poverty Programme is expressly concerned with countering economic and social exclusion, and with fostering the integration of least-privileged groups into the structures of opportunities, benefits and rights in the mainstream society. This effort faces several sets of challenges. Some derive from the restructuring of modern economies and the way in which these impact on particular areas and social categories. For the 1990s it is expected that, in Europe, economies of concentration will continue to exert a powerful influence, attracting new activities to the major population centres. At the same time certain important forces are causing a redistribution of economic activity away from high-cost locations in central areas [CEC 1991:14]. It is not apparent, however, that rural areas - especially those in peripheral regions - will benefit to any significant degree from the geographical mobility of economic activity. Locational attraction are still based on the quality of infrastructure, particularly in transport and telecommunications, and on availability of specialist producer services.

Restructuring in the agricultural economy will continue, with estimates suggesting that around half the people employed in the farming sector will be employed in, or seeking, a second job by the year 2000 [CEC 1991:20].

The establishment of a Europe without frontiers will stimulate economic growth in general but there are recognised challenges for regions lagging behind in economic competitiveness. For this reason the Community, through the reform of the Structural Funds, has sought to concentrate its financial supports in those regions experiencing the greatest difficulties. It remains to be seen whether these measures will have a significant impact on regional disparities.

At the local level combating economic and social exclusion poses a challenge for local people, especially for their capacity to mobilise and avail of external supports in pursuing indigenous economic development.

Indicators of economic development suggest that the tourism industry now offers an expanding set of opportunities. More importantly, certain trends in tourism increasingly favour rural tourism. These include the preferences for individualised services (e.g., self-catering), for activity or theme holidays and the need for the direct experience of other cultures, life and work. Rural tourism has a unique product - space, environment, and possibilities for closer personal interaction. However, considered from the viewpoint of countering exclusion, rural tourism can develop in ways in which the benefits are not widely distributed, or whereby the local community loses control of its own economy.

Appropriate forms of rural tourism, in the context of combatting exclusion should take on the characteristics of community-based enterprise, rather than being the product of conventional corporate expansion. This means the building up of local partnerships for co-ordinated development and marketing. But people in disadvantaged communities cannot take control of the development in their localities without the necessary skills and resources. Consequently, community-based tourism requires a system of external supports that is sympathetic to a philosophy and practice of community development which fosters the integration of the excluded.

References

- CEC (Commission of the European Communities)(1986): Action in the Field of Tourism, Brussels.
- CEC (Commission of the European Communities)(1988): The Future of Rural Society, Brussels.
- CEC (Commission of the European Communities)(1990): Community Action to Promote Rural Tourism, Communication from the Commission, Brussels.
- CEC (Commission of the European Communities)(1991): Europe 2000, Brussels.
- Coombes D (1991): "Political and administrative structures for effective local economic development"; paper to Regional Studies Association, (Irish Branch), Dublin, March ?
- Delors J (1990): "Rural development and the Common Agricultural Policy", paper to European Conference on Rural Society, Brussels.
- Keane MJ and Quinn J (1990): Rural Development and Rural Tourism, SSRC, University College, Galway.
- Marsden T et al (1990): "Introduction: Questions of rurality" in T Marsden et al (eds), Rural Restructuring, David Fulton, London.
- Martin R (1989): "The reorganisation of regional theory: alternative perspectives on changing capitalist space economy", Geoforum, Vol 20, No 2, 187-201.
- Massey D and Allen H (eds)(1988): Uneven Re-Development: Cities and Regions in Transition, Hodder and Stoughton, London.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development)(1990): Tourism Policy and International Tourism, Paris.
- O'Keefe, P (ed)(1984): Regional Restructuring Under Advanced Capitalism, Croom Helm, London.
- Thibal S (1988): Rural Tourism in Europe, Council of Europe (EOC-CR-88-9) Strasburg.
- Thrift N (1988): "The geography of international economic disorder", in D Massey and J Allen, Uneven Re-Development, Hodder and Stoughton, London, Chapter 1.

4. DESENVOLVIMENTO RURAL - OUTRAS FORMAS DE ABORDAGEM

Win Van Rees

RURAL ISSUES: "ANOTHER WAY OF TELLING"

WIM VAN REES

Almeida, 7 - 9 MAY 1992

This contribution is about rural Europe in the perspective of what is happening in the world of small farmer. It seeks to formulate questions about what is really at stake.

The writer John Berger, who wrote the trilogy "into their labours", about peasant life and peasant society, sees the current transformation of rural Europe and the rapid disappearance of the peasant class as one of the most transforming and dramatic changes in this century.

Transforming, because it shows us most blatant what modernisation means and does: the capital outlay for intensive mechanisation and chemicalisation, the necessary size and scale of farming exclusively producing for the market, the specialisation of produce, both food and raw material by area. Dramatic because it will eliminate a class and culture of survivors, because the peasant family ceases to be a production and consumption unit their is no rational left for their existence. Soon the European country side may be dependent on the cities even for the food its own rural population requires.

It is estimated that between now and the turn of the century 6 million small farmers will be forced to give up their lives.

According to Berger, a peasants life is a life committed completely to survival and its economy within an economy. Unlike any other working and exploited class, the peasant has always supported itself. As far as it produced surplus, it was integrated into the historical economic cultural system, in as far as it supported itself, it was on frontier of that system. The social and political system offered them a minimum of protection, for this they had to look at themselves in the extended family and the community.

For the peasant work is the condition for equality. He recognises a world of scarcity and equality is the promise of mutual aid in struggling against scarcity and a just sharing of what the work produces. A peasant may admire knowledge (technology) but he never supposes that the advance of knowledge reduces the extent of the unknown.

A peasant represents a culture of survival, of self-reliance and self-sufficiency and of independence, a world of values if you like, that like culture and work are interconnected, are part of a whole.

A peasant has a direct, ever challenging relation with nature, shaping it, dependent on it, living from it and struggling with it.

Nature is a promise and a resource, nature is for ever and together with your own work, the only certainly.

A peasant has a cyclic view of time. His ideals are located in the past, because only the past shows how he survived, his obligations are to hand on the means of survival, if possible to make life more secure for his children. If one can call peasants conservative, it is because he can not contemplate the disappearance of what gives meaning to everything he knows, which is as Berger points out, precisely his will to survive.

By making this remarks about the end of peasant society, what is much more than the sum total of the individual peasants, I have introduced, indirectly, 3 key subjects that are now seen as new and important rural commodities, partly related and deriving from peasant life, or rather living from the remains of it.

These key commodities are: culture, nature and environment.

The 70% of rural space that is classified as lagging behind and that still competes with the remaining 30% of highly developed, high tech, bio-tech, agricultural industry about food and raw material production, is now in a stage that is it forced to discover and develop new resources that can satisfy the new consumer needs in our society. The world as a gigantic market is fast developing service and leisure and environmental commodities and tourism is both a development and marketing vehicle and a hard currency commodity in its own right.

The remaining corners of Europe with an active peasant population, or the so called "black holes" in the modernised areas are becoming popular destinations for a growing group of tourist from all over the world.

This brings to us the important question of how to deal with these new and rapidly accelerating trends that can have devasta-

ting effects for culture, nature and environment, but moreover for local communities in transition and within those the remaining peasant families and the remains of peasant society?

The question of rural tourism as a strategy and practice to counteract exclusion should be placed in a context of understanding what takes place in our rural environment this in turn is connected with more macro-economic and political issues of under and overdevelopment and inter-regional competition.

Flexible accumulation, super profits, local/regional relations between capital and labour in the (service) production process, value transfer between regions, are the ingredients of the under/overdevelopment question. At the same time we have to take into account the making of the internal market as a dominant factor in the process of European and world-wide restructuring.

The restructuring process must be seen as originating in and responding to severe shocks in pre-existing social conditions and practice, it is a competitive conflict between the new and the old, between the inherited and the projected order.

The decline and disappearance of the peasant society is just one manifestation.

In our projects we are not mere onlookers and spectators, nor are we only developers, helping the cause of change and riding on its understand that what takes place and we have to make choices where we stand and how we act.

Different from peasant society that holds the future as a sequence of repeated acts of survival, we represent (I assume) a culture of progress. We envisage future expansion because the future offers ever larger hopes and ever wider scopes.

When we fight about it is about the content of progress, does that belong in the hands of the market, is it possible to put our identity, our culture, our environment, like sugarbeets or wheat on the commodity scale?

Our notion of progress tells us that we have left the peasant culture that up to 16th century was one culture, shared by ordinary people and the elites. We resist the attempt to see and understand the values of a culture that we left behind. The disappearance of the peasant culture seems to be the result of the, what Freud calls "the rationalisation" process, in where the personal motive makes a pact with overwhelming evidence of the societal ratio, that if possible, should be presented as scientific ratio. The disappearance of peasant society is than the logical consequence of the scientification of the world, a unstoppable process and highly admirable.

As development workers engaged with local people and their history we must aim to start a process of discovery and re-valuation of the past in order to arrive at what Raymond Williams has called "the significant past". Culture is not neutral, but a battleground of ideas, opinions, norms and values, with always different outcomes. A progressive practice needs its own traditions. At different times of our history we found other issues important. Types of culture such as the peasant society, that never was a part of the "hegemoniale" culture, can nevertheless reach, in a new period, meaning and recognition. In rural Europe the traditions of peasant society must be seen as a significant past.

Our times however, focussing on ongoing individualisation, fragmentation and dissociation from the collective process has little need to understand where we come from and is lacking a significant past. We, at the other hand, as workers in development, change and education processes, and therefore animators of cultural renewal are in need of a cultural concept that can stimulate the discovery of a significant past and inspire mass culture and popular initiatives.

It might be clear by now that I see rural tourism with a large amount of scepticism, but also as a challenge to work at a local level with issues of true importance. From underdevelopment discussion we learnt that regions exploit regions, that surplus leaves the area, that sectorial developments are decided in the metropolises of the world. Tourism, although the largest industry in the world, is also one of the most exploitive ones as countless examples show us.

Competition within the sector is growing and fierce. How many campings at the farms, farms auberges, gites ruraux, visit and taste programmes and villages open your doors can we set up and I mentioned only "sympathetic" initiatives. The regions of Europe in ongoing competition with canal cruises, campings, horse-cart tours, wild water canoeing, nature paths, local pottery, weaving, Sunday painters and other similar initiatives. To a large extent left to a highly competitive market and often with regional, national and European money to support starters.

If indeed culture, nature and environment are key issues for the tourism market and at the same time, given the nature of their content, score high as local / regional issues, we should try to realise integrated development programmes beyond the immediate short term and fashionable working of the market.

Culture, the culture of peasant society, tells us about nature. The earth is not a calculable amount of raw material for economic purposes, but essentially a gift, a cruel gift sometimes and unpredictable. Marcel, one of the narrators in Bergers stories concludes "the world has left the earth behind", in other words,

there is no understanding anymore about what the earth, nature, represents. Nature is that what creates life and will continue to do so if it is cared for. We see with the disappearance of the small farmers, with whole regions left to nature, that we do not care anymore. Peasants that were and are forced to leave (to where), communities that can function as such anymore because of lack of people and social fabric, as described by Berger, Muchembled, Shanin and Chayanov, are not only symbolic for the consequences of the high tech and the high chance society, but were also the last barriers against ecological disaster.

In relation to nature, culture and environment we need to think about radical human scale development that takes being, having, doing and interacting as existential categories of needs into consideration, together with axiological needs categories such as subsistence, protection, affection, understanding, participation, idleness, creation, identity and freedom. It should be our aim to create what Max-Neef, Elizalde and Hopenhayn called synergic satisfiers instead of singular satisfiers, inhibiting satisfiers or pseudo satisfiers.

Most development programmes aim at the satisfaction of a single need and are therefor neutral as regards the satisfaction of other needs.

Nature, culture and environment are in need of synergic processes at all levels of locality and often far beyond.

In peasant society, work, culture and nature were intricately connected, but are disconnected in modern society. Essential questions about meaning and identity are now fragmented into appropriate domains, such as culture, environment and leisure, domains who because of market mechanism are more or less fashionable and therefor open to interventions.

Culture, as the fastest growing commodity is reduced at rural level to the reproduction of one time meaningful artifacts connected with survival, identity and place, often reduced to local employment initiatives and sales outlets.

Environment and ecology, the most crucial issue to day is hardly discussed at local locality level because of lack administrative, political and infra-structural conditions. Therefor the lost regions of Europe are discussed elsewhere and action is often undertaken without the cooperation of the local community, as they are often not even informed about the future consequences of de possible ecological dangers.

Rolf Peter Sieferle from Mannheim university writes about how the poor regions of the world, when they have lost their importance for the industrialised world, will be left to themselves and are expected to cope with the devastating effects of the yellow

spring, that is the autocatalytic development of UV radiation as a result of breakdown of the ozone layer what will effect the growth and life of all vegetation.

Rural tourism is not a panacea for all ills, it is one opportunity amongst others to deal with the quality of life in the locality and region. It holds only promise if the needs of the community, those are the long term needs that we share with many others all over Europe are being recognised. The community should invest in their culture, in nature and in its environment for its own sake and for the sake of the world. Tourists can only be quests and culture, nature and environment are not for sale, but can be shared with others. The real task for rural Europe is to combat the real decline and the real treats, that's where national governments, the commission and local communities should invest. The remaining peasants of France, Ireland and the south of Europe should be paid by the market and the state to keep a culture alive that is crucial for the maintenance of nature and environment. Local communities are crucial to maintain a minimum social infra-structure and local people should find employment in the being there and continuing the overall relation between culture, nature and environment.

5. PROMOÇÃO TURÍSTICA E POTENCIALIDADES DAS
REGIÕES PERIFÉRICAS: O CASO AUSTRIACO

TOURISTIC PROMOTION AND POTENTIALS

IN PERIPHERAL AREAS

THE AUSTRIAN CASE

Communication prepared for the
Seminar on Rural Tourism

Almeida, May 7 - 9 1992

Graz, April 1992

Richard HUMMELBRUNNER
OAR Local Development
Consultants

2. TOURISM DEVELOPMENT IN RURAL AREAS

2.1 Demand for Rural Tourism

Tourism has been one of the most important and fastest growing sectors in Western European economies during the last decades. There can scarcely be any doubt that the demand for tourism will rise steadily in the years to come, and this is all the more living standards with "catching up" expenditures on tourism; increasing time budgets for tourism resulting from less working hours and a strong bias to use this free time for tourism and leisure activities; new trends in the organisation of working time on an annual basis, allowing for more diversified holiday patterns; longer life expectation and higher incomes for old people opening up a large new market for tourist and leisure activities.

In accordance with the general trend, the development of tourist activities in rural areas has accelerated in recent years. However there is nothing to say that the predicted increase will benefit rural tourism in particular. Surveys of holiday preferences among people living in the EEC show that rural tourism is in a mid-way position between seaside-holidays on the top and mountains or towns on the other end of the preferences scale. In addition, a "normal" countryside does not seem to constitute much of a lever for increasing demand, as the majority of tourists are looking for "natural curiosities", the type of exceptional scenery which only very few rural areas can offer.

This rural tourism can and undoubtedly will benefit from the general trend towards more holidays, but this does not necessarily mean that there will be any increase in its relative share.

However, this somewhat sceptical outlook can be modified by two other factors. The position of rural tourism is much better when only considering secondary holidays. And as fractionalisation appears to be the general trend in the organisation of holidays, meaning several short departures rather than just a single long holiday, it would appear that rural areas have much to benefit from this trend.

Secondly, a significant and relevant substitution of clientele is taking place: the traditional, economically less favoured clientele is declining and rural tourism gradually loses its image of "cheap holidays". And a new and better-off clientele is becoming increasingly interested in rural tourism. It is highly probable that this renewal will become the determining factor for the evolution of tourism in rural areas and will ensure a sound base for substantial growth.

It is both this emergence of a new profile and the increasing environmental awareness of holiday makers, which are becoming the determining factors for the future of rural tourism. The motive "to get out of polluted areas and into an intact environment" has nearly doubled over the last five years. As an example, meanwhile nearly 60% of all Germans claim this as a principal motive. Consequently, the image of a given area is increasingly dominated by its state of environment, with pollution, traffic and mass tourism as the key negative factors.

Studies carried out in Austria and Germany show that it is the middle and upper socio-professional categories who dominate the sample of those interested in rural tourism, and more than 50% of these holiday-makers have some higher education. The new potential clientele are the relatively young or middle-aged with a good educational level and family responsibilities. The reasons for choosing rural tourism, in decreasing order are: contact with nature, desire for family holidays, and in third place only comes the desire for an inexpensive holiday.

As a conclusion, the trends and perspectives on the demand side provide a good reason to consider tourism activities as a valid source of new opportunities for the exploitation of local resources, job creation and enhanced purchasing power, at a time when agricultural activities are in a state of decline. It is highly probable that the increase in tourist expenditure should benefit rural tourism more than other forms (e.g., seaside-holidays), provided, of course, that the supply structures are able to attract and retain these new potential clients. Recent studies show that tourism demand is less concerned with the accommodation facilities in rural areas than with the general environment in terms of activities and leisure possibilities. This analysis helps explain certain tourists dissatisfaction with rural tourism even when they admit that the accommodation is satisfactory.

2.2 Recent Trends on the Supply Side in Rural Areas

The supply side in rural areas remains very much marked by the types of accommodation that predominate and the quality of the holiday is fundamentally affected by this factor. The distribution of the different categories of accommodation varies considerably from one country to another, depending on factors such as cultural traditions, stage of tourism development or the importance of secondary residences.

Apart from the obvious demand for higher standards of comfort and quality, the general dynamic tendencies for the different types of accommodation are:

- The hotel trade is progressing little and has difficulty in adapting to the standards of comfort demanded by the new cliente-

le. By a large non-classified hotels in rural areas are on the defensive and do not have the same dynamism as e.g., in urban areas. This declining position can in many cases be explained by the ageing of owners and/or managers, the non-renewal of installations and the gradual de-skilling of staff employed.

- There is considerable expansion in self-catering apartments, cottages and holiday villages. It would appear that these are the types of accommodation that have grown most in the past and which have benefited most from the changes in the demand side. Their clientele consists virtually exclusively of families, holiday villages are often created by companies or bodies connected with the social economy.

- Boarding with local residents has been growing rapidly since the beginning of the 80s, but it should be noted that this practice has long been institutionalised in the German-speaking and Nordic countries. Naturally enough it has been farm stays that have increased most in this category, farmers having benefited from manifold fiscal, legal and promotional measures.

- Apart from staying with family or friends, camping remains fairly generally the principal form of accommodation. Both economic considerations and the concept of a holiday breakaway from everyday life are responsible for this trend. There seems to be vigorous growth in this category, but also a parallel with the hotel sector: camp sites in rural areas are generally of a lower standard than those found by the sea or in the mountains.

The other important factor is the increasingly varied supply of services, which is being grafted on to these different types of accommodation in order to keep visitors interested or attract new clients in rural tourism. The idea is to not just provide board and lodging, but to provide a more comprehensive tourism product by offering an attractive range of activities and services.

This development has very important consequences from the standpoint of the organisation of the supply:

- Such activities no longer involve a fixed stay, but imply constant moves between different forms of accommodation, partners or locations. The supply therefore needs to be organised in networks, and the services provided are becoming more of an attraction than the actual accommodation conditions.

- The supply needs to be of an increasingly high standard, e.g. high quality services in terms of information, logistic support or the hire and maintenance of equipment. This implies a high level of training in certain fields and adequate pricing of such services.

The twofold challenge of the quality of the accommodation and of the services rendered leads the suppliers in many cases to organise themselves to define labels and make sure they are respected. The organisation initiative may either come from national bodies, regional and local development agencies or associations of the enterprises concerned. The more these organisations are locally rooted, the better it is to ensure and enforce quality standards, due to social control. However, it is this very same force that often makes it difficult to reach a preliminary agreement on these matters.

Setting up new rural tourism systems thus implies organisational difficulties, but it also enables to pursue a different economic strategy. Economies of scale are at the core of traditional tourism, but the concentrations realised in order to achieve these economies lead to very grave consequences: Escalating costs, environmental damage, disaffection of tourists, hence problems of amortisation and the setting of exorbitant prices.

Rural tourism, which is increasingly turning out to be a joint provision of several services and products from a relatively well-identified location or itinerary, opens up the possibility to move away from economies of scale and towards economies of scope. Substantial revenues are no longer to be derived by maximising the number of tourists but rather through maximising the opportunities for them to spend money. This may do especially well in view of the fact that some of their items of expenditure are very reasonable as compared with other forms of tourism, and that many new tourists in rural areas have simply become disenchanted with more traditional forms but are still willing to spend considerable sums on tourism and side activities.

Regarding the supply structures for rural tourism, the problem arises of the relative advantages and disadvantages of large structures and small projects. The establishment of tourist complexes in rural areas has become more common in recent years, essentially for commercial and job-creation reasons. But experience shows that the positive effects are far from being to the advantage of the area in question. Small-scale development projects are thus more likely to have the confidence of rural circles and fit in better with their traditions. But the new paradigm for rural tourism prevents such projects from becoming isolationist insofar as links have to be organised, jointly managed and itineraries to be established. If they remain isolated, the positive effects hoped for, and potentially better controlled than in big projects, are likely to remain dead letter.

Cooperation becomes a strong condition not only for starting projects in a regional setting, but it also creates the sound environment for investments. Projects have to be big enough to

interest banks, but in a small scale setting to be attractive for the present tourist market. As banks are hesitant due to the small-scale structure of the tourism market and they don't want to invest low amounts of capital in many different projects, it is a challenge for firms and communities to work together in a big scale setting, so they may be more interesting and attractive for banks and investors.

2.3 The emergence of a "New Rural Tourism"

Both the perspectives on the demand side and the trends concerning the supply indicate the emergence of a new type of tourism for rural areas, which differs so considerably from the formulas applied so far, that one can truly speak of a "new rural tourism". Whereas rural areas in the past were mainly seen as the residual "hinterland" of touristic centres, "rurality" is now becoming a new resource and rural areas are in demand for their specific qualities.

The principal considerations for such a "new rural tourism" are:

- Rural areas should not try to copy or imitate existing touristic centres, as this model is unsuited and financially inaccessible for them. Instead they should innovate in terms of products and their marketing in order to achieve a possibly unique profile, based on their own resources and strengths.
- Rural areas are subject to increasing competition, and neither protectionist measures nor massive subventions are deployed to prevent this from happening. This situation requires persistent marketing efforts for specific areas or products and the elaboration of a unique selling position.
- Instead of viewing tourism development as an isolated sector, one should opt for a comprehensive and integrated approach to develop a given area or local economy. The focus is to be on the increase of the value-added through the development of the corresponding service sectors and economic linkages.
- Use, improve and combine in new, imaginative ways the existing elements instead of focussing on costly investments, e.g., in sports - or leisure-infrastructure. Aim for light investments in board & lodging and make better use of scenic or cultural attractions.
- Give equal attention to the "software" elements (training, organisation, marketing) instead of being strictly "hardware" oriented. At least the same amounts should be invested in software areas, namely the human resources and quality-improvement of services.

From the experience in Austria, the following 10 elements can be seen as determining factors for success of this "new rural tourism":

- 1) Sound environment as well as an attractive scenery and cultural heritage are the basic preconditions
- 2) Sufficient entrepreneurial resources, be it private business men, enterprising communities, "social entrepreneurs" and local leaders
- 3) External inputs, be it inward investments, the creation of necessary infrastructures or the transfer of information and know-how
- 4) Competent and highly motivated steering-group at local level composed of the principal actors and decisionmakers
- 5) Professional consultancy services to support local initiative with economic, organisational and marketing know-how
- 6) Integrated and participative approach looking for socially acceptable and environmentally sound solutions
- 7) Professional management of projects, enterprises and tourism organisations
- 8) Support by the public sector, namely financial backing for the necessary hardware and software elements
- 9) Partnership and a spirit of cooperation between enterprises, communities and initiatives
- 10) Persistence, patience and time, as tourism development implies also changes in areas social structure.

3. THE IMPLEMENTATION OF TOURISM DEVELOPMENT IN RURAL AREAS:

3.1 Strategies

Which are the strategies most likely to succeed? First of all it must be emphasised that there is no "right" strategy per se, but that the appropriateness of a strategy must always be judged on the correspondent background. Thus different contexts and situations require different strategies.

Concerning rural areas, at last three different sets of contexts can be noted:

- Regions with tradition in tourism and thus provided with the necessary know-how, experiences, organisational structures, etc.
- Regions with little tradition in tourism activities, but considerable potential for tourism development (scenery, cultural heritage, climate etc.)
- Regions with no significant tourist activities and (normally) only average or neglectable potential.

Regarding strategies, rural areas have basically three different options:

a) Endogenous strategy, focussing primarily on developing and mobilising local resources (natural, physical, financial, human) and potential (for more details see chapter 4).

b) Exogenous strategy, focussing on the attraction of inward investment to be used as a leverage for promoting tourism activities and for overcoming local deficiencies (e.g., capital, know-how). If this strategy is chosen, one has to deal essentially with financiers and/or investors, whose rules and terms for investment in projects need to be taken into account. Trust (in project and the management) and profit are the most important criteria when considering investments in projects.

As a consequence, it is advisable to not start out by looking for outside capital, but by "looking inward". First one has to take a good look at one's area, identify strong and weak points, threats and opportunities as well as local leadership. Because only well elaborated projects who demonstrate initiative, self-confidence and the ability to work together will be attractive for outside finance.

c) Combined strategy, which aims at linking endogenous development efforts with the attraction of inward investment, thus hoping to combine the advantages of both of the above mentioned strategies.

It is essential to dispose of some body (ideally a regional development agency) capable identifying those sectors and areas, where local entrepreneurs are not willing or able to offer desirable products and services, and to orient external investment in these directions.

Inward investment is seen as playing a key role to raise the standard of tourism projects to national and international level as well as to become familiar with the needs and desires of the international tourism market and industry. The public sector is also to be considered as an important investment partner, because

tourism development in many cases demands enormous investments in infrastructure. In peripheral rural areas, these costs cannot be met by the local population, who normally lack the funds and are also not able to draw sufficiently high benefits from these investments. Nor are private investors willing to take over these costs, so they must be financed or at least subsidised by the public sector.

How do these outlined strategy options relate to the different types of context? The following matrix shows how the appropriateness and thus the chances for success can be estimated. It is primarily based on Austrian experience, but will equally hold true for large parts of rural Europe.

Strategies Areas	Endogenous	Exogenous	Combined
Tourism tradition	+ +	+ -	+ +
Less tradition	+ +	+ +	+ +
No tradition	- -	+ +	- -

+ appropriate
- less suited

+ + very appropriate
- - not suited

+ - average

This endogenous strategies have the highest chances for success in areas with a tradition in tourism, which already dispose of the necessary human resources, namely enough people with sufficient qualifications and experience. In areas with less tradition in tourism both endogenous and exogenous strategies are difficult to operate and a combined strategy seems most appropriate. And in areas without a tradition in tourism only an exogenous strategy has a chance to succeed - provided that the existing potential is attractive enough for external investors. On the other hand, this strategy is less suited for areas with a tradition in tourism, because external investment can collide with the interests of existing entrepreneurs and can even impede the mobilisation of local resources.

The chances for success of these different strategies are essentially a question of time. Based on the experience in Austria, endogenous strategies can be realised in areas with tourism tradition within 3-5 years, whereas it takes nearly double time (7-10 years) in areas with less tradition. The external investors in a combined strategy act as "accelerators" of the development

process, the respective time spans range from 2-3 years (tradition in tourism) to 5-7 years (less tradition).

2.3.2 Structures

It is not a question of selecting one single structure, but of the proper combination of structures and organisations at different levels and with different tasks:

- Local and regional tourism organisations: their task is to develop and market the tourism products of a given area. They should be able to bring the respective actors together in a cooperative spirit and to assist entrepreneurs and initiatives.

- Support structures at the local level: they should facilitate the transfer of information (e.g., on market needs and possibilities, potential investors, financing), but also give advice and support for businesses, projects and development programmes.

- "Top down" Support structures: they are to assist with the proper marketing of tourism products in different areas as well as to support the activities on local and regional levels (by financial means, services, personnel, etc.).

In view of the present situation in most rural areas, especially on the periphery, it is the establishment of local tourism organisations which seems most urgent. Because they are the ones capable of properly representing and articulating local interest in tourism development. It is through them that individual interests and projects can be connected to form a coherent strategy and can be communicated to external investors, public administration, etc. It is also the prerequisite for the above mentioned "new rural tourism", which is the result of a highly demanding and complex development process. It therefore calls for a highly participative and integrated development approach.

A second element of priority is the setting up of local consultancy structures. Easily accessible and affordable consulting services have become a key element for the promotion of local economic development in rural Austria - and in many other parts of Europe. The possibilities on the travel market have been outlined above, but due to the manifold difficulties it is not easy for rural peripheries to tap this potential. Consultancy services with a long-term and activating approach are an important element to overcome this gap.

4. TOURISM DEVELOPMENT IN AUSTRIAN RURAL PERIPHERIES

4.1 Key elements of the approach of ÖAR

The ÖAR (Austrian Association for Regional Self-Reliant Development) is a non-governmental intermediary agency for the promotion and support of endogenous local development. It operates primarily in declining rural areas and the focus is on consultancy services in key sectors for economic renewal, namely agriculture, tourism, small-scale industry and renewable energy resources. Those services are provided through a network of 60 "regional advisors" working out of 10 regional offices in peripheral (mainly rural) regions throughout Austria.

The guiding line for ÖAR's work is the endogenous development strategy, building on - and preserving - the locally available resources and potential, be it human, physical or financial. In counselling tourism development, ÖAR orients itself on three basic principles:

- Environmental soundness:

- * Conservation of existing natural environments
- * Limitation of "accessibility" - infrastructure
- * Gradual and controlled improvement of touristic infrastructures
- * Orientation on local architectural styles

- Social acceptance:

- * Preservation of socio-cultural identity
- * Promotion of locally rooted culture (crafts, artistic expression and customs)
- * Up-grading of job-quality in tourism
- * Democratic control of tourism development
- * Prevalence of the resident population's interests (over those of the tourist population)

- Local value-added:

- * Best use of existing capacities and local resources
- * Wide-spread distribution of economic benefits through
- * Cooperation between tourism, agriculture and SME's
- * Integrated development instead of economic monostructures

In order to be able to effectively promote tourism in peripheral areas, the profile of the tourism products to be established should build on their key strengths:

- attractive natural environments with considerable ecological qualities, that offer a potential for emotional/aesthetic perception and experiences
- an original regional culture, which is marked both by regional history and - often - by interesting crosscultural relationships
- systems of landuse and agriculture, which not only have had a long-term (and visible) impact on landscapes and culture, but are still in use and preserving nature and its resources.

If it is to be successful, tourism should not only be in accordance with an area's strengths, it must also build on future market and cultural trends:

- growing environmental awareness
- individualisation and a sense for originality and openness for new experiences
- growing desire for highly original, spontaneous and non-"prefabricated" experiences and encounters
- growing desire to be able to participate and to be integrated

And last, but not least, one should take into account - and possibly reduce - the key weaknesses of peripheral areas:

- lack of local entrepreneurs and entrepreneurship
- lack of know-how and experience
- lack of capital
- very limited basic infra-structure

The promotion of local entrepreneurship focuses on the principal deficiencies and bottle-necks. But whereas the lack of capital can be overcome through loans and subsidies, it is much harder to substitute a lack in experience in those rather isolated regions. The tools to tackle this problem are training and a maximum involvement of local residents with tourists and tourism activities, even if its only very small scale.

The key elements of "new rural tourism" in harmony with man and nature and based upon future market trends as well as the strengths and weaknesses of peripheral areas are:

- accommodations which are original and typical for the area thus presenting an appealing alternative to standard-type accommodation found elsewhere
- a restaurant sector going for local atmosphere and both seasonal and local specialties, especially highlighting fresh and high-quality food produced in the area
- new profiles focussing on specific themes (e.g. health, culture) or groups (e.g. families, young people, active elderly), creating new and interesting mixtures of tradition and innovation
- a natural and cultural environment which is refined and presented to the visitors in an appealing and didactic manner, to please their curiosity and desire for emotional experiences
- taking the interests of the resident population into account and establishing a new partnership with agriculture by promoting its role as preserver of a sound natural environment and as supplier of high-quality food-products.

4.2 Some examples of good practice

4.2.1. Alpine Village "Stalleralpe"

4.2.2. Lesach Valley

4.2.3. Litschau

4.3.4. Strudengau

4.3.5. Active holidays for the handicapped

6. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL EM PORTUGAL

Pedro Falcão

SEMINÁRIO

EXCLUSÃO SOCIAL E TURISMO RURAL

Almeida, dias 7, 8 e 9 de Maio de 1992

Caracterização do Turismo no Espaço Rural em Portugal
Comunicação apresentada por Pedro Falcão de Azevedo
Coordenador da Divisão de Turismo no Espaço Rural
Direcção-Geral do Turismo

- 1 - Caracterização paisagística e arquitectónica
- 2 - Histórico do TER: primeiros passos em 1979: o turismo de habitação
- 3 - Evolução estatística dos últimos anos
- 4 - Enquadramento legal
- 5 - Incentivos financeiros
- 6 - Aspectos relativos ao funcionamento: promoção, associativismo
- 7 - Outras formas de TER: a caça turística, o hotel rural, etc.
- 8 - O presente e o futuro do TER

Portugal é um país que se caracteriza por uma grande diversidade paisagística, tanto do ponto de vista natural, como no que se refere ao seu povoamento e património construído.

É tradicional a divisão do nosso território em províncias que, não tendo significado administrativo, se traduzem em regiões de interessante homogeneidade geográfica às quais correspondem formas de povoamento e arquitectura mais ou menos bem definidas.

Assim temos o Algarve, cuja orla marítima está profundamente vocacionada para um turismo de litoral, mais onde ainda existem interessantes aglomerados urbanos e um interior pouco desenvolvido.

No Alentejo predomina a planície e as culturas extensivas. O tipo de povoamento é concentrado ou até isolado, encontrando-se aqui ainda importantes sinais da presença árabe. Em termos de arquitectura são características as pequenas casas de aldeia, de grandes superfícies caiadas de branco sendo as portas e janelas

envolvidas por barras de cor predominantemente azul. As grandes extensões de terrenos de cultivo são polvilhadas pelo característico monte alentejano, conjunto de edifícios de habitação de piso térreo, e seus complementos agrícolas.

Ao atravessarmos o Tejo, a paisagem modifica-se. O Ribatejo é bem conhecido pela sua fértil lezíria e a figura típica do campino personagem envolvido na criação de gado taurino. É aqui que existem as mais importantes ganadarias de Portugal.

A Estremadura sofre a influência directa da grande capital que é Lisboa, embora ainda resistam alguns enclaves de grande tipicidade dos quais os mais importantes, são sem dúvida Sintra e Óbidos.

Mais para o Norte encontramos as Beiras, divididas pelo maciço da Serra da Estrela entre um litoral mais desenvolvido mas também mais descaracterizado e um interior ainda profundamente arreigado às suas tradições.

É nesta Beira interior, que, a par de interessantes manifestações de arquitectura popular, onde predominam o granito e o xisto, começa a surgir um tipo de arquitectura nobre, tão tradicionalmente português: o solar.

Resultado de uma evolução lenta em que a sobreposição de estilos é, por vezes, notória, o solar nasce num período dominado por preocupações militares marcadamente defensivas, conservando ainda numerosos exemplos a respectiva torre medieval.

Esta forma, que se desenvolve por toda a metade Norte do nosso território, atinge no Minho, nos séculos XVII e XVIII a sua expressão mais elaborada.

Visitando agora Trás-os-Montes, província mais recôndita do território nacional, mas também uma das que melhor conseguiu preservar um valioso património histórico-cultural, verificamos que também aqui a paisagem é diversa, sendo influenciada, a Sul, pela cultura da vinha, em socalcos, e mais para Norte, por vezes agreste e impressionante, com um tipo de povoamento concentrado.

Por último, encontramos a província do Minho, disposta à maneira de anfiteatro, descendo da Serra do Marão, que a separa de Trás-os-Montes, até ao mar, que a favorece com um clima mais ameno, mas também mais pluvioso.

O povoamento aqui é decididamente disperso o que, conjuntamente com a paisagem de grande exuberância, caracteriza esta região, onde a vida fervilha por toda a parte, como uma das mais belas de Portugal.

Portugal é assim um país possuidor de um riquíssimo património arquitectónico que, no entanto, devido a um certo número de

condições internas e a uma conjuntura internacional desfavorável, se encontrava, em meados da década de 70, fortemente ameaçado de abandono e degradação.

Por outro lado, a ideia do Turismo no Espaço Rural, que noutros países alcançava já grande desenvolvimento, conquistara entre nós alguns adeptos que, em diversas ocasiões, não se cansavam de apregoar as suas vantagens como forma de turismo não agressora, de elevado potencial futuro e com inegável interesse sócio-cultural.

Surgiu assim, em 1979, um primeiro impulso no sentido de uma actividade organizada, tendo sido possível incentivar um grupo de proprietários de solares da região de Ponte de Lima, no Minho, para disponibilizar alojamento turístico nas suas casas, em troca de um apoio financeiro que lhe permitisse proceder à sua recuperação.

Nos quatro primeiros anos a Direcção-Geral do Turismo procedeu a um trabalho de campo que consistiu no contacto directo com potenciais promotores de iniciativas TER, tendo recolhido e apoiado pouco mais de meia centena de inscrições até ao final de 1983.

Em meados do ano seguinte foi publicado o primeiro diploma legal (Decreto-Lei nº 251/84, de 25 de Julho) que instituiu e regulamentou o chamado Turismo de Habitação. Trata-se, quanto a nós, de uma denominação muito feliz, que pretendia traduzir o acolhimento familiar que era proporcionado aos turistas, em ambiente tradicional português.

Após um curto período de dois anos e face à resposta que se seguiu a esta fase experimental, foi possível publicar o conjunto de diplomas legais que actualmente se encontram em vigor (Decreto-Lei nº 256/86, de 27 de Agosto; Decreto Regulamentar nº 5/87, de 14 de Janeiro; Despacho Normativo nº 20/87, de 24 de Fevereiro) que no entanto, só viriam a proporcionar ao TER, efectivas condições de desenvolvimento após a entrada em funcionamento dos apoios financeiros previstos no regulamento do FEDER e que mais adiante procuraremos analisar com maior detalhe.

Este quadro legal definiu e regulamentou os princípios fundamentais do alojamento em espaço rural, que ainda hoje são válidos, e que esquematicamente poderão ser resumidos da seguinte maneira:

- a) Existem três formas de alojamento em espaço rural:
 - o turismo de habitação
 - o turismo rural
 - e o agro-turismo.

- b) O turismo de habitação consiste no aproveitamento de casas antigas de tipo solar, casa apalaçada ou residência de reconhecido

do valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade.

c) O turismo rural é praticado em casas rústicas com características próprias do meio rural, situando-se em aglomerado populacional ou não longe dele.

d) O agro-turismo corresponde à utilização de casas de habitação de qualquer dos tipos acima mencionados, integradas em explorações agrícolas, caracterizando-se por algum modo de participação dos turistas, nos trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementares. Saliente-se aqui que nos parece nunca ter estado no horizonte do legislador incentivar formas de participação activa dos turistas nas explorações, com o objectivo de contribuir para a própria produção agrícola. Pelo contrário, o mundo rural terá sido encarado como possuidor de fortes atractivos, em oposição ao mundo urbano, pelo simples facto de se poder observar e eventualmente participar como experiência, em algumas das tarefas mais aliciantes das explorações.

e) Entramos agora na definição do núcleo essencial deste produto turístico que consiste fundamentalmente na prestação de hospedagem em casas que sirvam simultaneamente de residência aos seus proprietários. A lei confere a este aspecto tanta importância que, no caso do turismo rural e do agro-turismo, indica como condição indispensável a residência permanente do seu proprietário e só não o exige para o turismo de habitação porque a maior parte dos solares e casas de reconhecido valor, do interior, em virtude da natural evolução dos tempos, têm vindo a constituir segundas residências dos seus donos o que iria traduzir-se na perda de uma das fatias mais representativas deste tipo de oferta turística.

f) As casas inscritas devem pois respeitar a arquitectura tradicional portuguesa de cada uma das regiões em que se inserem, constituindo a sua recuperação e, por vezes, reutilização, um dos factores que mais decisivamente terá contribuído para o sucesso do programa TER.

g) Para além do alojamento, as unidades devem ceder a utilização de salas e zonas comuns que propiciem o convívio com a família residente. Este aspecto é de grande importância, sendo que a DGT, tanto em fase de projecto como de funcionamento, procura certificar-se que esta condição seja assegurada, sem o que poderá ser gravemente afectada a nossa concepção do TER.

h) O serviço de pequeno-almoço é obrigatório e poderá ser exigido o serviço de refeições principais quando não existirem restaurantes a distância praticável. As refeições constituem uma ocasião privilegiada para o contacto entre pessoas que não se conhecem e até entre culturas diferentes. Não se trata aqui de procurar que

as unidades devam assegurar um serviço de restaurante, antes se pretendendo que seja extensível ao turista residente, a refeição doméstica ou "da casa". O princípio será que o hóspede deverá adaptar-se aos usos e costumes da família pois só assim se poderá garantir a autenticidade do que lhe é oferecido.

Estes princípios, conjugados com os apoios financeiros em vigor, têm levado à caracterização de uma imagem de grande prestígio e qualidade que se traduz no aproveitamento e recuperação de casas tradicionais portuguesas onde os turistas são acolhidos em ambiente familiar tirando partido das inúmeras oportunidades de valorização cultural que lhes são proporcionadas.

Passemos agora à descrição sumária do processamento das inscrições no TER que, na realidade, se reveste de grande simplicidade e rapidez.

Uma primeira fase consiste no preenchimento de um boletim de inscrição que deve ser acompanhado de fotografias da casa e planta de localização.

No prazo de 30 dias a DGT responde ao interessado indicando qual a modalidade em que a casa ficará provisoriamente integrada e solicitando o respectivo projecto (quando for caso disso).

Trata-se de um projecto funcional simplificado, em duplicado, com as plantas das áreas de habitação e a indicação das obras a realizar. Um dos exemplares destina-se a ser devolvido ao interessado, depois de aprovado, que o deverá encaminhar, juntamente com a documentação necessária, ao organismo vocacionado para o respectivo apoio financeiro: Fundo de Turismo ou Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP).

Note-se que, neste processo, a DGT não consulta qualquer entidade administrativa, o que não dispensa o promotor de obter, a nível local, o licenciamento da respectiva obra.

Após a aprovação do projecto e eventual financiamento, a DGT aguarda que as obras sejam concluídas, acompanhando a sua evolução em conjunto com as entidades financiadoras.

Existem também casos em que as unidades, logo na fase de inscrição, se encontram prontas a funcionar, não necessitando, portanto, de obras ou melhoramentos e do correspondente apoio financeiro.

Essas inscrições são encaminhadas para um Inspector que se deslocará ao local a fim de constatar se a unidade reúne as condições necessárias para ser inscrita. Se tal se verificar será emitido o respectivo certificado, autorizando a abertura e funcionamento da casa.

É, contudo aquele, o circuito habitual do processamento das inscrições no programa TER, sendo que, depois das obras concluídas se procede sempre a uma inspecção com vista ao respectivo licenciamento.

Antes de passar a expor as grandes linhas destinadas a financiar este tipo de alojamento, gostaria de analisar muito sumariamente a evolução estatística do TER, nos últimos seis anos.

Assim, podemos apresentar os seguintes números de unidades e camas, sempre referidos ao final de cada ano (1991 até ao final de Setembro). As colunas de percentagens referem-se à variação anual do número de camas, quer em relação ao ano anterior, quer em relação ao valor base de 1985.

1985	casas:155	camas:1087	00%	00%
1986	casas:181	camas:1316	21%	21%
1987	casas:179	camas:1350	2.5%	24%
1988	casas:188	camas:1421	5.2%	31%
1989	casas:205	camas:1617	13.8%	49%
1990	casas:238	camas:1902	17.6%	75%
1991	casas:264	camas:2186	14.9%	101%

Se analisarmos estes dados o primeiro facto a assinalar é o do crescimento constante, se exceptuarmos o número de unidades existentes em 1987, em relação ao ano anterior.

Dissemos atrás que a actual legislação foi publicada em 1986, tendo instituído novos e mais rigorosos critérios de selecção, pelo que se procedeu a uma reclassificação geral, em todo o país, tendo-se concluído pela necessidade de eliminar algumas unidades que já não correspondiam às exigências da actual legislação, explicando-se assim a referida quebra.

A partir de 1989 registam-se, contudo, taxas de crescimento mais elevadas e consistentes, naturalmente relacionadas com os benefícios financeiros que então foram disponibilizados, como iremos ver de seguida.

Passemos agora a analisar os principais apoios financeiros em vigor, devendo salientar-se que, actualmente todos os incentivos financeiros se regem pelos mesmos princípios, tanto no que respeita à necessidade de aprovação prévia pela DGT, como no que se refere aos tipos de investimentos contemplados.

Assim visam fundamentalmente a cobertura das despesas de investimento relativas a:

- a) Obras de conservação, adaptação e melhoramentos de construções já existentes;
- b) Equipamento, mobiliário e decoração;

c) Infraestruturas de animação de dimensão correspondente à capacidade do alojamento da própria unidade (piscina, campo de ténis, salas de jogos, oficina de artesanato, etc.).

O Fundo de Turismo dispôs até ao final do ano de 1991 de três grandes linhas de apoio às actividades e empreendimentos turísticos e que contemplam o TER.

A primeira é constituída pelos financiamentos directos (Despacho Normativo nº 118/91) ou seja empréstimos com juros bonificados, cujas condições são actualmente as seguintes:

- a) Montante máximo a financiar: 50.000.000\$00, com o limite de 70% do custo total do investimento.
- b) Prazo máximo de amortização do empréstimo: 10 anos.
- c) Período de carência de capital (pagamento apenas de juros): 3 anos.
- d) Taxa de juro anual: 13% (de referir que a taxa de juro anual da banca, em Portugal, é actualmente de cerca de 28%).
- e) Garantias: hipoteca da propriedade ou fiança bancária.

Nos últimos anos os financiamentos directos foram responsáveis pelo apoio a cerca de 144 unidades, com perto de 1400 camas, prefazendo um total aproximado de 820.000 contos (milhares de escudos).

Esteve em vigor até ao final do ano de 1991 o Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento do Turismo (SIFIT) e o Governo já se comprometeu a reactivar este programa, ainda durante o ano em curso.

Trata-se de um dos três programas de incentivos à actividade produtiva, previstos no regulamento do FEDER e foi criado em Dezembro de 1987 (Decreto-Lei nº 420/87) para um período de 4 anos.

Este programa tinha por objectivo, sobretudo, a correcção de assimetrias regionais e foi aplicado em estrita correspondência com as figuras do Plano Nacional de Turismo, que definiu, para todo o país, Eixos de Desenvolvimento Turístico (EDTs) e Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico (REATs), ou sejam, zonas desfavorecidas, nas quais era importante incentivar uma mais equilibrada distribuição das actividades turísticas.

Durante os três primeiros anos nas referidas regiões, o SIFIT concedeu subsídios a fundo perdido, da ordem de 50% dos investimentos, que totalizaram, para o TER, cerca de 1.800.000 contos, tendo sido contempladas 150 casas, com mais de 1400 camas.

No decurso do ano de 1991, as percentagens do SIFIT vão participar com 35% a 40% dos investimentos nos projectos TER localiza-

dos nas regiões já referidas, tendo já sido contempladas, na primeira fase de Abril, 17 unidades, a que correspondem 170 camas e o total de 145.000 contos.

Por último, em relação aos apoios do Fundo de Turismo, há ainda a considerar os incentivos à Costa Verde (Despacho nº 52/89).

Trata-se de um subsídio a fundo perdido, vulgarmente apelidado de mini-sifit, que resulta da aplicação de verbas provenientes das concessões de jogo de Espinho e Póvoa de Varzim, exclusivamente à região promocional da Costa Verde.

Nos dois primeiros anos da sua vigência, foram já concedidos subsídios cobrindo 45% a 50% dos investimentos, a 35 casas, com 270 camas, num total de cerca de 364.000 contos.

Existem ainda em Portugal, outros incentivos financeiros que se aplicam ao TER, embora de âmbito mais restrito, como é o caso do apoio prestado pelo Fundo de Turismo a acções promocionais, entre as quais se destaca a edição de publicações.

Fora da esfera de competência do Fundo de Turismo mas revestindo-se de particular interesse devemos também registar o Programa de Ajudas às Actividades Turísticas nas Explorações Agrícolas, dispondo de verbas provenientes do FEOGA (Regulamento 797).

Este programa, conquanto esteja já em vigor há alguns anos, não teve o êxito esperado, uma vez que as condições que oferecia foram largamente ultrapassadas pelas que eram concedidas por outro tipo de apoios, nomeadamente o SIFIT.

Contudo, a recente revisão dessas condições, conjugada com o abaixamento das percentagens de participação do SIFIT, registado no início do ano, faz prever que, num futuro breve, este incentivo, se for convenientemente divulgado, possa vir a obter níveis de utilização pelo menos semelhantes aos verificados pelos outros tipos de apoio.

As percentagens dos subsídios a fundo perdido pela aplicação das verbas do FEOGA, variam entre 30% e 55%, consoante o tipo de investimento e a sua localização, não podendo nunca, os montantes dos investimentos turísticos, exceder o plafond máximo de 120.000 ECUs, nem dois terços do investimento agrícola.

Finalmente refira-se o interesse que poderá vir a ter a iniciativa comunitária LEADER, Ligação Entre as Acções de Desenvolvimento da Economia Rural, cujas propostas de candidatura foram recentemente aprovadas em Bruxelas.

Gostaria agora de me referir a outros aspectos mais ligados ao funcionamento das unidades inscritas no programa TER.

Em primeiro lugar surge o problema da promoção e comercialização que se mostra bastante preocupante, tanto mais que os proprietários das casas, na sua maioria, não dispõem de qualquer experiência prévia no mercado turístico. Por outro lado, a pequena dimensão da oferta, sobretudo se a compararmos com os tradicionais destinos turísticos, também não permite grandes vôos e movimentações, nomeadamente a nível internacional.

Assim, os promotores devem optar pela via do associativismo e as três experiências que neste momento se encontram em curso, nomeadamente a Turihab, a Privetur e Anter, já produziram alguns resultados concretos.

A Direcção-Geral do Turismo não tem actualmente competências na área da promoção. No entanto prestamos todo o apoio informativo que nos é solicitado, através da nossa Divisão de Relações Públicas e editamos duas publicações do maior interesse promocional: o Guia Oficial do Turismo no Espaço Rural, cuja segunda edição está a sair do prelo neste momento, e a listagem de preços.

O Guia, publicado com participação voluntária dos proprietários, dá tratamento destacado com uma página a cores para cada casa, fotografia, texto em português, francês, inglês e alemão, mapa de acesso, distâncias a serviços mais próximos, simbologia, etc..

A listagem, de grafismo mais modesto, é actualizada sempre que é inscrita um nova casa e inclui preços e descrição sumária das facilidades.

Lembramos aqui que em 1988 foi regulamentado o símbolo do TER português que é constituído por uma árvore na qual se encontra inscrita uma casa. Este símbolo é de uso exclusivo das unidades inscritas no programa e é utilizado, não só para a sua identificação, através da colocação de placa de bronze junto à entrada principal, como também para a respectiva sinalização rodoviária do acesso.

Competências próprias em matéria de promoção são as cometidas ao Instituto de Promoção Turística cuja actuação é particularmente importante através das acções promocionais realizadas pelos Centros de Turismo de Portugal, no estrangeiro. Mas muito mais haverá que esperar deste organismo se, como é certo que irá acontecer, o TER em Portugal vier a ocupar o lugar que lhe está reservado, como oferta turística de elevada qualidade e futuro.

É claro que os promotores podem também beneficiar do apoio que lhe é prestado pelos órgãos locais e regionais de turismo com a sua rede de postos de turismo que cobre quase integralmente o nosso país. Esse apoio pode e deve ser solicitado logo na fase de processamento das inscrições e estende-se durante o funcionamento

da unidade a diversos tipos de auxílio, que vão desde o encaminhamento de passantes à edição de brochuras, sinalização do acesso, e promoção em feiras e outras organizações, no país e fora dele.

Mas o Turismo no Espaço Rural, na sua concepção mais alargada, não se confina às formas de alojamento já referidas e consagradas. A legislação criou recentemente a figura do hotel rural, destinada a aplicar-se, em certas condições, a edifícios de arquitectura tradicional, explorados directamente pelos seus proprietários, cuja capacidade varia entre 10 e 30 quartos (artigos 134º a 137º do Decreto-Lei nº 8/89 de 21 de Março).

Também se encontram regulamentados os parques de campismo rurais (Decreto-Lei nº 192/82, de 19 de Maio) embora aqui a resposta não tenha sido muito significativa por parte dos promotores, uma vez que, em Portugal, a prática do campismo tem sido sobretudo difundida na sua vertente de turismo social, ligada aos destinos e motivações do litoral.

Por outro lado, a DGT tem vindo a apreciar um número crescente de projectos de animação turística que vão desde o campo de golf ao turismo equestre, passando pelos roteiros culturais temáticos e pequenas infraestruturas de artesanato e de apoio a desportos náuticos.

Estes projectos podem beneficiar de incentivos financeiros semelhantes aos existentes para o TER e constituem um complemento importante e, diria até, indispensável à oferta de alojamento no espaço rural devido ao tipo de procura autónoma que suscitam.

As Zonas de Caça Turísticas (Decreto-Lei nº30/86, de 27 de Agosto e Decreto-Lei nº274-A/88, de 3 de Agosto) são também de criação recente e resultam de uma reformulação radical dos princípios que regiam a actividade cinegética no nosso país, que tradicionalmente foi sempre um país de caçadores, chegando a ter sido emitidas, num só ano, perto de 500.000 licenças de caça.

A concepção que então vigorava era a da captura de animais selvagens em terreno livre o que teve consequências devastadoras para os nossos recursos cinegéticos.

Com a actual legislação criaram-se regimes cinegéticos especiais que se traduzem em quatro tipos de zonas de caça: as nacionais, as sociais, as associativas e as turísticas. Em qualquer delas há a necessidade de proceder a um ordenamento e repovoamento dos stocks cinegéticos, sendo apenas autorizado abater um saldo que não ponha em risco a existência da espécie em causa, para cada uma das regiões.

Modificou-se assim, radicalmente, a filosofia tradicional da caça, sendo que esta passou a ser considerada um recurso

renovável e, como tal, susceptível de ser gerido. Neste sentido os caçadores devem caçar e caçam melhor, em zonas sujeitas a um regime cinegético especial.

As Zonas de Caça Turísticas, sendo as únicas que se podem explorar comercial e turisticamente, e dadas as excelentes condições que quase todo o país apresenta para este tipo de actividade, logo suscitaram a atenção de diversas empresas e grupos de proprietários que apresentaram os seus planos às Direcções-Gerais das Florestas e do Turismo, organismos que coordenam estes processos.

Como resultado imediato temos já cerca de 300 Zonas de Caça Turísticas, cobrindo uma área de aproximadamente 450.000 hectares, e pensamos que, num futuro próximo, este número possa vir a duplicar e até, talvez, a triplicar.

Os serviços oferecidos por estas empresas são muito diversificados. Em termos de caça, para além de outras espécies, reveste especial interesse a perdiz vermelha, na caça menor e o javali e o veado, na caça maior, sendo diferentes os processos de caça, desde a espera e a batida, até ao salto, ao corricão e à montaria.

No que respeita aos serviços turísticos, para além das tradicionais refeições no início e a meio da caçada, as Zonas de Caça devem assegurar o alojamento dos caçadores e acompanhantes, quer no interior da própria zona, quer na sua periferia, a distância cómoda, exigindo a Direcção-Geral do Turismo, como mínimo de qualidade aceitável, o alojamento em Turismo Rural ou Agro-Turismo.

Os planos referem ainda outros serviços de reconhecido interesse que passam pela animação turística destinada a caçadores e acompanhantes, nomeadamente passeios a cavalo, pesca, desportos náuticos, observação das espécies, etc..

Por todas estas razões vemos com interesse crescente e com grande futuro o papel que a caça turística pode vir a representar no panorama do Turismo no Espaço Rural, em Portugal, tendo em conta as dificuldades que a agricultura tem vindo a atravessar, e o alto valor económico, social, cultural e ambiental de que esta actividade se reveste.

Estamos a chegar ao fim desta já longa exposição, que espero sinceramente não vos tenha incomodado em demasia. Não queria terminar, porém, sem procurar perspectivar um pouco do futuro do TER, em Portugal.

Mas não estamos satisfeitos. Neste domínio os acontecimentos sucedem-se e evoluem tão rapidamente que a Administração tem que

fazer um esforço muito grande para não ser ultrapassada pela própria realidade que pretende coordenar.

Neste sentido, a Direcção-Geral do Turismo apresentou no mês passado ao Governo uma nova proposta de legislação para o Turismo no Espaço Rural que esperamos venha a ser considerada num futuro próximo. Nela estarão contempladas outras formas de alojamento, que não obedecem à filosofia tradicional do acolhimento familiar: o turismo em aldeia e as casas de campo, ou unidades autónomas unifamiliares.

Estas novas formas de alojamento, traduzem uma oferta e uma procura concretas que não se identificam com a filosofia tradicional do TER e que, quanto a nós, irão cobrir de maneira bastante satisfatória, toda a oferta de alojamento no meio rural.

Por outro lado e de uma maneira geral, procuraremos que a nova legislação defenda um conjunto de princípios que correspondem, nomeadamente aos seguintes objectivos:

- melhoria do nível de vida da população portuguesa;
- protecção e valorização do património cultural;
- correcção das assimetrias regionais;
- conservação do equilíbrio do meio rural.

Torna-se pois importante que essas orientações sejam reforçadas, numa altura em que a experiência quotidiana nos demonstra não serem infundados os receios dos que consideram o meio rural como sujeito a uma pressão constante que poderá resultar na sua descaracterização e desequilíbrio, se não forem tomadas medidas adequadas com vista à sua defesa.

Por outro lado, a elevada dinâmica do fenómeno turístico a que não é alheia a extraordinária mobilidade dos seus fluxos, leva-nos a ter que acompanhar as crescentes solicitações da procura, sob pena de atrasar irremediavelmente o enquadramento legal em relação a essa mesma realidade.

Nesse sentido a presente proposta visa fundamentalmente não só uma redefinição das modalidades já existentes, como também a criação de novas formas de turismo no meio rural, dispondo de uma filosofia distinta da até agora consagrada legalmente.

No que respeita aos princípios orientadores pensamos que deverá ser dado especial realce à recuperação do património arquitectónico e a um conjunto de medidas que:

- privilegiem iniciativas das populações residentes;
- e contribuam para a defesa do ambiente sócio-cultural rural, evitando a sua descaracterização.

Para terminar gostaria de perspectivar convosco um pouco do que o futuro nos reserva.

Efectivamente a Direcção-Geral do Turismo, para além das 300 unidades de TER, já em funcionamento, dispõe de uma carteira de cerca de 1200 projectos em apreciação, dos quais metade se encontram aprovados e destes cerca de 300 já foram financiados pelo Fundo de Turismo.

Estes números, que há alguns anos atrás nos poderiam parecer inatingíveis, juntamente com uma procura efectiva e crescente, levam-nos a encarar a evolução do turismo no meio rural com algum optimismo, sendo, contudo, imprescindível que se continue a reforçar, a todos os níveis os princípios orientadores que já foram enunciados.

Contamos convosco.

7. TURISMO NO ESPAÇO RURAL - A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

João Rodrigues de Freitas

SEMINÁRIO

EXCLUSÃO SOCIAL

E

TURISMO RURAL

Almeida, dias 7,8 e 9 de Maio de 1992

T U R I S M O N O E S P A Ç O R U R A L

A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Comunicação apresentada por
JOÃO JOSÉ RODRIGUES DE FREITAS
Delegado do Instituto de Promoção Turística na Zona Norte/Porto

PRÓLOGO

- 1.- Sou, profissionalmente, um Técnico Especialista de Turismo. Desempenho, em boa verdade, uma missão de que gosto. À qual tenho oferecido, sem limitações, a minha vida.
- 2.- Realizo, paralelamente, uma outra actividade. Aliás sedutora ou mesmo apaixonante: a da Comunicação Social. Na Imprensa. Na Rádio. E, na Televisão. Comunicar para informar, ganhar e formar quem me leia, me escute ou me veja no pequeno écran, ou seja o outro HOMEM, tem sido, ao cabo dos anos, algo que me tem valorizado e enriquecido. Inquestionavelmente.
- 3.- A cultura é uma permanente preocupação pessoal. Movimento os meus passos do dia a dia no equilíbrio das minhas atitudes. Procurei criar em mim um conceito de "ser" religioso. Sinto-me, por natureza um espiritualista. E, naturalmente um humanista. O outro HOMEM, é sempre uma preocupação cultural absorvente. Amo profundamente a NATUREZA. A sua defesa constitui uma outra preocupação cultural. Ambas condicionam e definem o meu modo de ser e estar na vida.
- 4.- Gosto de viajar. Adoro mesmo viajar também por necessidade cultural. Porque a AVENTURA tem sempre o seu próprio fundo aculturante. Porque o DIFERENTE que nos desperta os sentidos é sempre uma poderosa expressão aculturante. Criei, desse modo, não só conceitos mas definições concretas para ser o TURISTA que quero ser quando deixo a minha casa e, a minha terra.
- 5.- Leccionei durante um longo período. Na área da minha formação profissional. Convivi muito profundamente com jovens adolescentes. Foi uma das mais deliciosas aventuras da minha vida.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores:

Com alguma coragem, pois me sinto consciente do "todo" e, de todos quantos me rodeiam, só aceitei vir a este Seminário abordar o tema "TURISMO NO ESPAÇO RURAL", na curiosa experiência portuguesa, quando resolvi vestir um tipo de personagem que normalmente não tem voz neste tipo de eventos: o do "consumidor". Numa palavra, aquele tipo de HOMEM que procurei definir como gostando de VIAJAR, o TURISTA, ávido de saber, de experimentar, de comunicar e de conviver, que procura a AVENTURA saudável, o DIFERENTE, que é sempre excitante, e ainda o sabor e a força da necessidade cultural que o turismo magistralmente proporciona e o HOMEM do próximo milénio ganhará para sobreviver!

Parece, mas não é de todo cómoda a nossa posição. Vou dizer um pouco do que aprendi, do que apreendi, do que experimentei, vivi e, o que me vai na alma, sobre um tema de palpitante interesse pois, melhor que nenhum outro, permite falar do HOMEM e da TERRA, num país maravilhoso como é PORTUGAL.

Tenho o gosto, ainda de oferecer-lhes uma sequência de imagens que reputo felizes pela sua grande beleza onde o mundo rural português nos aparece enquadrado no melhor do seu real significado, a sua diversidade.

Sobretudo, perante uma Assembleia como esta, ou figuras de reconhecido relevo nacional e internacional como as presentes neste SEMINÁRIO, que ao AMBIENTE e à NATUREZA, assim como ao HOMEM e à sua QUALIDADE DE VIDA têm dado o melhor de si próprios, das suas capacidades, sobretudo da sua fé num mundo melhor.

I

1. - Somos uma velha Nação. A História de Portugal, como unidade política, começou a escrever-se no ano de 1095. O Estado português é uma das criações políticas mais estáveis da Europa e, as suas fronteiras são, também as mais estáveis e as mais antigas do Velho Continente.
2. - No dealbar do próximo milénio, os espaços continental e insular da Nação portuguesa, ocupam já uma posição de relevante importância na estratégia global de desenvolvimento social e económico da chamada EUROPA DAS REGIÕES. Adivinham-se grandes transformações que visam a afirmação de um poderoso espaço económico a nível mundial que os recentes tratados de Maastricht pela Comunidade e, do Porto, entre a C.E.E. e a E.F.T.A. vêm confirmar.

3. - E se é relevante na definição do conceito da EUROPA DAS REGIÕES a posição geográfica de Portugal é, em termos de território, de clima, de paisagem e, necessariamente de Povo europeu com secular vocação atlântica, com a força e o prestígio de quasi mil anos de História e de Cultura, que ocupamos no conceito dos nossos parceiros europeus e, da própria Comunidade Mundial, um lugar de grande respeitabilidade.
4. - A Europa fica situada no ponto de concentração dos Continentes e, se procurarmos em que parte do mundo a Ásia, a África e a América mais se aproximam entre si, é sem dúvida a Europa essa mesma parte do mundo.
E, esta bem pronunciada posição geográfica central, representa o facto culminante da geografia e da história do continente europeu. Porém, não sendo a Europa mais do que uma enorme e alongada península ocidental da Ásia, continente ao qual se liga umbilicalmente, é a Península Ibérica a mais ocidental e meridional das várias penínsulas europeias onde parecem reunir-se em apertada perspectiva, os diversos traços da tectónica euro-asiática e norte africana.
Foi pois com a solenidade própria que o Poema Heróico "Os Lusíadas" cantam PORTUGAL e a gesta dos DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS DOS PORTUGUESES, que Luis de Camões, na Estrofe XX do Canto III, diz genialmente:

- " Eis aqui quase cume da cabeça
Da Europa toda o reino Lusitano
Onde a terra acaba e o mar começa..."-.

5. - PORTUGAL é, por sua vez, uma estreita faixa da terra ocidental da Península Ibérica, ou seja, "o cume da cabeça". É ainda, a sua face voltada para o Atlântico. E, dos cerca de 589.000 quilómetros quadrados da área geográfica peninsular, PORTUGAL ocupa, apenas, 89.000, ou seja uma quinta parte, de configuração geométrica rectangular.
Observando o Mapa do Mundo, a Península Ibérica forma, no seu todo, um vasto promontório de contorno poligonal, situando-se no extremo sudoeste do continente europeu, representando a secção mais montanhosa, logo a seguir à Suíça.
6. - Por outro lado, PORTUGAL constitui, no espaço ibérico, uma perfeita individualidade geomorfológica, pela sua forma rectangular, pela distribuição dos seus degraus continentais, pelos caracteres da sua rede hidrográfica e ainda pela sua diversidade climática, ao norte e ao sul do rio Tejo. Estes factores, entre outros, dão ao país uma feição própria e singular, porventura especial, que o torna diferente da parte restante peninsular. Daí que possa afirmar-se, sem receio algum, que PORTUGAL e a ESPANHA são dois quadros históricos distintos, dentro da pluralidade geográfica peninsular.

De facto, não foi por alinhamentos montanhosos que se fixaram as fronteiras entre Portugal e a Espanha que são, como já foi referido, as mais estáveis e antigas da Europa. Nem são, também, os troços de rios importantes que separam as duas nações ibéricas. Bem pelo contrário, as principais cordilheiras portuguesas são um prolongamento natural das cordilheiras espanholas e, os maiores e mais importantes rios portugueses, embora nascendo e descendo da Espanha, só em partes diminutas do seu percurso, servem de limites de fronteiras.

7. - Assim, a formação do espaço português se deveu, acima de tudo, a um quadro histórico e, nesse quadro a diversos circunstancialismos de base política, sem esquecer-se ainda que, desde o século XII, - "um ideal político, reunindo sob uma bandeira os homens da marca portugalense para a conquista dos territórios ao sul do rio Mondego, dera-lhes uma certa coesão, como a muitos outros grupos que se formaram por esse tempo na península. Partindo, cheios de energia e fervor religioso do seu nobre país de montanhas, foram descendo, gradualmente, para as ricas planícies meridionais, apertados a ocidente pelo oceano Atlântico e pelo nascente pelo Reino de Leão, ficando, por tal forma, demarcada a estreita cinta do território nacional português." .
Na realidade, o espaço português definiu-se por uma obra de querer nacional e, naturalmente, por um quadro histórico ao qual não estiveram alheios diversos caracteres e pormenores geomorfológicos.
8. - Muito da leitura da nossa História faz-se através de um longo passeio cultural no espaço rural português. A correr os montes, as serras, as aldeias, os lugares, sempre em busca das GENTES e da TERRA.
Por aí, sim, podemos encontrar testemunhos eloquentes, os que restam, - (e restam ainda muitos) -, da chegada dos CELTAS, ano 500 A.C. e, com a sua presença a fase embrionária da cultura castreja. Dos ROMANOS, entre os anos 218 A.C. e 409 D.C., seis séculos, que significaram a maior e a mais importante, de todas as grandes invasões peninsulares, está bem presente, em traços indeléveis, na língua, na cultura, na religião, na agricultura e, no direito. Dos VISIGODOS, entre os anos 456 e 711 D.C., que nos enriqueceram com as suas Leis e as suas Artes, para termos de encontrar, nos cinco séculos de cultura ÁRABE, entre os anos de 711 (a Invasão comandada por TARIK) e 1248, - exactamente 537 anos durou a presença árabe no espaço português -, essa presença e com ela a influência artística e literária do Islão, para além dos traços linguísticos a outros aspectos de ordem cultural que conservamos presentes. E em pleno espaço rural que encontramos, um pouco por todo o lado, os mais veneráveis CASTELOS, muitos deles alevantados entre o século X e o século XIII, velhas TORRES MEDIEVAIS, IGREJAS de

fábrica ROMÂNICA, símbolos do românico rural português e notáveis espécimes de arquitectura dos séculos XI, XII, XIII e XIV e ainda bonitas residências senhoriais, as nossas CASAS NOBRES, os nossos SOLARES, os inconfundíveis SOLARES PORTUGUESES, verdadeiros padrões da arquitectura civil dos séculos XVI, XVII e XVIII, sobretudo da época áurea do barroco, valores e símbolos do nosso mundo rural cuja leitura das suas origens e do seu curso no tempo e no espaço são pedaços da nossa história comum. E enchendo de um significado muito peculiar guarda ainda o nosso espaço rural, CONVENTOS e MOSTEIROS, alguns deles de porte monumental e como tal classificados, tantos deles a dizerem de Ordens Religiosas a quem PORTUGAL muito ficou a dever a sua independência. Desde os Templários aos Beneditinos, estes com cerca de 14 séculos de história em território nacional.

9. - É significativo dizer que se encontram dispersos no espaço rural português, mas perfeitamente acessíveis ao turista que viaja em Portugal, dois tipos de arte bem representativos: a arte decorativa com o AZULEJO, valor dos maiores e mais significativos, dos mais procurados e admirados e ainda a ESTATUÁRIA, sobretudo a de PEDRA DE ANÇÃ, Ançã que é um obscuro lugar do concelho de Cantanhede, de cujas pedreiras saiu a pedra que construiu dois dos mais imponentes e mais belos monumentos nacionais, o MOSTEIRO DA BATALHA e o MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS.

10.- Resta falar da grandeza e da importância das nossas extensas e ricas manchas florestais, que conferem ao mundo rural português uma expressividade e uma imagem de portentosa beleza e magnitude.

É o Parque Nacional da Peneda Gerês que guarda Reservas Integrais únicas na Europa. É ainda toda uma cadeia de Parques Naturais como o da Serra de Montesinho e o do Alvão em Trás-os-Montes, o da Serra da Estrela e o da Serra dos Candeeiros na Zona centro do país e, no território do além Tejo, o da Serra da Arrábida do qual o notável botânico suíço Chodat disse que a sua vegetação era - " le plus suprenant maquis qu'il soit possible de voir en Europe" -, além do Parque Natural da Serra de S. Mamede.

Incrustados ainda no vasto espaço rural português encontramos ainda três zonas florestais de verdadeiro interesse: o PINHAL DE LEIRIA, que se diz ter sido semeado por ordem do Rei D. Dinis (1261-1325); a MATA NACIONAL DO BUÇACO, arborizada pelos Frades Carmelitas Descalços nos princípios do século XVII onde se encontram mais de 400 espécies nativas da faixa atlântica portuguesa e cerca de 300 de outros climas, para além de um número calculado à volta de 200 plantas herbáceas e 30 espécies de aves; a SERRA DE SINTRA e o vasto perímetro florestal que abarca é também um valor potencial de primeira grandeza no universo das nossas MATAS NACIONAIS.

Uma última palavra para as RESERVAS do Algarve, o SAPAL de CASTRO MARIM e, o PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA, assim como a RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO SADO e a RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO.

II

1. - O que torna Portugal um destino turístico de interesse e paralelamente competitivo?
2. - O que sobra, ou o que falta a Portugal para se afirmar como destino turístico no conjunto diversificado de valores potenciais, rico e valioso que a Comunidade dispõe?
3. - No conjunto da oferta turística Comunitária o que tem Portugal como "produtos" turísticos próprios para ganhar mercados de interesse em outros continentes?
4. - Na longa experiência por mim sentida e vivida e ajustando a essa experiência, o "feeling" de bom observador, sobretudo no confronto de comportamento com o outro HOMEM e, na leitura permanentemente crítica da HISTÓRIA DE PORTUGAL, perguntamo-nos qual será a "pedra filosofal", a mais marcante, para melhor e mais facilmente promover e, posteriormente qualificar o destino turístico de Portugal?

Para todas estas perguntas, todas elas inquestionavelmente pertinentes, uma primeira resposta, nuclear no meu ponto de vista. O HOMEM, o homem português. E, a imagem do POVO que ele reflete numa visão cultural não demasiadamente académica.

Todas as outras respostas, são uma consequência desta premissa onde se jogam todas as tecnologias. Neste "sentir" de POVO, fora e dentro da sua terra, - a sua pátria pequena -, o HOMEM português mostra sempre, e sem dificuldade alguma, um carácter multifacetado que é a chave que "abre" o complexo "puzzle" das respostas às perguntas que anteriormente colocamos.

5. - Ainda sobre este tema o HOMEM PORTUGUÊS, há ainda perguntas a fazer para chegarmos à experiência do TURISMO NO ESPAÇO RURAL:
 - Quem foram e donde vieram os homens que "formaram" o espaço continental português?
 - Quem foram e donde vieram todos quantos participaram e, sobretudo dignificaram, a grande aventura dos Descobrimientos?

- Quem foram e donde vieram todos quantos viveram e participaram nas três fases dos surtos migratórios, fenómeno cíclico que colocou a nossa imagem de HOMEM e, de POVO, sucessivamente, no continente americano, no continente africano e a partir dos anos 60, na Europa sob a bandeira da democracia?

Para todas estas perguntas, há apenas, uma só resposta: o HOMEM DO MUNDO RURAL.

Ao cabo dos séculos, bem perto de um milénio como Nação, algumas nobres qualidades afirmaram, inequivocamente, o homem português:

- UM PROFUNDO SENTIMENTO DE HOSPITALIDADE
- UM FORTE ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE
- UM ARREIGADO CONCEITO DE FAMÍLIA
- UMA GRANDE DEDICAÇÃO À TERRA-MÃE, AOS USOS, COSTUMES E TRADIÇÕES.

Estas gratas virtudes, o dizer de verdade de que - "somos um povo de brandos costumes", a que se junta uma certa humildade no trato, uma correcta devoção pelo trabalho e, um grande sentimento de religiosidade, completam afinal, a grande IMAGEM do país que somos, sabendo receber sem afectação, transmitindo naturalmente a hospitalidade, oferecendo sem custo, a solidariedade e, um infinito amor à terra.

6. - O Turismo no espaço rural tem o seu lugar próprio, - (dir-se-ia que o conquistou com toda a legitimidade) -, no leque da oferta turística portuguesa. Ocupa já uma posição de relevante interesse na criação de novas e mais rendosas fontes de trabalho. Tem procurado e conseguido captar o aforro do emigrante, sensibilizando-o para o investimento no regresso que prepara, acreditando e fazendo fé no conjunto de medidas que favorecem, estimulam e defendem o capital que foi capaz de arrecadar. E, como corolário, tem permitido, por forma assinalável, colaborar, ser parte, na redução das diversas assimetrias sociais e no equilíbrio desejável entre o litoral e interior.
7. - A mais antiga das experiências de Turismo no espaço rural, foi aquela que fez criar a necessidade de prover o alojamento turístico em sítios ou locais de exuberante paisagem natural - (miradouros, barragens, etc.) -, onde, por via de regra a hotelaria tradicional não apostaria. Foi com este espírito, genial ideia criadora, que no ano de 1939 foi tomada a decisão da construção das primeiras Pousadas. Aconteceu, e bem uma primeira resposta. Coube ao Estado a decisão. Julgamo-lo perfeitamente correcto.

8. - Só muito recentemente, no ano de 1984 e definido por Diploma Legal é publicado o Decreto-Lei nº 251, que veio permitir a inserção do TURISMO DE HABITAÇÃO na oferta turística portuguesa, seguindo-se-lhe posteriormente, a legislação básica que introduziu o TURISMO NO ESPAÇO RURAL como um "produto" específico na mesma oferta. - (Decreto-Lei nº 256/82 de 26 de Agosto, o Decreto Regulamentar nº 5/87 de 14 de Janeiro e, o Despacho Normativo nº 20/87 de 24 de Fevereiro).
9. - O resultado desta já notável experiência pode não ser ainda o desejável. Mas é, de longe, positivo. Fica-nos porém que o sabemos entusiasmante. Tão importante como o investimento e, todo um conjunto de incentivos e estímulos dinamizados pelo Estado Português e Fundos Estruturais Comunitários.
10. - Ultrapassou, porém, a nosso ver todas as expectativas, a notável e importante recuperação de todo um conjunto de imóveis, verdadeiro património histórico e cultural da Nação, padrões da arquitectura civil portuguesa dos cinco últimos séculos, tão expressivamente representados no Espaço Rural. Torres e Casas ameaçadas. Velhos Paços e Casas apalaçadas. Antigas Casas de Lavoura. Belos Solares. As Quintas do Douro. Os "Montes" do Alentejo.
11. - O turismo no Espaço Rural pode contar nos dias de hoje com 292 unidades em funcionamento, sendo 123 em Turismo de Habitação, 127 em Turismo Rural e, 42 em Agro-Turismo. É francamente animador que haja 1151 processos em apreciação na Direcção Geral do Turismo, dos quais 389 foram aprovados e, 202 financiados.

Finalizo com quatro advertências, que podem conduzir ao êxito:

- Que a hospitalidade e o bom acolhimento sejam a garantia do sucesso que justamente se pretende.
- Que a genuidade das tradições, dos usos e dos costumes seja o padrão que permite o gosto pela aculturação do visitante que chega, ou que passa.
- Que a mesa rural e a cozinha tradicionais funcionem como vínculo de procura, de permanência e de aproximação à terra.
- Que o HOMEM do mundo rural, na sua cativante simplicidade e humildade sinta em si próprio a verdade de que é, indiscutivelmente, o cerne da Pátria.

João José Rodrigues de Freitas

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Geografia de Portugal - Aristides Amorim Girão
- Carta Regional de Portugal - Aristides Amorim Girão
- Geografia de Portugal - Orlando Ribeiro, Herman Lautensach e Suzanne Daveau
- Introdução Geográfica à História de Portugal - Vasconcelos e Sá
- História de Portugal - João Ameal
- Portugalidade - Domingos Mascarenhas
- Estudos Históricos e Económicos - Alberto Sampaio
- Guia de Portugal - Raul Proença e Santana Dionísio.

SOBRE A VISIBILIDADE DA REGIÃO
COMO FACTOR DE ATRACÇÃO, DE IDENTIFICAÇÃO
E DE DESENVOLVIMENTO

MANUEL VIEGAS ABREU

Prof. da Universidade de Coimbra
Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro

Desejo em primeiro lugar apresentar saudações muito cordiais a todos os participantes neste seminário internacional sobre "Exclusão Social e Turismo Rural", promovido pelo *Projecto AM22 - Mundo Rural em Transformação* e pelo município de Almeida, com o patrocínio de diversas instituições. E desejo de imediato manifestar-vos a minha satisfação por tudo aquilo que até agora ouvi, das sínteses dos três grupos de trabalho e, designadamente, das conclusões globais.

Desejo, por fim, dizer-vos que aceitei o convite para estar presente nesta sessão de encerramento por três motivos principais: pelo muito interesse que os temas analisados me suscitaram, pela vontade de rever Almeida - esta valiosa jóia do nosso património arquitectónico, histórico e cultural - e, por fim, por uma manifesta expressão de solidariedade para com as iniciativas desta sub-região da Raia, onde os problemas tratados no Seminário se colocam com uma indesmentível acuidade.

Mas devo igualmente confessar-vos que não vim preparado com nenhum discurso escrito para a circunstância. Irei por conseguinte aproveitar o convite que me dirigiram para presidir a esta sessão de encerramento para vos expor um breve conjunto de preocupações e reflexões sobre certos aspectos da realidade da Região Centro e algumas linhas de

orientação para uma estratégia do seu desenvolvimento integrado no contexto do desenvolvimento global do País.

A recuperação dos atrasos que a Região Centro apresenta relativamente a outras Regiões com alguns indicadores de desenvolvimento mais favoráveis deve apoiar-se no *princípio de solidariedade e de coesão* que constitui um dos eixos fundamentais da política da Comunidade Europeia relativamente à recuperação dos atrasos de Portugal no seu conjunto. Devemos aplicar no espaço nacional idêntico princípio àquele que a comunidade põe em prática na atribuição dos fundos aos países e às regiões com carências estruturais de desenvolvimento auto-sustentado. A solidez da construção da Europa necessita de se apoiar nos contributos de todos os Países. É que, na verdade, cada um dos Estados-Membros tem potencialidades específicas que o diferenciam dos restantes podendo gerar contributos próprios, insubstituíveis para o processo de construção e de afirmação da Europa. Mas para que cada Estado-Membro possa alcançar níveis de desenvolvimento auto-sustentado e contribuir para o crescimento da Comunidade Europeia e da Comunidade internacional, torna-se indispensável levar à prática o princípio da coesão, em todos os planos. É, por conseguinte, legítimo esperar e defender a concretização deste objectivo no interior do nosso próprio País.

Mas que representação têm as pessoas em geral do que é a Região Centro? Considero que um número significativo de pessoas, mesmo das que vivem há muito aqui, por diversas razões que não irei agora inventariar, não têm uma ideia precisa daquilo que são os limites territoriais da Região, ou de quais são os seus principais centros urbanos, ou, então, quais as suas características económicas, sociais e culturais, para já não referir as razões que dificultam a execução de um plano de desenvolvimento integrado. Com efeito, temos de reconhecer que a Região Centro não dispõe de equipamentos urbanos e industriais, de serviços e de influência política e económica capazes de atrair todos os dias os órgãos de comunicação social e designadamente a Televisão. Compreende-se deste modo as dificuldades em tornar a Região quotidianamente visível.

Neste aspecto, a Região Centro encontra-se entre duas outras Regiões, a do Norte e a Região de Lisboa, que têm vantagens comparativas relativamente à Região Centro quanto à capacidade de *visibilidade* ou de exposição social. Com efeito, ambas têm duas grandes áreas

metropolitanas que concentram um grande número de actividades e de eventos de natureza política, cultural e empresarial, em torno das quais se localizam grandes infra-estruturas e equipamentos sociais de diversa natureza. Os órgãos de comunicação social privilegiam naturalmente estas áreas metropolitanas onde se encontra 1/3 da população de Portugal e que apresentam por isso problemas específicos de abastecimento, de comunicação e de serviços. A cidade do Porto aparece ou é apresentada à opinião pública como a "capital do Norte", a cidade do trabalho, do dinamismo e da iniciativa. Por seu turno, Lisboa afirma-se quotidianamente como capital política do País, e é nela que os eventos políticos significativos para o País acontecem em forma de notícias, de publicidade e de imagem.

Sem imprensa de dimensão nacional e sem serviço operacional de televisão, a Região Centro não surge com frequência na imagem dos meios de comunicação social. Os órgãos regionais são, por enquanto, pouco poderosos e têm-se revelado pouco disponíveis a uma remodelação. Os órgãos locais são abundantes mas com um espectro de acção muito localizado. A Região Centro aparece, por conseguinte, em desvantagem, logo aparentemente desfavorecida.

Mas poderemos perguntar se importará muito ter visibilidade na opinião pública ou se será assim tão valioso dispor de uma imagem de referência e uma representação social bastante difundida da Região? Julgo que é importante pelo facto de ser por intermédio da *imagem* que se desenvolve o processo de *identificação*, que é o *reconhecimento das características próprias*, e o *reconhecimento das diferenças* que nos distinguem dos outros. Sem *imagem* ou *representação social* suficientemente consciencializada e difundida, a identidade da Região Centro e a identificação das pessoas com essa realidade apresentam-se frágeis, não relevando capacidade para motivar as pessoas, para as fixar e para as reter. Ninguém ama uma realidade que não conhece. Ninguém se mobiliza para resolver problemas se nem sequer tem conhecimento das condições que lhe deram origem ou de como são formulados.

Mas para além desta fragilidade no domínio da imagem, da representação social e da consciência da identidade e do dinamismo de identificação, confronta-se a Região Centro com algumas dificuldades ao seu desenvolvimento. Refiro-me, designadamente, ao problema do *êxodo demográfico*, principalmente da população jovem e activa.

A Região na sua globalidade, pelos dados do último censo, perdeu cerca de 50 mil pessoas. Trata-se de um número expressivo, correspondente à população de uma cidade média, como Leiria ou Viseu. Conjuntamente com o Alentejo, e no contexto global do País, a Região Centro tem uma taxa de crescimento demográfico que é negativa; o valor médio para a população portuguesa, embora seja positivo, é muito próximo do valor nulo, pondo em relevo condições de estagnação, que do ponto de vista do futuro urge enfrentar com decisão.

Mas esta dinâmica populacional tem ainda aspectos que importa analisar de perto: o êxodo faz-se no sentido das áreas rurais para os centros urbanos concelhios. O que significa que os campos e as aldeias continuam a ficar cada vez com menos habitantes. Continua a tendência do abandono dos campos e das aldeias. Este fenómeno é mais acentuado no interior do que no litoral. E esta situação é grave. Estamos perante locais *excluídos* do desenvolvimento, sem capacidade de atracção, sem esperança de horizontes futuros para os jovens. Estamos em face de um problema de exclusão social e de exclusão do desenvolvimento, porque sem *pessoas* não há desenvolvimento, não há progresso. Poderemos nós tentar inverter esta situação? Apesar das dificuldades, tenho perante os problemas enunciados uma atitude de optimismo moderado.

Há que valorizar aquilo que a Região tem de diferente relativamente a outras Regiões e poderá constituir um trunfo de desenvolvimento adequado às potencialidades.

Um aspecto característico da Região que é frequentemente apontado como fragilizante é a ausência de uma grande área urbana, polarizadora e monopolizadora do dinamismo de desenvolvimento. Mas diferentemente das duas Regiões em que se localizam as áreas urbanas, tem a Região Centro a vantagem de possuir um conjunto de pequenas e médias cidades com uma distribuição muito equilibrada por todo o seu território e que constituem pólos de atracção da população das áreas circundantes (refiro-me designadamente a Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Figueira da Foz, Guarda, Leiria e Viseu, rodeadas de um conjunto de centros que constituem polos de segunda ordem, que são por sua vez rodeados de pequenas aldeias).

Esta rede urbana encerra em si mesma potencialidades para se constituir numa *estrutura articulada de desenvolvimento*

integrado desde que assegurada a malha de comunicação de estradas e de caminhos que permita a comunicação fácil entre os diversos níveis da rede.

A Região poderá então afirmar-se como um *todo*, como uma estrutura interactiva e funcional.

Para se encontrar este modelo é importante a conclusão da rede viária de carácter nacional e municipal, bem como a rede de comunicações que se constitui como um tecido capilar por onde circula a seiva dinâmica do desenvolvimento. Mas é igualmente importante que os actores locais (autarcas, empresários, investigadores e técnicos) se assumam como verdadeiros agentes de desenvolvimento, revelando-se capazes de *querer* ultrapassar bloqueios antigos, barreiras psicológicas, desconfianças recíprocas, medos de veleidades de dominação de uns centros urbanos sobre outros, factores que tem evitado o aparecimento de estruturas associativas suficientemente fortes e com base de identificação no todo do espaço regional.

Não se trata de uma tarefa fácil.

Os desafios são, sem dúvida, de monta. Mas estão a surgir, de diversos horizontes, sinais claros de que os problemas de desertificação progressiva das áreas rurais começam a preocupar diversas instâncias, quer de estudo quer de intervenção. A organização deste Seminário no contexto de uma iniciativa comunitária constitui um dos sinais ilustrativos da atenção que as questões da *revitalização das áreas rurais* está a merecer. Por essa razão, os estudos e as conclusões deste Seminário irão revestir grande utilidade. E por isso permitam-me que saúde e felicite uma vez mais as entidades organizadoras, solicitando-lhes e agradecendo antecipadamente o envio das conclusões.

Impresso
na Secção de Offset da
Comissão de Coordenação
da Região Centro
Concluído em Maio de 1993
1000 exemplares

